

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LARISSA URQUIZA PEREZ DE MORAIS

A LUTA DENTRO DA LUTA: GEOGRAFIA DO EMPODERAMENTO DAS  
MULHERES CAMPONESAS NO ASSENTAMENTO CONTESTADO – LAPA  
(PR)

CURITIBA

2018

LARISSA URQUIZA PEREZ DE MORAIS

A LUTA DENTRO DA LUTA: GEOGRAFIA DO EMPODERAMENTO DE  
MULHERES CAMPONESAS NO ASSENTAMENTO CONTESTADO – LAPA  
(PR)

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia, no Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof.º Dr.º Adilar Antonio Cigolini

CURITIBA

2018

Catálogo na Fonte: Sistema de Bibliotecas, UFPR  
Biblioteca de Ciência e Tecnologia

M827I

Morais, Larissa Urquiza Perez de  
A luta dentro da luta: geografia do empoderamento das mulheres  
camponesas no assentamento contestado – Lapa (PR) / Larissa Urquiza  
Perez de Moraes. – Curitiba, 2018.

Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da  
Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2018.

Orientador: Adilar Antonio Cigolini .

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Paraná). 2.  
Movimentos sociais – Brasil. 3. Geografia humana. 4. Geografia feminista. 5.  
Movimento feminista. I. Universidade Federal do Paraná. II. Cigolini, Adilar  
Antonio. III. Título.

CDD: 333.318162

Bibliotecário: Elias Barbosa da Silva CRB-9/1894




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GEOGRAFIA

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **LARISSA URQUIZA PEREZ DE MORAIS**, intitulada: **A LUTA DENTRO DA LUTA: GEOGRAFIA DO EMPODERAMENTO DE MULHERES CAMPONESAS NO ASSENTAMENTO CONTESTADO - LAPA (PR)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovado no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 12 de Abril de 2016.

  
ADILAR ANTONIO CIGOLINI(UFPR)  
(Presidente da Banca Examinadora)

  
ANGELA MASSUMI KATUTA(UFPR)

  
SONIA FÁTIMA SCHWENDLER (UFPR)

*Dedico este trabalho às mulheres camponesas do Assentamento Contestado. Vocês me ensinaram a nunca desistir de caminhar e que o poder compartilhado é uma das mais efetivas maneiras de transformar a sociedade. Essa pesquisa também é um tributo à minha mãe Denize, a grande mulher da minha história. Aos meus avós Maria Helena, Adelino, Carmen e Venâncio, por vencerem todos os dias a maior batalha de todas: viver. Ao Gustavo, grande utopia da minha vida.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço às mulheres do Assentamento Contestado que, ao me acolherem em seus espaços de debate, ampliaram todos os meus conhecimentos e práticas sobre feminismo. Obrigada pela disponibilidade, por me incluírem nas reuniões do Coletivo, por me deixarem adentrar suas histórias de vida e experiências únicas. Essa pesquisa é totalmente de vocês.

Ao meu orientador Adilar Cigolini por ter abraçado esse trabalho desde o início, por ter levado tudo com muita leveza e tranquilidade quando eu achei que poderia estar perdida. Obrigada por ensinar sempre que o mundo, agora, é dos excluídos da história. Agradeço também a Professora Sônia Schwendler por ter me acolhido em seu grupo de alunos e possibilitado a realização dos campos, além de ter contribuído imensamente para o resultado dessa pesquisa.

Ao grande amor da minha vida, Gustavo. Somente ele sabe o que foi escrever essa dissertação. Ninguém no mundo, hoje, me conhece tão bem quanto ele. Nesses dois anos de pós-graduação, tomamos as melhores decisões de nossas vidas. Juntos. Desde a sala de espanhol que te conheci há cinco anos atrás, eu sabia. Foi você, sempre você.

Lugar de destaque ocupa minha grande família. Eu faço parte de uma grande comunidade de mulheres poderosas, fortes e incríveis. Carrego em minha trajetória um pouco de cada. Da minha mãe vem tudo, absolutamente tudo. De minha avó Lenita, vem à força de escrever, conhecer, aprender e seguir a vida anotando tudo quanto possível. De minha tia Daniela, a alegria e determinação. De minha irmã Nicolle, o companheirismo e cumplicidade que existem desde que descobri que ela viria ao mundo. De minha tia Ana, a fortaleza. De minha tia Águida, a grande esperança de dias melhores. Das minhas sobrinhas Amanda e Isadora, “eu fico com a pureza da resposta das crianças”. De minha prima Sabrina, a ajuda no momento em que eu mais precisava. De Ana Chrys, os conselhos de irmã mais velha. De minha prima Ana Elize, o carinho com o próximo. De minha avó Carmen, a crença de que os sonhos, esses não envelhecem. À todas as mulheres da minha família: sem seus ensinamentos, esse trabalho não seria possível.

Ao avô Adelino: foi muito difícil não viver mais sob o mesmo teto que você, mas também é muito lindo chegar à sua casa e todas as vezes você pedir para eu ficar. Se posso tentar encontrar motivos para a minha escolha de estudar o mundo camponês, é por causa de sua trajetória. Aos meus tios Henrique e José, por serem meus pais. Ao meu padrasto Fabiano, por querer me proteger na Universidade contra tudo de ruim e por sempre ter uma história engraçada para contar. Ao meu pai Francisco: sem a sua ajuda, a minha formação não teria sido possível desta maneira e como diria Ariano Suassuna, “dizem que tudo passa e o tempo duro, tudo esfarela”.

Sem as amigadas que construí – minhas outras famílias – eu teria desistido. Então antes de declarações pessoais, gostaria de dizer que vejo esses encontros dessa maneira: “há que se cuidar da vida, há que se cuidar do mundo, tomar conta da amizade, alegria e muito sonho, espalhados no caminho, verdes, planta e sentimento, folhas, coração, juventude e fé”. Lara e Thais: mais uma conquista e vocês ao meu lado. Isso é raro e não tem volta. Letícia: nossas vidas se cruzaram, sua família me adotou; ali eu tenho um lugar na mesa, na casa, no coração. Obrigada, sinto sua falta todos os dias. Lunara: você que nunca negou olhos, ouvidos, palavras e mãos para me tirar do abismo, tenha noção do peso que tem na minha vida. Mylena: a grande reconquista da minha vida, mesmo que a distância tenha dito não. Paola: por ser aquela amizade improvável. Anne e Fabiane: estivemos no mesmo barco, na mesma caminhada, cheia de pedras enormes para serem removidas; obrigada por mostrarem que nós conseguimos.

Maybel, nossos planos são muito parecidos, nossos sonhos caminham para estarem sempre juntos. Já não é possível imaginar minha vida sem suas mensagens e reflexões diárias. Ainda que a vida diga não, nós nos levantaremos. Aline, quando penso na nossa amizade, sei que estou do lado de pessoas certas, que me querem bem e se preocupam. Nós três, com certeza, vamos conquistar o mundo.

A geografia me mostrou que nunca é tarde para fazer amigos, pois quando a gente cresce, pensa que essa fase já se foi. Gabriela, sem dúvida a melhor coisa desses dois anos foi ter você, o apoio mútuo, as angústias atenuadas e o conforto. Agradeço ao Vinicius que sempre me ensina algo novo. Ao Reginaldo que foi companheiro de laboratório, de discussões

acadêmicas e aulas intermináveis. Aos amigos queridos Nathan, Angelo, Gilson e Alexei: muito obrigada por todos os encontros.

Olhando para esses dois anos que se passaram, eu consigo mapear que as alegrias foram maiores que as tristezas. Ainda teve espaço para amar muitos outros amigos que, sem dúvida, estavam guardados em algum lugar do destino e ao chegarem, se mostraram eternos. Agradeço a Tamyres por ser a melhor pessoa do mundo, pela prontidão e sinceridade que eu aprendi, pelo nosso clube do livro, por insistir e resistir comigo; por deixar, literalmente, marcas no corpo e na alma. Ao Ricardo, Felipe, Dox, Bruno, Fabiane e Jordana: queria que vocês soubessem o quanto me ajudaram, me levantaram e me deram esperança. Eu sei que, com vocês, jamais estarei sozinha.

Agradeço, por fim, à memória de minha tia Carmen. A única pessoa que não está mais aqui, em corpo. A pessoa que eu queria que estivesse. A marca que você deixou na minha formação veio daqueles livros trazidos em finais de tarde; em incentivos ao estudo, em amor incondicional. A minha concepção de educação como liberdade é sua. Você foi liberdade.



*"Eu não serei livre  
enquanto houver mulheres  
que não são, mesmo que suas algemas  
sejam muito diferentes das minhas"  
Audre Lorde*

*"Quem tem consciência para ter coragem  
Quem tem a força de saber que existe  
E no centro da própria engrenagem  
Inventa contra a mola que resiste  
Quem não vacila mesmo derrotado  
Quem já perdido nunca desespera  
E envolto em tempestade, decepada  
Entre os dentes segura a primavera".  
Secos e Molhados – 1974*

## RESUMO

Essa pesquisa procura compreender os processos de empoderamento de mulheres camponesas assentadas do Assentamento Contestado (Lapa – PR), através da existência de seu Coletivo de Mulheres. A partir das questões trazidas pela Geografia de Gênero e Feminista, foi possível geografar os fenômenos relacionados à luta de gênero dentro da luta de classes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Partindo da construção do feminismo camponês popular e do feminismo comunitário no âmbito do Coletivo de Mulheres e da metodologia participante das reuniões do referido Coletivo, elaboramos um caminho para entender como são tratadas as questões de gênero dentro do MST. Com o auxílio da Geografia agrária, compreende-se a estrutura do campo que deu origem ao MST e outros movimentos de luta pela terra. Através do conceito de empoderamento e poder, analisou-se a construção do Coletivo de Mulheres do Contestado, a partir das reuniões do mesmo e os debates travados naqueles encontros.

Palavras-chave: Geografia de Gênero, feminismo camponês, feminismo comunitário, MST, empoderamento.

## **ABSTRACT**

This research seeks to comprehend the processes of peasant women empowerment settled in the Assentamento Contestado (Lapa - PR), through the existence of the Women's Collective of said settlement. From the questions brought by the Gender Geography and Feminist Geography, it was possible to geographize the phenomena related to the gender struggle within the class struggle of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Starting from the construction of popular peasant feminism and community feminism within the context of the Women's Collective and the participative methodology of the meetings of this Collective, we have a way to understand how gender issues are treated inside the MST. With the help of agrarian geography, the field structure that gave rise to the MST and other land-fighting movements is understood. Through the concept of empowerment and power, the construction of the Women's Collective of Contestado was analyzed, based on its meetings and the debates held at those meetings.

Key Words: Gender Geography, peasant feminism, community feminism, MST, empowerment.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do Assentamento Contestado. Autora: Gabriela de Menezes Fernandes.....	21
Figura 2 : Faixa no antigo casarão na Sede do Assentamento Contestado, “Quando uma mulher avança o machismo retrocede”. Janeiro/2017. Autora: Larissa Urquiza .....	111
Figura 3 Organização das pautas da 2º reunião do Coletivo de Mulheres: trabalho de base, formação e ações. Assentamento Contestado. Junho/2017. Foto: Larissa Urquiza. ....	113
Figura 4 - Mural da Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA) feito pelos alunos. “La ciencia para todas (os), la belleza para todas (os). Assentamento Contestado. Novembro/2017. Foto: Larissa Urquiza.....	117
Figura 5 - Sexta Reunião do Coletivo de Mulheres – Oficina de Bonecas. Assentamento Contestado, dezembro/2017. Autora: Larissa Urquiza. ....	118
Figura 6 - Menino costurando sua boneca da sexta reunião do Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado, dezembro/2017. Autora: Larissa Urquiza.....	119
Figura 7 - Flâmula com frase do poeta Gentileza que remete à memória da Guerra do Contestado – Assentamento Contestado, junho/2017. Autoria: Larissa Urquiza. ....	121
Figura 8 - Mística na 2º reunião do Coletivo de Mulheres no Assentamento Contestado. Cartografando os espaços de mulheres. Junho/2017. Autora: Larissa Urquiza. ....	121
Figura 9 - Agroecologia colocada em prática: horta de um dos lotes no Assentamento Contestado – dezembro/2017. Autora: Larissa Urquiza. ....	134

## **LISTA DE SIGLAS**

ANMTR – Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais.

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas.

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

OMAQUESP – Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	16
CAPÍTULO 1: GEOGRAFIAS DE GÊNERO E GEOGRAFIAS FEMINISTAS ..	28
1.1 INTRODUÇÃO .....	28
1.2 REINVINDICAÇÕES POR UMA GEOGRAFIA INCÔMODA: GÊNERO E FEMINISMO NO DEBATE GEOGRÁFICO .....	29
1.3 GEOGRAFIA DE GÊNERO BRASILEIRA: UM CAMPO A SER EXPLORADO .....	39
1.4 GEOGRAFIA DAS LUTAS DE MULHERES ASSENTADAS: GÊNERO NO ESPAÇO AGRÁRIO .....	46
1.5 FEMINISMO COMUNITÁRIO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS PARA A CONSTRUÇÃO DO FEMINISMO CAMPONÊS .....	55
CAPÍTULO 2: REVOLUCIONANDO A QUESTÃO DA MULHER E DO GÊNERO NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA .....	64
2.1 INTRODUÇÃO .....	64
2.2 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA: A LUTA .....	66
2.3 A LUTA DENTRO DA LUTA: QUESTÕES DE GÊNERO NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA: .....	74
2.4 DO ACAMPAMENTO AO ASSENTAMENTO: RELAÇÕES DE GÊNERO NA MATERIALIDADE DA LUTA PELA TERRA .....	81
CAPÍTULO 3: O EMPODERAMENTO COMO SIGNIFICADO DE EMANCIPAÇÃO: RELAÇÕES DE PODER E PROCESSOS DE LIBERTAÇÃO .....	89
3.1 INTRODUÇÃO .....	89
3.2 A SUBVERSÃO DA ORDEM: EMPODERAMENTO, PODER E EMANCIPAÇÃO .....	92
3.3 COMPARTILHANDO O PODER: O EMPODERAMENTO DE MULHERES CAMPONESAS .....	101
3.4 “SEM FEMINISMO NÃO HÁ SOCIALISMO”: O COLETIVO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO CONTESTADO – LAPA (PR) .....	108
3.4.1 “NINGUÉM SE EMANCIPA DE BOLSO VAZIO”: EMPODERAMENTO ECONÔMICO .....	122

3.4.2 TRANSGREDIR ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO E CONHECIMENTO COMO PROCESSOS DE EMPODERAMENTO.....	125
3.4.3 “EU SOZINHA ANDO BEM, MAS COM VOCÊS EU ANDO BEM MELHOR: PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS REUNIÕES DO COLETIVO .....	127
3.4.4 EM DEFESA DA VIDA: MULHERES E AGROECOLOGIA.....	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	138

## INTRODUÇÃO

*“No hay revolución cuando  
Nuestros cuerpos de mujeres sigan  
Siendo colonia de los hombres,  
Los gobiernos y los Estados.”  
Julieta Paredes*

O desejo de subverter a ordem patriarcal, de dominação de um gênero sobre o outro, é a grande pauta do feminismo em sua compreensão geral enquanto movimento. Hoje se sabe que podemos falar de movimentos, no plural, pois as lutas são diversas e as vozes de mulheres se erguem cada dia mais. Erguem-se no sentido de denunciar, pautar, reivindicar séculos de emudecimento. As mulheres que ousaram apontar as contradições da sociedade dominada por homens foram chamadas de loucas, escandalosas, rebeldes. A elas foi imposto um lugar secundário ou pior que isso, inexistente.

Se atualmente conseguimos enfrentar as estruturas excludentes de poder, é porque outras mulheres começaram muitas lutas por nós. O direito ao voto, ao divórcio, ao controle do próprio corpo, do casamento, da própria vida – para dar alguns exemplos - são frutos de pequenas e grandes revoluções iniciadas por mulheres corajosas e guerreiras. Cada dia que passa, percebemos que o abismo sobre a história das mulheres está sendo preenchido por gerações de mulheres insurgentes.

As múltiplas vozes de mulheres não se calam mais. Frente às mais diversas maneiras de opressão e subordinação, as diversas lutas feministas tem conquistado cada vez mais espaço e poder em todas as escalas das sociedades. Quando afirmo que são múltiplos os gritos por emancipação feminina, afirmo que nós, mulheres, sofremos com o machismo, o racismo, a discriminação de classe etc., na maioria dos contextos em que estamos inseridas.

Dentre a diversidade de lutas a que me refiro, está aquela das mulheres camponesas. O feminismo camponês e popular brasileiro está presente em vários movimentos sociais de luta pela terra como o MST, por exemplo – ou apenas naqueles formados por mulheres, como é o caso do Movimento de



Mulheres Camponesas (MMC). Sobre a constituição das pautas feministas camponesas,

Analisando o cenário brasileiro com relação aos movimentos sociais, as lutas das mulheres da roça, até a década de 80, praticamente não apareciam com força capaz de provocar mudanças estruturais no campo dos direitos civis e políticos. Contudo, ressalta-se que enquanto não houve movimentos consistentes pela libertação das mulheres camponesas, inclusive, com o desenrolar da luta feminista, apesar de suas contradições, elas, com raras exceções, pouco eram lembradas. Nesse aspecto, afirma-se que o Movimento [o MMC] produz visibilidade de identidades tanto individuais quanto coletivas. Desse modo, o ocultamento das mulheres da roça foi construído ao longo dos tempos, mas, sabe-se que tudo o que é construção tem possibilidade de desconstrução e daí que Gebara (2002) defende o feminismo como movimento político capaz de reconstruir outra cultura em que as mulheres não sejam inferiorizadas. Mediante esse fator, com o impulso das lutas populares do final do período ditatorial no Brasil, eclodem vários movimentos populares e, dentre eles, alguns de mulheres camponesas, como, por exemplo, a Organização das Mulheres da Roça (OMR) [...]. No caso da OMR, surgida em 1983 e que posteriormente assumiu caráter de Movimento autônomo com o MMTR/ RS em 1989, as mulheres buscavam poder pensar suas próprias lutas a partir de suas necessidades, justamente pelo fato de que, em estruturas como cooperativas, sindicatos e igrejas, suas questões específicas não tinham espaço. (CONTE; WESCHENFELDER; CINELLI, 2010, p. 4-5).

A partir do histórico do surgimento do movimento feminista camponês no Brasil, se pode afirmar que este foi construído na esperança de conquistar espaços para que as mulheres camponesas pudessem pautar questões específicas da luta de gênero dentro da luta de classes. É nessa perspectiva que o presente trabalho se encaixa, além de tentar preencher uma lacuna da geografia de gênero nos estudos agrários.

Essa pesquisa tem como objetivo principal estudar a construção do Coletivo de Mulheres no território de luta pela terra do Assentamento Contestado – Lapa (PR) –, bem como suas ideias, práticas, atividades, debates e formação sob o enfoque do empoderamento da mulher camponesa, com base nas reuniões do Coletivo realizadas no ano de 2017. Sendo assim, pretendo compreender o empoderamento de mulheres camponesas em territórios de luta pela terra a partir da organização da luta de gênero interseccionada com a luta de classes que se faz materializada pela existência de espaços construídos por mulheres para debater as questões de gênero.

A partir disso, defino quatro objetivos específicos: 1) contribuir para os estudos sobre Geografia de Gênero e Geografia Agrária e, com o auxílio da

bibliografia, analisar a geográficidade da existência do Coletivo de Mulheres do Contestado; 2) a partir do histórico do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e da construção do Setor de Gênero em sua estrutura, analisar os debates produzidos no âmbito das reuniões e encontros de mulheres e destacar as principais questões levantadas por elas; 3) a partir das considerações sobre o conceito de empoderamento e poder, compreender de que maneira o Coletivo de Mulheres empodera as camponesas do Contestado e 4) sob a ótica do feminismo comunitário, entender como se dá a relação entre o Coletivo e a comunidade, na construção de um feminismo camponês popular. Destaco assim que ambas vertentes do feminismo – comunitário e camponês – se interseccionam na luta contra a opressão de gênero e priorizam o lugar de fala das mulheres quando se trata das questões de classe – luta camponesa pela terra.

A investigação que se coloca está centrada na ideia de como a organização e a comunidade podem contribuir para o empoderamento feminino tanto pessoal quanto coletivo/comunitário das mulheres camponesas assentadas e no empoderamento na luta pela terra e na terra. Isso quer dizer também que o estudo questiona e procura compreender as definições de poder e de como as organizações de mulheres nos assentamentos da reforma agrária contribuem para o avanço da desconstrução do machismo e inserem as mulheres enquanto protagonistas de um processo histórico de luta e resistência<sup>1</sup>.

O Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado consiste em um espaço construído pelas camponesas para debater questões de gênero, também focado na formação política e na discussão da agenda feminista do Assentamento e do Movimento, promovendo atividades que possibilitem o encontro de ideias, traçando estratégias para as lutas de gênero e de classes.

---

<sup>1</sup> Ressalto minha trajetória como pesquisadora do tema, a fim de elencar alguns pontos de justificativa da escolha e dos recortes da pesquisa. Ao longo do primeiro ano de mestrado foi possível remodelar as ideias iniciais do primeiro projeto. Num primeiro momento, a intenção era estudar a memória da Guerra do Contestado em quatro assentamentos e quatro cidades que tivessem alguma ligação com esse episódio. Foi constatado ao longo do processo que tal pesquisa seria inviável em dois anos pela quantidade de entrevistas e visitas que demandariam mais tempo do que disponível. Então, ao entrar em contato com algumas mulheres do Assentamento Contestado na Lapa, durante uma das disciplinas cursadas no mestrado, obtive conhecimento da existência do Coletivo de Mulheres no referido assentamento. A partir de então, reformulei o projeto e comecei a trabalhar com as reuniões do Coletivo e levantar os principais debates desses encontros.

Esse Coletivo existe desde a fase de acampamento no território que hoje corresponde ao Assentamento, “[...] uma área remanescente do regime de sesmarias do Brasil Colonial e Imperial”, que a partir de 1985 passou às mãos da empresa INCEPA, que utilizou essa fazenda para reflorestamento de eucalipto e pinus (ORZEKOVSKI, 2014, p. 28).

O projeto inicial desta pesquisa tinha como estratégia metodológica a realização de entrevistas individuais, fora do espaço dos encontros do Coletivo, a fim de escrever também sobre sua história e a trajetória de cada mulher, porém, isso não foi possível por dois motivos. O primeiro deles está ligado ao fato da prioridade em participar das reuniões ao longo do ano de 2017 e analisar os debates produzidos no âmbito dos encontros. Com isso, parto de uma metodologia de pesquisa participante para a construção desse trabalho. O segundo motivo foi o da incompatibilidade de agendas para realização das entrevistas visto que, cada mulher possui diversos trabalhos e tarefas dentro do lote e na militância política. Portanto, mesmo que essas entrevistas fossem possibilitar um enriquecimento do trabalho, as reuniões estiveram como principal foco na presente análise, por conta da construção coletiva/comunitária do empoderamento de mulheres camponesas.

Sobre a metodologia escolhida para a realização desse trabalho optei pela pesquisa participante ou participativa, que pode ser definida como

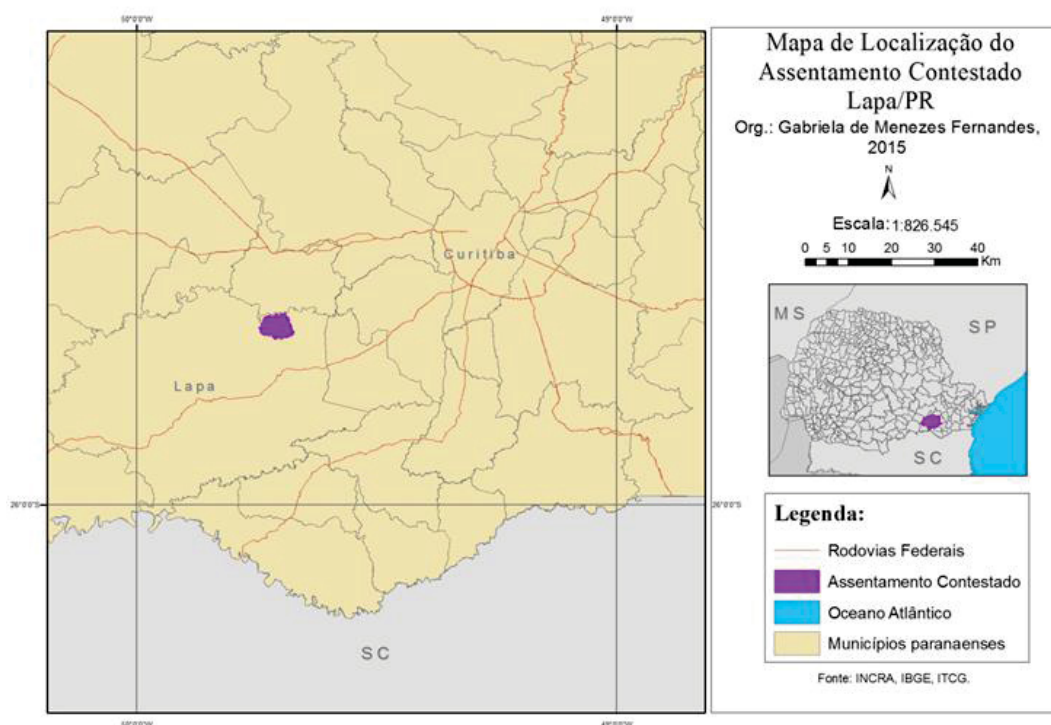
Em suas variedades e variações, as abordagens participativas respondem de maneira direta às finalidades práticas e sociais a que se destinam, como um meio de conhecimento de questões sociais a serem participativamente trabalhadas. [...] As abordagens de pesquisa de vocação participativa aspiram participar de processos mais amplos e contínuos de construção progressiva de um saber mais partilhado, mais abrangente e mais sensível às origens populares do conhecimento popular. Em boa parte das experiências, as alternativas participativas se reconhecem vinculadas de algum modo com a educação popular. Através dela, elas se identificam como um serviço ao empoderamento dos movimentos populares e de seus integrantes. (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 56-57).

Desta maneira, busco compreender como as relações de gênero dentro de um movimento social se transformam na materialidade, construindo participativamente as discussões que seguem. Também procuro contribuir para que os trabalhos sobre gênero na Geografia Agrária sejam percebidos como urgentes, visto que, se formos pensar a diversidade do campesinato brasileiro,

ainda há poucos trabalhos na área. A pesquisa participante, quando se trata de construir um trabalho com os movimentos sociais se faz essencial, numa relação dialética entre os sujeitos que os compõem e o pesquisador, sempre levando em consideração o contexto sócio-espacial que se apresentar e as demandas dos movimentos.

Também foi possível ter acesso ao planejamento do Coletivo para o primeiro semestre de 2017, que levantou diversas questões quanto a organização, prioridades de ação e planos que as mulheres definiram juntas na última reunião do ano de 2016, construindo assim uma agenda comum e pautada no senso de coletividade, por meio da qual surgiram cinco frentes de atuação: 1) corpo em movimento, 2) auto-financiamento, 3) auto-cuidado, 4) produção e criatividade e 5) construção de saberes. Essas frentes têm como objetivo proporcionar, no âmbito do Coletivo, o desenvolvimento de atividades de formação sobre feminismo e gênero, realização de oficinas de produção, aproximar as militantes tendo em vista suas histórias de vida, entre outras pautas que serão discutidas no capítulo 3.

O Assentamento Contestado, território de luta escolhido para desenvolver o trabalho com as mulheres assentadas está localizado no município da Lapa – PR, como se pode ver no mapa a seguir.



**Figura 1 - Mapa de localização do Assentamento Contestado. Autora: Gabriela de Menezes Fernandes**

## O Assentamento

[...] é hoje um exemplo, entre tantos no Brasil, da organização coletiva e comunitária da vida no campo, sem contar que é uma área remanescente do regime de sesmarias do Brasil Colonial e Imperial. Está localizado no município da Lapa, distante 20 km da sede municipal e 70 km de Curitiba, capital do Estado. Antes da implantação do assentamento, foi considerada a fonte do poder patrimonialista regional, sendo até aquele momento denominado Fazenda Santa Amélia. Seu antigo proprietário chegou a receber o título de Barão dos Campos Gerais durante a visita que o Imperador Dom Pedro II realizou à Província do Paraná em 1880, chegando a pernoitar na sua sede. (ORZEKOVSKI, 2014, p, 27-28).

O nome do assentamento tem relação com memória da Guerra do Contestado (1912-1916). Apesar de não ter havido combates diretos durante os quatro anos de massacre caboclo, o município da Lapa – onde se localiza o assentamento – tem relação com a memória dos conhecidos Monges do Contestado. Não apenas por essa questão, mas também remete à proximidade em que ocorreu a Guerra do Contestado, em território catarinense.

As mulheres tiveram papel de destaque durante a guerra, não apenas nos lugares historicamente destinados a elas como o espaço da casa, dos

cuidados com os enfermos, das crianças e idosos. Elas foram lideranças, tiveram força e voz de decisão nos períodos mais críticos da Guerra, principalmente nos dois primeiros anos de conflito<sup>2</sup>. Possuíam lugar de destaque na mediação entre os caboclos e o Monge João Maria, por meio de sonhos e conversas que tinham com ele. Foram comandantes de briga, de exército, andavam à frente dos homens e por eles eram respeitadas. A maioria das líderes eram moças jovens, entre 11 e 17 anos.

Teodora, Dona Querubina, Maria Rosa, Chica Pelega são mulheres reais que figuram no imaginário da população do Contestado como as grandes heroínas dessa Guerra Camponesa. Mas o silenciamento dessa história, produzido por quem toma o poder de produzir e reproduzir o conhecimento, o espaço, bem como a memória, deixou as trajetórias dessas mulheres cair no esquecimento.

O Assentamento Contestado hoje, após 19 anos de existência desde a sua constituição em 1999, é considerado um assentamento modelo do MST nas questões de agroecologia e com a constituição da Escola Latinoamericana de Agroecologia (ELAA). Recebe militantes de todo o Brasil e da América Latina, de movimentos ligados à Via Campesina, e é um espaço de formação, principalmente por conta da existência da ELAA. Segundo a página da internet do MST,

Cerca de 150 famílias habitam uma área de mais de três mil hectares. Antigamente essa terra pertencia a uma pessoa só, o Barão de Serro Azul, e depois foi parar nas mãos de uma indústria de cerâmica. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) descobriu que a empresa tinha uma grande dívida com a União e ocupou a terra em 1999, reivindicando que fosse destinada à reforma agrária. Eram trinta famílias debaixo de lona preta. E, mesmo sob conjuntura desfavorável, com Jaime Lerner no governo do estado e Fernando Henrique Cardoso na presidência, em poucos meses a terra foi conquistada.<sup>3</sup>

As famílias produtoras do assentamento, bem como outras da região que não estão localizadas no assentamento, formaram a Cooperativa Terra Livre. Na parte destinada a educação, o assentamento conta com uma escola

---

<sup>2</sup> SILVA, Nathalia Ferronato. **As “Virgens Messiânicas”**: participação e influência das “Virgens” Teodora e Maria Rosa no Contestado (1912-1916). Revista Santa Catarina em História – Florianópolis – UFSC, v.1, n.1, p. 52-62. 2010.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/08/17/assentamento-contestado-laboratorio-de-organizacao-popular-e-de-agroecologia.html>>. Acesso em Julho/2017.

estadual, uma municipal com funcionamento regular e uma ciranda <sup>4</sup> para as crianças menores. Também possui um curso de tecnólogo em agroecologia pelo IFPR/Campus de Campo Largo (PR) e um curso de licenciatura em educação do campo pela UFPR/Setor Litoral. Sobre o funcionamento de alguns cursos da ELAA,

O modelo de ensino da Escola funciona no sistema de alternância, como outros cursos do movimento. Isso significa que o estudante passa um período em sua comunidade e outro período na Escola, de maneira alternada, para que possa replicar o conhecimento em sua comunidade e para que os cursos atendam à demanda de várias regiões. Sendo assim, os cursos na ELAA são intensivos e os estudantes moram na escola durante o período de aulas – por isso a ELAA conta com estrutura de refeitório e alojamento. A ELAA é uma proposta que surge da Via Campesina, uma articulação mundial de movimentos camponeses, em 2005 no Fórum Social Mundial em Porto Alegre e região, quando Hugo Chávez esteve presente. O projeto abarcava duas escolas, uma no Brasil e outra na Venezuela, que também se consolidou – é a IALA – Instituto de Agroecologia Latino Americano Paulo Freire. Existem outros IALAs: o Guarani no Paraguai, um no Chile voltado para as mulheres e outro na Colômbia, inaugurado esse ano – além de experiências no Equador, Guatemala e Argentina <sup>5</sup>.

Para alcançar os objetivos – geral e específicos – propostos anteriormente e analisar a geograficidade dos fenômenos, a base teórica desse trabalho está na Geografia de Gênero e na Geografia Agrária.

No que se refere à importância dos estudos de gênero e feminismo para a Geografia, concordo com Silva (2003, p. 33-34)

Uma abordagem da perspectiva feminina na produção do espaço exige um olhar atento ao cotidiano, ao micro-social e aos grupos

---

<sup>4</sup> A ciranda infantil é criada dentro da concepção de educação como libertação que o MST construiu ao longo de todos os seus anos de existência, onde enxerga todos os sujeitos da luta pela terra com seu potencial de transformar a sociedade. As cirandas são destinadas às crianças pequenas e estão presentes nos acampamentos e assentamentos, bem como nos eventos organizados pelo Movimento. Segundo Dalmaz e Scarmocin (2011, p. 4), as cirandas foram criadas “[...] especialmente porque muitas mães/mulheres do MST queriam participar ativamente das ações do Movimento, mas tinham que deixar seus filhos ainda pequenos em lugares seguros enquanto participavam das discussões, organizações e embates. [...] as mulheres desejavam cada vez mais participar da luta pela terra, pela reforma agrária, por um novo modelo de agricultura e pela mudança social, mas com as mães militantes haviam também as crianças, assim foram criadas as primeiras experiências de atendimento organizado para as crianças pequenas (“sem terrinhas”). Posteriormente, a construção das cirandas deixa de ser uma reivindicação somente vinculada ao trabalho feminino e torna-se uma necessidade para as famílias do campo”.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/08/17/assentamento-contestado-laboratorio-de-organizacao-popular-e-de-agroecologia.html>>. Acesso em: Julho/2017.

sociais marginalizados do poder e assim, tais temáticas foram consideradas questões de menor importância na análise do espaço geográfico. Durante muito tempo a abordagem do espaço na geografia esteve centrada nos estudos dos espaços político - institucionais, nos processos de produção e acumulação da riqueza e na concepção de cultura como uma instância supra-orgânica. É a partir das críticas estabelecidas na nova geografia cultural que se abre a possibilidade de novas abordagens que exigem um novo conjunto de métodos. Essa corrente geográfica permite o pensar de um espaço complexo, composto por múltiplos processos diferentes e simultâneos, coloca em evidência a relatividade das escalas de abordagem do espaço, a dúvida do tempo linear e, definitivamente, coloca em xeque as noções de progresso, desenvolvimento e evolução, argumentando os limites da produção do conhecimento geográfico a partir dos conceitos da modernidade.

A Geografia de Gênero, portanto, contribui para o entendimento do espaço enquanto múltiplo, priorizando a geografia de grupos marginalizados no discurso hegemônico, colocando em tensão os conceitos chave para a ciência geografia. Ao inserir a categoria de análise gênero, caminhamos para que reconstrução de seus conceitos de maneira que eles não sejam universais e neutros quanto às questões de gênero, classe e raça, principalmente.

Foram realizados sete trabalhos de campo sendo seis participações nas reuniões e um trabalho de campo para acompanhar as entrevistas de um documentário que está sendo produzido pelo projeto de extensão da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sonia F. Schwendler, do Departamento de Educação da Universidade Federal do Paraná. Foi fundamental para a realização dessa pesquisa o acompanhamento que me foi possibilitado por Schwendler em seus trabalhos de campo, juntamente com um grupo de alunos da graduação e pós-graduação em Pedagogia. O referido documentário, no momento em que escrevo, ainda está sendo produzido, mas a temática que o envolve está voltada para a relação entre mulheres e agroecologia no território de luta do Assentamento Contestado. A partir dessa vivência e dessas experiências, consegui entrar em contato com a história do Coletivo de Mulheres.

O primeiro trabalho de campo, realizado em janeiro de 2017, se constituiu na participação da reunião do Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado, onde se discutiram questões organizacionais inerentes ao mesmo, frentes de ação e propostas para o ano que se iniciava. Essa participação foi essencial para o desenvolver do projeto de pesquisa, pois até aquele momento, não havia o objetivo de estudar o Coletivo de Mulheres.



O segundo trabalho de campo foi realizado em Junho/2017, também com o objetivo de participar da reunião do Coletivo que, naquela data, promoveu um encontro de mulheres de outros assentamentos e acampamentos da região sul do Paraná. Estavam presentes militantes do assentamento Emiliano Zapata (Ponta Grossa-PR), do Acampamento Maria Rosa (Castro-PR) e de outros assentamentos das cidades de Morretes, Paula Freitas, Teixeira Soares e Fernandes Pinheiro. Por causa da agenda política do MST nos primeiros meses de 2017, não ocorreram reuniões do Coletivo de Mulheres do Contestado nos meses anteriores e esse fato foi discutido em encontros posteriores, quando a reflexão se encaminhou para a realização de um balanço das atividades do Coletivo no Ano de 2017.

A terceira reunião ocorreu no mês de julho de 2017 e contou com a participação de pesquisadoras da UFPR, das áreas de Educação e Sociologia, que apresentaram o projeto de desenvolvimento de um documentário que abordará as relações entre mulher e agroecologia.

A quarta reunião ocorreu em agosto do mesmo ano e esteve centrada em discutir questões relativas ao documentário, que foi construído com as mulheres do Coletivo – e repasses da agenda do Movimento para os próximos meses. O quinto encontro do Coletivo de Mulheres ocorreu em novembro e mais uma vez estiveram presentes, além das camponesas assentadas, as pesquisadoras e estudantes ligados à produção do documentário. Foram discutidas as possíveis mulheres participantes a serem entrevistadas para o referido documentário sobre mulheres e agroecologia. A baixa participação das mulheres assentadas nas reuniões ficou evidente nesse encontro e foi discutida naquele momento.

A sexta e última reunião do ano de 2017 reuniu o maior número de mulheres do Assentamento em relação aos outros meses, principalmente pelo fato da realização de uma Oficina de Bonecas, realizada em parceria com as professoras do Setor de Educação da UFPR, a fim de discutir questões de gênero, violência, patriarcado.

Ao todo foram seis reuniões do Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado que acompanhei e analisei. Essas reuniões foram importantes para o processo de desenvolvimento da pesquisa participativa também por conta

dos contatos que se estabelecem com as mulheres, a fim de construir o trabalho com elas.

Tais reuniões trouxeram reflexões ao meu estudo que evidenciam a importância da organização de coletivos nos processos de empoderamento das mulheres camponesas. Para a análise essa análise, concentro-me na tentativa de encontrar respostas para algumas questões, por exemplo: 1) por que nem todas as mulheres participam das reuniões e ações empreendidas e organizadas pelo Coletivo de Mulheres dos Assentamentos?; 2) no caso do Assentamento Contestado, o recuo das mulheres na participação política é algo que se pode afirmar que aconteceu/acontece? e 3) como as camponesas pensam a inserção do homem nos debates sobre gênero e classe? Essas perguntas foram respondidas no último capítulo desse trabalho com a análise das principais pautas das reuniões do referido Coletivo de Mulheres.

A presente pesquisa foi dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo discuto as questões e problemáticas desenvolvidas dentro da Geografia de Gênero e/ou das Geografias Feministas, que vem ganhando cada vez mais espaço de pesquisa e ação em uma ciência que até pouco tempo deixava em segundo plano – ou nem sequer tratava das questões relacionadas ao tema. O estudo apresentou o surgimento da perspectiva de gênero na Geografia, de maneira geral, para então apresentar os estudos da Geografia brasileira com esse viés, que tem crescido em publicações de monografias, dissertações, teses e artigos nas últimas duas décadas. A partir desse quadro teórico-metodológico, disserto sobre as contribuições do feminismo comunitário latino americano e a possível visão de empoderamento de uma perspectiva comunitária, não isolada da sociedade e contexto no qual está inserida. Também aponto para a aproximação entre essa vertente e o feminismo camponês popular construído no Assentamento Contestado.

No segundo capítulo me concentrei em explicitar as questões de gênero no espaço agrário, baseando em estudos realizados tanto na Geografia como na Sociologia, Antropologia e Educação que privilegiam o enfoque de gênero nas construções das relações sociais dentro do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Apresentarei um breve histórico do MST, sua construção, lutas e pautas que possuem quase 40 anos de existência no cenário brasileiro. Focando na perspectiva geográfica da luta pela terra sob o viés de gênero,

tem-se como base os trabalhos de María Franco García e Renata Valenciano, geógrafas que defenderam seus trabalhos – tese e dissertação, respectivamente – na UNESP de Presidente Prudente, ligadas ao CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho).

O terceiro capítulo adentra no enfoque de empoderamento nos estudos sociais. Pretendeu-se concentrar a discussão nos estudos sobre o que é empoderamento e poder para delinear o arcabouço teórico-metodológico desse trabalho. Discuti de que maneira a ideia de empoderamento foi construída pelos movimentos feministas e movimentos sociais desde a década de 1980, a origem do termo e toda a carga conceitual que carrega bem como sua utilização prática. Assim, poderemos melhor compreender essa ideia – empoderamento – que vem perpassando as agendas feministas e de outros movimentos nos últimos anos. Também nesse capítulo realizei a descrição de todas as seis reuniões que participei e vivenciei, demonstrando a metodologia utilizada para tal objetivo. A partir dos encontros foi possível ressaltar quatro questões que sempre apareceram como pauta nesses momentos: 1) empoderamento econômico, 2) participação das mulheres no Coletivo, 3) educação como libertação e 4) mulheres e agroecologia.

A partir destas reflexões, elaborei as considerações finais que versam sobre os principais elementos tratados pela pesquisa, seus resultados e as perspectivas que o presente trabalho possibilitou nos estudos agrários e de gênero na Geografia.

## **CAPÍTULO 1: GEOGRAFIAS DE GÊNERO E GEOGRAFIAS FEMINISTAS**

### **1.1 INTRODUÇÃO**

Em todas as ciências humanas, a temática do feminismo e das relações de gênero já trilha um caminho extremamente fértil há mais de 40 anos. Na geografia, porém, observamos um envolvimento tardio – em comparação a História, Sociologia, Antropologia etc. – das pesquisas que levam em consideração as perspectivas sobre mulheres e mais adiante, da utilização da categoria gênero. Porém, os movimentos sociais do século XX influenciaram e proporcionaram a entrada dessas e de outras questões, sempre negligenciadas e silenciadas, com clara seletividade pelos responsáveis pela produção de conhecimento.

Os estudos sobre a vivência das mulheres na História, nas culturas, sociedades e espaços foram ganhando cada vez mais lugar de destaque com a emergência de vozes marginalizadas dentro e fora das academias. A Geografia não foi impermeável às movimentações políticas e sociais e suas reivindicações, porém, desde os primeiros trabalhos e pesquisas de geógrafas feministas. A ciência geográfica como um todo se mostrou resistente aos temas, provavelmente na tentativa de classificar as questões feministas e de gênero como irrelevantes para as pesquisas. Porém, isso não foi suficiente para frear o avanço da temática entre acadêmicas e acadêmicos geógrafos na Europa e nos Estados Unidos que, a partir do final da década de 1970, voltaram seus olhares para o lugar das mulheres, o espaço produzido por elas, os territórios e assim por diante.

A necessidade de pesquisas relacionadas ao tema mulher/mulheres e, mais adiante relações de gênero na Geografia e a inserção desses temas nesta ciência, percorreu caminhos difíceis e enfrentou diversos preconceitos. Empreendidas pelas geógrafas feministas que se engajaram, inseridas em um espaço extremamente machista e sexista como as Universidades, fruto de séculos de opressão e silenciamento, as pesquisadoras e pesquisadores que se lançaram nestes campos de pesquisa romperam com tais processos.

Procura-se, nesta primeira parte do capítulo, identificar os principais elementos que influenciaram no desenvolvimento das geografias feministas e de gênero e como a análise espacial dos fenômenos relacionados a construção do que é ser mulher ou ser homem nas diversas sociedades e através do espaço e temporalidades tem trazido para o debate questões relevantes, porém, sempre excluídas. Portanto, o capítulo está centrado nas questões elencadas anteriormente, atentando para o histórico da Geografia Feminista e/ou de Gênero num panorama geral para depois adentrar na construção desse campo no Brasil. Em seguida, discuti as contribuições do feminismo comunitário na construção do feminismo camponês, que será de grande importância para compreender o empoderamento e emancipação de mulheres camponesas no contexto da luta pela terra.

Na segunda parte desse capítulo, se discutirá a bibliografia disponível sobre a área de gênero da geografia brasileira e suas contribuições para essa pesquisa. Entender como e porque dentro das academias brasileiras de geografia ainda se desqualificam pesquisas e posicionamentos de geógrafas e geógrafos que trabalham com a temática, também fez parte da presente análise, pois somente assim conseguiremos entender como a escolha dessa área foi importante para entender as questões de empoderamento.

Compondo esse quadro, a terceira parte do presente capítulo se concentra nas questões relacionadas à Geografia Agrária sob o enfoque de gênero, focando então análise de movimentos sociais como o MST e as questões de gênero inseridas na luta pela terra.

Finalizando esse capítulo, se encontram as considerações sobre feminismo comunitário e feminismo camponês com o intuito de aproximar ambas vertentes do movimento feminista latino-americano em suas práticas e epistemologias revolucionárias.

## **1.2 REINVIDICAÇÕES POR UMA GEOGRAFIA INCÔMODA: GÊNERO E FEMINISMO NO DEBATE GEOGRÁFICO**

Para iniciar a discussão sobre o surgimento da área de Geografia de Gênero e/ou Feminista na Geografia Humana, podemos partir das considerações presentes na obra *Dicionário Crítico de Gênero*, no verbete

“geografia feminista”, podendo esta ser definida como um “[...] sub-campo da geografia que emergiu no início dos anos 70 nos Estados Unidos e no Reino Unido, propiciado pelos movimentos sociais, dentro e fora da academia” (SILVA, 2015, p. 308). Como já se mencionou na introdução desse capítulo, a necessidade de estudar as relações sócio-espaciais de gênero e a influência do feminismo foram essenciais para o surgimento desse sub-campo da geografia.

O século XX foi marcado pela intensificação de lutas de movimentos e grupos que sempre enfrentaram o silenciamento e a opressão por parte dos Estados, das oligarquias, das classes dominantes, dos modelos econômicos, da linguagem e da escrita da história, da produção do espaço. Então, por que não falar também, dos silenciamentos das geografidades desses movimentos, identidades e memórias? Era emergente, necessária, a inserção da temática de gênero também na geografia, já que houve uma maior atenção de desenvolvimento dessas essas questões na sociologia, economia, antropologia e história.

Penso ser importante também ressaltar que o movimento feminista passou por diversos questionamentos internos de onde surgem novas formas de pensar a questão das mulheres, não mais como um sujeito único, com as mesmas experiências, sofrendo as mesmas opressões onde quer que se localize, temporal e espacialmente. No caso da produção de uma geografia feminista

Nos anos 90, novas críticas foram formuladas sobre as ausências do discurso geográfico produzidas pelas mulheres negras e homossexuais não brancos, deflagrando a incapacidade teórica e metodológica da geografia até então empreendida em produzir um conhecimento libertador, que desafiasse o poder da enunciação científica branca e ocidental. As categorias universais foram definitivamente colocadas em xeque, e emerge então um movimento identificado com as correntes pós-colonialistas e pós-estruturalistas. (SILVA, 2009, p. 96).

Essa reviravolta passa pela perspectiva de estudos étnico-raciais, *queers*<sup>6</sup>, das sexualidades e das culturas.

---

<sup>6</sup> Segundo o *Dicionário Crítico de Gênero* (2015) “La teoría queer ha sido influenciada por los aportes del posestructuralismo y del psicoanálisis que refieren a la identidad, la sexualidad y al papel de lo simbólico en la construcción de las mismas. [...] La atención se focalizó en la

Portanto, há uma emergência de sujeitos que, apesar de se identificarem com as pautas dos movimentos sociais, em especial dos movimentos feministas que trabalhamos aqui, questionam a invisibilidade das mesmas, relacionadas principalmente à raça e à classe. É o caso dos movimentos de mulheres camponesas que surgem na América Latina a partir dos anos 1980, de maneira organizada, dentro de movimentos mistos como é o caso do MST ou movimento de mulheres, como é o caso do MMC. Acredito que, mesmo que se construa uma crítica sobre a sociedade patriarcal opressora, machista e racista, esta deve levar em consideração os contextos em que a mesma é produzida e as espacialidades, corporeidades, racialidades e a cultura de cada lugar.

Foi no período conhecido como segunda onda do feminismo<sup>7</sup> que a influência desses movimentos sociais chega aos trabalhos de acadêmicas geógrafas anglo-saxônicas e norte-americanas, nas décadas de 1970/1980 (SILVA, 2009, p. 27). O movimento feminista desse período, principalmente na França e Estados Unidos, abre caminho para as discussões sobre opressão masculina, igualdade – feminismo da igualdade – e diferenças de experiências entre mulheres e homens – feminismo da diferença (ORNAT, 2008, p. 214). Desde então, diversos cursos de geografia na Europa e países de língua inglesa tem inserido em seus currículos a temática da geografia feminista (ORNAT, 2008, p. 314-315), não sem encontrar obstáculos nessa incursão por caminhos antes majoritariamente masculinos e de temáticas universalizantes e generalizantes

---

deconstrucción, desmontaje y desafío de la heterosexualidad hegemónica, en la forma en que la heterosexualidad instala la norma em los arreglos culturales actuales que articulan todo el espectro de las expresiones y deseos sexuales, incluyendo las identidades sexuales dominantes y marginadas.” (MARTINEZ, 2015, p. 561).

<sup>7</sup> Segundo o geógrafo Marcio Ornat “[...] a primeira onda representa o surgimento do movimento feminista, entre o final do séc. XIX e início do XX, nascendo como um movimento de luta das mulheres por igualdade de direitos civis. [...]; a segunda onda ressurgue nas décadas de 1960/1970, em especial nos Estados Unidos e na França. E enquanto as feministas americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade (feminismo de igualdade), as francesas postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade à especificidade da experiência feminina, geralmente negligenciada (feminismo da diferença); a terceira onda, forjadas nos anos 1980, introduz o paradigma da incerteza no campo do conhecimento, tendo por influência as proposições feitas por Michel Foucault e Jacques Derrida. É nesta terceira fase que se observa uma intensa justaposição entre movimento político e academia”. (ORNAT, 2008, p. 314).

Dessa forma, as pautas, as conquistas e lutas do movimento feminista influenciam também as universidades e instigam as pesquisas levando para o centro das análises as questões feministas. Um movimento que sai das ruas e entra nas academias européias e norte-americanas, principalmente, possibilitando outros olhares sobre temas silenciados e interditados. A entrada das ideias feministas nas pesquisas acadêmicas foi se construindo no que chamamos de epistemologias feministas, que se constitui no

[...] nascimento de um movimento científico político de mulheres cientistas que acabaram por produzir novas formas de conceber a ciência como um conhecimento posicionado e situacional, e, portanto, embebido de relações de poder. Essas novas concepções, no entanto, não podem ser compreendidas como práticas científicas próprias de mulheres, mas como uma forma de fazer científico também adotado por homens, inconformados com a falácia das verdades universais e da naturalização das hegemonias de determinadas versões de saber. (SILVA, 2009, p. 57).

A construção dessa geografia está pautada na crítica de uma ciência até então baseada no pensamento androcentrico e heterossexual. Uma ciência machista que exclui as mulheres dos fenômenos espaciais e territoriais que as sociedades vivenciam, produzem e reproduzem. Apesar disso, como constata Silva (2009, p. 28), a partir de um estudo das geógrafas Linda McDowell e Linda Peake,

Apesar de mais de uma década de esforços das geógrafas feministas, os homens detinham os postos mais altos das hierarquias de poder, a exemplo dos cargos de coordenação e de direção dos centros universitários. [...] As constatações sobre a falta de equidade nos sistemas acadêmicos levaram as geógrafas à proposição de reformulações curriculares nos cursos de geografia, notadamente na área humana, conforme McDowell.

Silva (2009) está se referindo, ao trazer as constatações de McDowell, aos entraves anteriormente mencionados por esse trabalho. Para inserir as questões de gênero e feminismo como análises válidas de pesquisa dentro da Geografia, era necessário desconstruir toda uma hierarquia de poder desde os altos postos de coordenação dos departamentos até as disciplinas ofertadas nos programas de graduação e pós-graduação em Geografia pelo mundo inteiro.



Concordo com Silva (2007), quando esta apresenta o trabalho da geógrafa inglesa Gillian Rose, que passou a utilizar do conceito de gênero e “[...] propõe uma perspectiva geográfica contestadora do poder instituído, tornando visível a resistência feminina” (SILVA, 2007, p. 97). Acrescento ainda que a utilização da categoria de análise *gênero* na pesquisa geográfica carrega consigo a necessidade e urgência de inserir nos cursos de geografia de graduação e pós-graduação linhas de pesquisa, grupos de discussão e disciplinas que possam fomentar trabalhos na área, sempre buscando e lutando para que gênero, sexualidades, racialidades, entre outros temas, não sejam considerados como insignificantes ou não relevantes para a geografia. Portanto, escolher produzir conhecimento utilizando o conceito de gênero, estando nessa área “marginal” da geografia é uma posição política que também implica militância.

Em um texto de 1986, Linda McDowell, uma das geógrafas feministas pioneiras nos estudos de gênero na geografia, ao realizar uma abordagem sobre a estruturação do patriarcado e o seu papel na subordinação das mulheres, inicia a discussão dizendo que

Nos últimos cinco anos mais ou menos, um dos maiores desafios para o pensamento convencional na Geografia veio com o feminismo. Acadêmicas feministas forçaram muitos geógrafos para um difícil repensar não apenas de suas maneiras de ver e analisar o mundo, mas também suas maneiras de re-examinar sua prática cotidiana e de como o mundo é grande.<sup>8</sup>

Assim, a introdução de temas relacionados ao feminismo foi essencial para provocar, criticar, desconstruir e realizar um processo de repensar os modos como a Geografia estava sendo construída. Segundo McDowell, não é apenas uma questão de pensar como se enxerga o mundo e sim repensar a prática acadêmica de cada pesquisador. Interpreto esse ponto como algo que pode ser traduzido em uma simples pergunta: o que estamos fazendo excluindo a metade da humanidade dos interesses dos geógrafos?

---

<sup>8</sup> Tradução da autora. No original: “In the last five years or so, one of the major challenges to conventional thinking in geography has come from feminism. Feminist scholars have forced many geographers into an uneasy rethinking not only of their ways of seeing and analysing the world, but also into a re-examination of their daily practice in the academy and in the world at large” (MCDOWELL, 1986, p. 311).

Mas, não é só de uma geografia escrita por mulheres e sobre questões restritas ao universo “feminino” que estão focadas as pesquisas na Geografia de Gênero e Feminista. É, antes de tudo, uma geografia produzida por mulheres e homens, trazendo perspectivas diferenciadas e olhares novos sobre a produção do espaço. Antes de adentrar em outros aspectos da construção dessa geografia, é necessário pontuar as distinções entre uma Geografia Feminista e uma Geografia de Gênero, deixando bem evidente que elas não são excludentes entre si, porém carregam alguns pontos específicos.

Segundo Silva (1998, p. 108) a Geografia Feminista é “[...] aquela que busca uma transformação não só da Geografia, mas também da forma como vivemos e trabalhamos”. Já a Geografia de Gênero pode ser definida como a pesquisa que utiliza da categoria de análise “[...] gênero como uma dimensão da vida social que deve ser incorporada nas estruturas existentes” (BONDI apud SILVA, 1999, p. 109). A autora aponta ainda que falar de uma Geografia feminista é falar de uma Geografia que “[...] incorpora as contribuições teóricas do feminismo à explicação e interpretação dos fatos geográficos e o gênero é um dos resultados dessa contribuição” (SILVA, 1999, p. 109).

A geografia feminista e/ou a Geografia de gênero precisa estar atenta para as questões das diferenças sociais, espaciais, territoriais, culturais e econômicas. Sendo assim, segundo Martinez (1995 apud SILVA, 1999)

[...] existem, em linhas gerais, três grandes áreas na Geografia onde é fundamental o enfoque de gênero. São elas: "1) as relações existentes entre gênero e conceitos chave na Geografia como são o espaço, o lugar e a natureza; o espaço enquanto construção social e de gênero, o conceito de lugar e a importância que em sua definição introduzem as diferenças de gênero, a relação entre gênero e natureza (o meio ambiente em seu sentido amplo); 2) as diferenças territoriais nos papéis e relações de gênero; 3) o uso e experiência diferenciais do espaço entre homens e mulheres, em distintas escalas: desde a escala local (utilização do espaço cotidiano, por exemplo) a global (movimentos migratórios transnacionais). (MARTINEZ, 1995, p. 18).

Com o pensamento em torno do conceito de gênero, as possibilidades desse campo da geografia vão se abrindo cada vez mais e uma geografia de gênero vai se desenhando. Sobre essa questão, na década de 1990, os trabalhos da historiadora Joan Scott e da filósofa Judith Butler são

fundamentais para o entendimento dessa problemática tão complexa. Porém, foi com Gayle Rubin, antropóloga norte-americana, marxista e feminista, que

[...] apareceu pela primeira vez, o conceito de 'sistema sexo/gênero'. Neste sistema o sexo, ou diferença biológica é a estrutura básica na qual a sociedade ao longo da história tem colocado os mecanismos, socialmente definidos, das características de gênero. (FRANCO, 2002, p. 9).

O trabalho de Joan Scott, sobre a categoria gênero, é de vital importância para essa pesquisa visto que sua análise parte da ideia de que gênero pode ser visto por e a partir de relações de poder, o que contribui para a análise que se pretende realizar no esforço teórico de entender o que é empoderamento e poder, como veremos no terceiro capítulo.

Ao tratar da construção da categoria de análise “gênero”, Scott aborda os significados linguísticos dessa palavra bem como sua utilização por feministas – acadêmicas ou não – e teóricos das mais diversas vertentes. Sobre a história da utilização do termo gênero na análise histórica

Na sua utilização recente mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulheres”. Os livros e artigos de todos os tipos que tinham como tema a história das mulheres substituíram, nos últimos anos, nos seus títulos o termo “mulheres” por “gênero”. Em alguns casos, mesmo que essa utilização se refira vagamente a certos conceitos analíticos, ela visa, de fato, obter o reconhecimento político deste campo de pesquisas. Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa sugerir a erudição e a seriedade de um trabalho, pois “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. “Gênero” parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo. Nessa utilização, o termo “gênero” não implica necessariamente uma tomada de posição sobre desigualdade ou o poder e tampouco designa a parte lesada (e até hoje invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo gênero inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça. Esse uso do termo “gênero” constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80. (SCOTT, 1995, p. 75).

Adentrar as ciências sociais com as temáticas de gênero e feministas não é simples e nem tão aceito facilmente – vemos a dificuldade da inserção desses temas inclusive na geografia – portanto, a seriedade que fala Joan Scott sobre utilizar o termo “gênero” implicava em não parecer que se estava

tomando posição política. Ao longo do seu trabalho, a historiadora vai delineando a transformação dessa categoria e a necessidade que foi surgindo para conceituar e teorizar o termo. Para não confundir história das mulheres com as questões de gênero é que Scott se debruça sobre a construção de ambas categorias de análise.

A perspectiva de gênero que utilizo na análise sobre empoderamento de mulheres em assentamentos da reforma agrária concorda com Silva (2009, p. 84-85) que

[...] entendem o conceito de gênero como uma representação do ideal dos papéis sociais a serem experienciados por corpos considerados masculinos e femininos em diferentes tempos e espaços. Gênero, portanto, não é uma realidade em si mesma, mas um ideal exercitado por diferentes tipos de corpos que, ao agirem pautados pela representação, superem a mera reprodução de papéis e recriam continuamente a própria representação de gênero. Assim, o gênero é um eterno movimento que se faz na ação humana criativa, e como toda ação implica uma espacialidade, o caráter performático do gênero é simultaneamente espacial e temporal. Esta noção, portanto, supera a ideia de gênero na geografia como limitada à presença de mulheres na análise espacial. Ela cunha uma perspectiva complexa das relações entre espaço e pessoas, que se constituem para além das diferenças sexuais, também por códigos culturais, experienciados de forma complementar e contraditória pela raça e classe, além da sexualidade. Experienciar todos estes elementos de forma combinada caracteriza uma dimensão espacial.

Essa visão da categoria gênero é baseada no trabalho da filósofa Judith Butler sobre a *performatividade* de gênero que apresenta uma não-linearidade, algo que não é fixo e pré-determinado pelos discursos (SILVA, 2009, p. 85).

Concordo com a ideia de que as relações de gênero se delineiam de maneira distinta nos mais variados contextos e que a produção do espaço varia de acordo com a escala corporal de cada ser social, ou seja, uma mulher que vivencia os espaços urbanos não possui a mesma relação com o mundo que a mulher camponesa, por exemplo. Parece muito obvio identificar essa questão de contexto social, histórico e geográfico de mulheres mas, na maioria das vezes os próprios movimentos feministas tendem à universalização das experiências e, com isso, produzindo lacunas e ausências nos discursos, representações e análises.

Concordo, portanto, com María Franco García sobre as linhas gerais na qual esse trabalho se baseia, quando a autora fala que

[...] compartilhamos com as autoras pioneiras da Geografia Feminista e/ou Geografia de Gênero que homens e mulheres estão situados de modo diferente no mundo e sua relação com os lugares onde desenvolvem as suas vidas (moram, trabalham e lutam) também é diferente. Tais diferenças são resultados do sistema de gênero contemporâneo, sistema de opressão-dominância que situa, na maior parte das vezes, a mulher em condições de submissão em diferentes espaços e tempos. (FRANCO, 2004, p. 36).

Outra questão importante de ressaltar na análise que proponho fazer sobre as mulheres assentadas e seus processos de empoderamento coletivo como classe social é a perspectiva relacional de gênero. Sobre esse tema, Silva, Nabozny e Ornat (2010, p. 28) apresentam que

A perspectiva relacional que a ideia de gênero concebe é a compreensão de que os seres não estão isolados e estáticos. Portanto, é perfeitamente possível operar com o conceito de gênero e restringir um recorte social de um grupo feminino em uma pesquisa, desde que o ser feminino seja compreendido de forma relacional e processual na estrutura sócioespacial a que pertence.

Portanto, trabalho nessa pesquisa com o conceito de gênero de uma perspectiva relacional na estrutura do espaço agrário de luta pela terra, a partir das ações do Coletivo de Gênero na busca pela emancipação e empoderamento da mulher.

Todas as ciências possuem em seu arcabouço teórico conceitos e ferramentas de análises necessárias para sua produção. A Geografia é uma ciência do conhecimento dos espaços, das paisagens, dos territórios, dos lugares. Para essa pesquisa utilizo os conceitos de espaço e território, pois ao tratar de empoderamento estou trabalhando com relações de poder que se materializam e constroem territórios de luta pela terra e projetos de vida na terra.

O estudo do espaço geográfico é o conceito que está no centro da Geografia. A presente pesquisa busca trabalhar com a produção do espaço por parte das mulheres assentadas camponesas do Assentamento Contestado. Entendo que analisar o conceito de espaço a partir da ótica de gênero – no caso aqui tratado, das mulheres – e seu modo de produzir o espaço se dá de maneira distinta, importante e ainda pouco estudada na área que se pretende pesquisar. O papel das mulheres na construção espacial é ainda deixado em

segundo plano e buscamos entender como estas se fazem presentes e ativas dentro desse campo de forças que forma o espaço do Assentamento Contestado. Levando em consideração suas lutas e resistências, o estudo dessas relações pretende,

[...] nesse sentido, história dos espaços também envolve a força, tanto física, como simbólica e, portanto, a geografia feminista quer compreender como o sujeito feminino é construído dentro das estruturas de dominação sócio-espaciais. (SILVA, 2003, p. 37).

Para complementar essa análise, utilizo o conceito de território. A partir de Souza (1995, p. 78) o território é visto como “[...] um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Tal construção está embasada em Claude Raffestin e utiliza, portanto, o conceito de poder que parte de Michel Foucault. Ainda em Souza, notamos que o território não pode ser entendido somente como uma porção do espaço concreto, ele é também relações de poder espacializadas, um campo de forças permanentemente mutável. Logo, o território não é puramente físico, ele é também uma relação social que se expressa no espaço, mas não se dá somente nele.

Portanto, as relações de poder de um gênero sobre o outro estão espacializadas e são mutáveis, reconstruídas e reterritorializadas. As principais contribuições que a Geografia de Gênero vem realizando para uma transformação da maneira como se pensa o espaço e o território estão concentradas em desmistificar a ideia de neutralidade espacial e territorial. Ou seja, caminha para um re-fazer dos conceitos para que estes dêem conta da pluralidade de experiências que constroem espaço e território. Segundo Silva (2009, p. 94)

Utilizar o conceito de gênero, que implica uma postura relacional dos universos femininos e masculinos, não leva à necessidade de análises comparativas envolvendo homens e mulheres, embora haja uma tradição deste perfil de produção científica. A dimensão relacional que a ideia de gênero concebe é a compreensão de que os seres não estão isolados e estáticos e que os recortes sociais estabelecidos no processo de pesquisa devem ser considerados de forma relacional e processual na estrutura socioespacial a que pertencem [...].

Outro autor, Saquet (2009), mostra a questão da pluridimensionalidade do território, sendo este um produto social construído historicamente, economicamente, culturalmente e politicamente. Isso corrobora para o que Raffestin (1993) explicita, uma vez que essas múltiplas dimensões aqui trazidas são nada mais que especificidades possíveis de uma produção humana.

Conceituando *território*, em suma, se pode constatar algumas características primordiais: 1) ele é, acima de tudo, definido por relações de poder; 2) o território é, principalmente, o produto das relações sociais refletidas no espaço; 3) a materialidade do território é importante, porém, as relações sociais que ocorrem neste também o são; 4) como Souza (2009) mostra, territórios não são “coisas”, mas sim ações, um processo, um resultado social.

Portanto, utilizando os conceitos de território, espaço e gênero concluo que: se o gênero é um processo, assim como o território, as relações de gênero podem ser entendidas também como processos que as sociedades constroem e reconstróem em territórios específicos que estabelecem os lugares de mulheres e homens.

Na Geografia Feminista os estudos sobre espaço e gênero possuem as mais diversas vertentes, portanto, “[...] há trabalhos positivistas, marxistas, fenomenológicos, e assim como diante” (SILVA, 2009, p. 95). A presente pesquisa se encaixa na perspectiva marxista – considerando a luta de classe do MST – porém, com uma leitura marxista de gênero das relações sociais – considerando a luta de gênero dentro e fora do Movimento.

### **1.3 GEOGRAFIA DE GÊNERO BRASILEIRA: UM CAMPO A SER EXPLORADO**

No Brasil a geografia feminista e/ou geografia de gênero teve seus primeiros trabalhos relacionados à geografia crítica como da geógrafa Suzana Maria Veleda da Silva <sup>9</sup>, na década de 1990, porém, sua tese não foi defendida em uma universidade brasileira. Mas a pesquisadora tem lugar de destaque

---

<sup>9</sup> Ver: SILVA, Suzana Maria Veleda da. **Trabajo informal, género y cultura: el comercio callejero e informal em el sur de Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia). Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha, 2004.

quando falamos dos estudos pioneiros sobre mulher, gênero e geografia no Brasil, pois teorizou em muitos artigos o significado desse campo recente para a ciência geográfica. A presente análise considera sua contribuição como essencial para entender o que se constitui hoje como Geografia Feminista e/ou de Gênero.

Todavia, desde a década de 1970, a geógrafa Rosa Esther Rossini, da Universidade de São Paulo, vem pesquisando a questão do trabalho da mulher na lavoura canavieira no Estado de São Paulo <sup>10</sup>. Sua tese de livre docência foi defendida em 1988 e sua trajetória acadêmica contribui para a construção do que posteriormente à 1970 viria a ser chamado geografia de gênero brasileira.

O trabalho de Rossini se encontra no contexto de produção da geografia crítica brasileira, que se vale do método do materialismo histórico dialético e pensa a ciência geográfica e a ciência de modo geral, como transformadoras da realidade. De fato, a pesquisa sobre a mulher como força de trabalho nas lavouras canavieiras em São Paulo é considerada por essa análise como essencial para a valorização das temáticas relacionadas às mulheres na Geografia Agrária.

As análises que priorizaram as questões feministas e de gênero foram ganhando espaço nos meios acadêmicos através da geografia cultural, na década de 1990, como afirmam Silva e Silva (2014, p. 17-18)

A expansão da Geografia Cultural no Brasil nas últimas duas décadas, notadamente aquela que considera os diferentes significados produzidos pelos sujeitos sociais, suas tensões e as relações de poder, trouxe a identidade como um importante foco de debate contemporâneo. A influência pós-moderna sobre as identidades e subjetividades multidimensionais superou a ideia da noção de identidade como algo fixo, estático e unitário. [...] Esta abordagem considera as identidades plurais, dinâmicas e relacionais, sendo instituídas em processo de negociação permanente mediados pelo espaço-tempo.

Apesar de não considerar que a análise que pretendo fazer se encaixe no arcabouço teórico da Geografia Cultural brasileira, ela é um reflexo da inserção das temáticas de gênero na geografia como um todo, possibilitada pela abertura da Geografia Cultural. Essa pesquisa, portanto, se insere no eixo

---

<sup>10</sup> Ver: ROSSINI, Rosa Esther. **Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista**. Tese de Livre Docência, Universidade de São Paulo, 1988.



da geografia crítica que tem como tema geral a produção do espaço agrário. Considera que as identidades, além de não serem fixas e unitárias, para serem entendidas, dependem da perspectiva de que as classes também não o são, nem as sexualidades e etnicidades. As questões de identidade não podem se encaixar em modelos pré-estabelecidos pela ciência racista e sexista que ainda persevera na academia e fora dela. Se faz necessário contestar o conhecimento hegemônico produzido quase que exclusivamente por homens, brancos e heterossexuais.

Fazer/produzir geografia de gênero/feministas é um ato constante de subverter a ordem das coisas. Por subversão na geografia, concordo com Silva (2007, p. 13), quando a autora pontua que

[...] subversão tem uma conotação política que perturba e desafia a instituição padrão dominante de um saber científico moderno e eurocentrado. Como pesquisadores (as) brasileiros (as), somos herdeiros (as) da concepção da ciência como um saber objetivo, neutro e universal. Tais características, que marcaram e ainda marcam o fazer científico hegemônico, foram naturalizados, anulando diferenças plurais da humanidade e de múltiplos saberes. Acreditamos na necessidade de questionar os pressupostos epistemológicos da perspectiva científica branca, masculina e ocidental, para permitir a emergência de saberes não-hegemônicos.

No início dos anos 2000, trabalhos como os das geógrafas Joseli Maria Silva, María Franco García e Renata Valenciano e do geógrafo Márcio José Ornat abriram portas para as questões do trabalho no espaço agrário e no espaço urbano, para as sexualidades, bem como para a interseccionalidade entre classe, raça, religião, geração e gênero.

Possuímos hoje uma quantidade considerável de obras relacionadas à geografia de gênero produzida nos últimos dezoito anos e cada vez mais surgem trabalhos interessados em contestar a geografia hegemônica, ou seja, a ciência geográfica que privilegia a visão masculina e heterossexual dos fenômenos sócio territoriais.

Porém, a Geografia brasileira ainda se funda em pressupostos teóricos metodológicos conservadores mesmo na Geografia Humana. Como observado anteriormente, os privilégios de produção do conhecimento são majoritariamente de homens que, por sua vez, também ocupam a maior parte dos cargos de professores, pesquisadores, coordenadores e chefes de

departamento. O silenciamento de temas relacionados ao feminismo, às sexualidades, à vivência plural de mulheres plurais é, portanto, seletiva. A inserção desses temas na geografia brasileira ainda sofre resistências por parte da ciência como um todo sendo até descaracterizados como temas e assuntos relevantes; um não-ser geográfico. De acordo com Silva (2009, p. 73)

[...] a manutenção do caráter androcentrico da geografia só pode ser compreendida quando se consideram as articulações entre a ocupação das posições de mando na organização acadêmica e a sua correspondente estrutura discursiva. Tal estrutura é analisada pelo resgate histórico do saber científico geográfico e do poder contido nos enunciados científicos, que tornaram certos elementos socioespaciais, a exemplo das desigualdades entre homens e mulheres, pouco visíveis e considerados de menor importância científica.

Ao tratar da produção do espaço, observamos uma universalização dos sujeitos sem levar em consideração suas especificidades históricas, corpóreas, trajetórias de vida, de raça e classe. Importante ressaltar, portanto, o perigo da universalização das experiências de mulheres. Sabemos das mais diferentes vivências femininas do espaço e da construção de territórios e paisagens a partir da ótica de mulheres.

No caso da geografia brasileira e sua resistência à inserção de temas relacionados ao gênero e a consequente construção de uma geografia de gênero e/ou feminista pode ser entendida pela já mencionada presença majoritariamente masculina, branca, heterossexual nas academias, ocupando tanto postos mais altos que as mulheres nas hierarquias das universidades e/ou como docentes e pelo conservadorismo e impermeabilidade de uma ciência pautada nos pressupostos teórico-metodológicos baseados na visão dos homens das elites.

Ainda podemos e devemos avançar muito na luta pela inserção e aceitação das epistemologias feministas, étnico-raciais e de classe, interseccionando-as, pois temos um campo fértil de trabalhos de iniciação científica, monografias, dissertações, teses e artigo que pautam essa discussão.

Em comparação à geografia anglo-saxônica e norte-americana, a brasileira tem um envolvimento recente com as questões de gênero. Segundo Silva (2007, p. 99)

Enquanto na década de 90 nos países centrais foram publicados muitos livros e vários currículos de cursos universitários de Geografia passaram a incluir a abordagem de gênero, no Brasil a discussão está restrita ao Simpósio de Espaço e Cultura, a eventos multidisciplinares e, de forma recorrente nos encontros próprios de geografia estão deslocados dos eixos propostos. De qualquer forma, após a quebra de hegemonia da vertente da Geografia Crítica, com bases marxistas, pode-se dizer que a pesquisa de geografia feminista tem sido o aspecto crítico de muitas áreas da ciência geográfica. O objetivo da produção dessa década está comprometido no aprofundamento da compreensão das relações de gênero e espaço e no fornecimento de um conhecimento que seja útil na luta pela equidade social.

Logo, a vertente feminista traz novos questionamentos para a Geografia Crítica, surgida num contexto de renovação do pensamento geográfico, repensando as bases teóricas hegemonicamente construídas. Hoje, alguns grupos de pesquisa possuem vinculados aos seus projetos as temáticas de gênero como podemos ver no trabalho monográfico de Ana Carolina Rocha Spitalere sobre gênero e geografia no Brasil. Spitalere (2013, p. 24) fez um levantamento dos grupos de pesquisa que possuem como palavras-chave “geografia e gênero”:

Foram doze (12) grupos de pesquisa encontrados, tendo como líderes oito (8) mulheres e sete (7) homens, sendo que em quatro (4) grupos há dois (2) líderes, um de cada sexo, e em um (1) grupo há duas (2) líderes-mulheres. Torna-se assim evidente que o empenho e trabalho referente aos esforços de inserir a categoria gênero nos estudos geográficos são majoritariamente feitos pelas mulheres. Embora a análise de gênero não se restrinja aos estudos sobre mulheres, são elas que, historicamente, tomam frente dos movimentos feministas, dentro e fora da academia.

Outro levantamento feito por Spitalere é a da formação acadêmica dessas geógrafas e geógrafos e o seu período correspondente. Muito importante destacar essa questão, pois em diversas referências encontrou-se menção à geografia cultural como a principal área da geografia que “acolheu” os temas de gênero e sobre mulheres na disciplina. A geógrafa afirma

Em relação ao tempo de formação das pesquisadoras, a maioria delas concluíram sua graduação na década de 80 em diante, período de renovação da Geografia Cultural e da tímida introdução da categoria gênero nas pesquisas geográficas no Brasil. A relação entre a renovação da geografia cultural e a inserção da categoria gênero na Geografia evidencia-se quando aquela passa a buscar a

compreensão dos significados que os diversos grupos sociais – homens, mulheres, homossexuais, etc – constroem no lugar. Assim, pode-se levantar a hipótese de que possivelmente tiveram em sua formação um introdutório contato com esse pensamento nascente no Brasil. Uma consideração importante, que evidencia a majoritária presença de mulheres pesquisadoras na área, é a recente participação dos homens nas pesquisas sobre gênero, datada somente na primeira década do século XXI. Coincidentemente ou não, é a partir da década de 90, primeiramente no âmbito da Geografia anglo-saxã, que as pesquisas sobre masculinidades despontam, assim como o aparecimento do homem como pesquisador dessa temática, no Brasil (SPITALERE, 2013, p. 25).

Apesar de encontrarmos trabalhos pioneiros sobre gênero na geografia crítica sob o viés agrário, das geógrafas Rosa Esther Rossini (1975), María Franco García (2004), Renata Valenciano (2006) e Roseli Alves dos Santos (2008), foi sob influência da nova geografia cultural que as temáticas de gênero, sexualidades e racialidades adentram na disciplina por conta talvez da aproximação teórica e metodológica que se propunha. O que vale pontuar é a pluralidade de perspectivas que a Geografia de Gênero brasileira construiu ao longo desses mais de 20 anos.

Ao produzir e realizar pesquisas e análises sobre as problemáticas de gênero se deve levar em consideração todas as interseccionalidades presentes na construção dos sujeitos históricos. Esse trabalho levará em consideração tanto o lugar de fala da pesquisadora que escreve este trabalho quanto as particularidades do contexto das mulheres assentadas da reforma agrária e suas visões e lógicas de produção e reprodução do espaço. Pelas experiências dessas mulheres é que esse trabalho se constrói a cada dia e é a partir delas que analisarei as relações espaciais de empoderamento.

A contribuição dos trabalhos sob a ótica de gênero na Geografia brasileira, portanto, podem ser destacadas pela reformulação de postulados tidos como absolutos e inquestionáveis como, por exemplo, os conceitos-chave da ciência geográfica. Em primeiro lugar, o pensar e re-pensar desses conceitos, de maneira a compreendê-los de maneira não neutra, ou seja, de que espaço é produzido por corpos generificados, que marcam os sujeitos na sociedade, é uma das colaborações da Geografia de Gênero. Silva (2009, p. 80) aponta que

O apego à forma material do espaço é um dos elementos fortemente constitutivos do eurocentrismo. A ênfase naquilo que é evidente,

facilmente explicativo e verificável tem gerado a falsa impressão da neutralidade espacial, já que as formas não evidenciam, em si, seus interesses e relações de poder. O que está marcado na paisagem em geral é resultado dos grupos hegemônicos que reuniram poder suficiente para imprimir suas marcas de poder. [...] Os grupos periféricos das relações de poder em geral vivem espacialidades que são fluidas e intermitentes e que estão conectadas às paisagens hegemônicas mais permanentes, duráveis e de fácil expressão material. Assim, as abordagens de gênero, notadamente quando enfocadas as feminilidades, e a abordagem de transgêneros são comumente consideradas não espaciais, não geográficas e, portanto, fora do interesse da geografia.

Nessa mesma linha de raciocínio, a Geografia de Gênero existe e resiste também como um agente de transformação dos currículos acadêmicos da Geografia Humana, a fim de apontar para as ausências de percepções que possam completar as teorias. Ainda de acordo com Silva (2009, p. 81)

O espaço, notadamente no núcleo das disciplinas de caráter regional, é visto como fruto de processos humanos indiferenciados em suas posições com relação a classe, raça, etnia, gênero, identidade sexual, etc. A humanidade, na perspectiva da geografia brasileira, continua sendo tratada, predominantemente, apenas como uma polarização entre capitalistas e trabalhadores. Em geral, a sociedade e seus interesses são personificados pelos agentes, identificados como sujeitos masculinos ou por instituições comerciais, industriais, religiosas ou, ainda, como Estado de uma determinada escala territorial, e assim por diante, gerando um discurso que encobre interesses e identidades que são escamoteadas pelas simplificadoras máscaras institucionais. Adotar a perspectiva de gênero na geografia brasileira significa romper com tais generalizações e partir para análises centradas na pluralidade dos seres humanos, o que exige novos caminhos metodológicos.

Ou seja, a Geografia de Gênero caminha para a construção de um conhecimento diverso, subvertendo a ordem do modo de ensino e abrindo os caminhos para um conhecimento que enxergue as relações de gênero como constituintes das relações espaciais.

A pesquisa que construo está inserida na Geografia de Gênero e feminista, voltada para as questões do campo e vem para preencher certa lacuna de trabalhos dentro da geografia agrária que introduzam a perspectiva de gênero. Durante o levantamento da literatura disponível foi possível perceber que pouco se tem trabalhado com gênero e feminismo no contexto do espaço agrário, na Geografia. Logo, a presente análise sobre empoderamento de mulheres camponesas se faz extremamente necessária e até mesmo urgente.

No próximo item do capítulo, faço uma revisão bibliográfica sobre geografia, gênero e espaço agrário, levantando os trabalhos que focam nas relações de gênero dentro de movimentos sociais, na espacialização das relações de gênero nos acampamentos e assentamentos do MST e na experiência feminina na construção de coletivos que tratam de discutir as relações de gênero dentro do movimento. A partir dessas questões, trabalho com o feminismo comunitário, em sua construção teórica e prática, como uma vertente que pode se aproximar da concepção de feminismo camponês construída pelas mulheres camponesas assentadas brasileiras.

#### **1.4 GEOGRAFIA DAS LUTAS DE MULHERES ASSENTADAS: GÊNERO NO ESPAÇO AGRÁRIO**

A geografia que privilegia as questões de gênero na análise do espaço agrário ainda necessita de muito aprofundamento. Na pesquisa bibliográfica, encontramos algumas referências sobre a temática na geografia agrária que estão centradas, em sua grande maioria, na análise das questões do trabalho envolvendo as condições de trabalho feminino bem como temas relacionados às diferenças atribuídas ao trabalho produtivo e reprodutivo e aos sindicatos de mulheres rurais no Brasil. Porém, outras temáticas são encontradas ligadas ao campo e a cultura de povos quilombolas, indígenas, pescadores, faxinalenses etc.

Outro tema pertinente e muito recorrente nas análises sobre o campo e gênero é o do lugar da mulher na luta pela terra, tema esse que se encontra no foco de análise da presente pesquisa quando falamos de empoderamento das mulheres na luta pela e na terra e as relações de poder que permeiam suas vivências. Procurei traçar o campo de produção do conhecimento relacionado para então, evidenciar os trabalhos existentes que podem contribuir diretamente na análise da construção do Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado.

Portanto, até aqui constatou-se que 1) a análise de gênero na geografia agrária é ainda um campo a ser explorado; 2) que a maioria dos trabalhos dessa perspectiva centram suas análises nas questões do trabalho 3) que a partir das duas afirmações anteriores, a análise sobre empoderamento de

mulheres em assentamento e dentro do MST se faz necessária para entender os espaços que as mulheres ocupam e lutam constantemente para ocupar a fim de subverter a ordem hegemônica.

Diversas geógrafas vêm trabalhando com questões agrárias de gênero. Um exemplo de trabalho já citado é o caso de Rosa Esther Rossini que, como constatei na primeira parte deste capítulo, foi pioneira nos estudos sobre mulher e trabalho na geografia ainda na década de 1970. Também já se afirmou neste trabalho que os estudos de gênero, feminismo e geografia no Brasil são extremamente recentes e ainda marginalizados na academia, seja pelas relações de poder existentes seja pela resistência de aceitar o tema GÊNERO como válido para a análise espacial, o que classifica a questão como “a-geográfica”. Pois bem, esses e outros fatores devem ser levados em conta quando afirmo que os estudos agrários na geografia sob a perspectiva de gênero são muito recentes e que ainda constituem em um campo a ser explorado. Portanto, longe de afirmar que o campo é incipiente, apenas ressalto essas questões para localizar essa pesquisa dentro da geografia feminista e de gênero.

Na revisão bibliográfica, utilizando as palavras-chave geografia agrária e gênero, encontram-se os trabalhos das geógrafas Rosa Esther Rossini (USP), Maria das Graças Silva Nascimento Silva (UNIR-RO) e Roseli Alves dos Santos (UNIOESTE-PR).

Mas, dois trabalhos chamaram a atenção e são a base para a análise que me proponho a realizar sobre empoderamento de mulheres dentro do MST: a dissertação de Renata Valenciano (2006) e a tese de María Franco García (2004), ambas defendidas na UNESP – Presidente Prudente, ligadas ao CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho). Por se aproximarem mais da perspectiva que esta pesquisa possui na análise das relações de gênero nos assentamentos da reforma agrária do MST, tais investigações focaram no estudo dos Coletivos de Mulheres, Setor de Gênero do MST e o lugar da mulher na luta pela terra e, conseqüentemente, pela permanência na terra e as formas de organização dessas mulheres nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária. A partir dessas considerações, apontarei as principais contribuições que ambas as pesquisas trazem para a análise sobre o Coletivo de Gênero do Assentamento Contestado.

Porém, antes de adentrar nessa parte do trabalho, é importante ressaltar que trabalhar com as questões de gênero no espaço agrário é um desafio para as pesquisadoras, muito por conta do distanciamento da realidade que a Universidade tenta produzir e reproduzir. Um dos objetivos dessa pesquisa é ir na contramão desse processo: entender o lugar de fala das mulheres assentadas e da pesquisadora é o primeiro passo para se construir um trabalho que venha a contribuir para a vivência dessas mulheres. Portanto, concordo com Valenciano (2006, p. 16) quando se trata dos resultados que uma pesquisa sobre gênero e espaço agrário pode trazer:

A contribuição das análises que visam a entender as relações de gênero no processo de luta pela terra baseia-se no intuito de revelar os mecanismos que dão condições para o estabelecimento e perpetuação das relações de poder desiguais e que impossibilitam a construção de espaços igualitários de participação na luta.

Ou seja, além de ser necessário, é essencial entender os processos de luta pela terra a partir das perspectivas de gênero, pois como diz uma música constantemente lembrada nos encontros de mulheres do MST e em cartilhas, “sem a mulher a luta vai pela metade”<sup>11</sup>. Além do que, se faz urgente na geografia agrária brasileira a valorização dessa temática, bem como análises que interseccionem sexualidade, racialidades, geração etc., no contexto campo, pois, como se pontuou diversas vezes nesse trabalho, as mulheres não sofrem as mesmas opressões em caráter universal. Considerar as experiências e as diferentes escalas de opressão que as mulheres como sujeitos plurais vivenciam é como se colocássemos uma lente de aumento que possibilita ver a intersecção das lutas de classe e de gênero.

Nessa pesquisa como um todo, o que pretendo compreender caminha por dois eixos centrais: o empoderamento na luta pela terra e os espaços construídos por mulheres ao longo de suas lutas pessoais e coletivas dentro do MST e entender como esses contribuem para o empoderamento de classe

---

<sup>11</sup> Música de Zé Pinto, intitulada *Sem medo de ser mulher: Pra mudar a sociedade/ Do jeito que a gente quer/ Participando sem medo/ De ser mulher/ Por que a luta não é só dos companheiros/ Participando sem medo ser mulher/ Pisando firme sem medir nenhum segredo/ Participando sem medo ser mulher/ Pois sem mulher a luta vai pala metade/ Participando sem medo ser mulher/ Fortalecendo os movimentos populares/ Participando sem medo ser mulher/ Na aliança operaria e camponesa/ Participando sem medo ser mulher/ Pois a vitória vai ser nossa com certeza/ Participando sem medo ser mulher.*



social de camponesas. Mas, para fazer uma geografia do empoderamento necessita-se adentrar nas questões da geografia agrária de gênero para compreender como a categoria de análise gênero instrumentaliza a pesquisa e traz para o centro dos debates agrários as questões das mulheres, das sexualidades, das localizações, vivências e lutas das mesmas.

María Franco García, em sua tese intitulada *“A Luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema”*, trabalha com a interlocução – como a própria autora escreve – entre gênero, trabalho e espaço. A partir de suas considerações, ao afirmar que a construção dos acampamentos e assentamentos rurais se dá através de processos geográficos que os concretizam, o foco de análise é sobre as relações de poder, sendo a questão de gênero uma dessas relações (FRANCO, 2004, p. 21). Ou seja, esse trabalho contribui para entender como a “[...] forma espaço/tempo do acampamento concentra relações de gênero diferenciadas da forma espaço/tempo do assentamento.” (FRANCO, 2004, p. 21).

Dessas afirmações trago duas questões que, no segundo capítulo desse trabalho serão mais aprofundadas: as diferenças do lugar da mulher na constituição e construção do acampamento em comparação com os lugares da mulher no assentamento. Boa parte da bibliografia consultada e revisada aponta para certo “recuo” da prática política e na luta quando as mulheres se tornam assentadas. Os fatores desse processo serão apresentados adiante. Por hora, vale ressaltar que a existência de um Setor de Gênero dentro do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra não nasce com o movimento, o que pode ser visto também com uma permanente reconstrução e reconhecimento do lugar da mulher na luta pela terra.

Há necessidade de se pensar uma nova maneira de construir as análises espaciais na geografia, onde não sejam considerados universais os sujeitos que compõem as lutas, tendo em vista suas experiências de produção e reprodução do espaço, parte da inserção de novas metodologias e epistemologias, além das influências dos movimentos sociais, quando se trata de pesquisar e trabalhar com questões marginalizadas. Segundo Franco (2004, p. 23)

Outro interesse [da pesquisa] está vinculado à contribuição de novas metodologias de análise espacial. Entendemos ser necessário e importante construir investigações dentro da Geografia que nos possibilitem a reflexão sobre as relações sociais de gênero, aportando para essa discussão a análise dessa diferença expressa nos lugares. Entendemos que esse instrumental tem enorme potencial de transformação da “leitura” unidirecional, que apresenta o homem burguês e branco como o sujeito universal, sob a qual somos quase todas e todos doutrinados.

A partir disso, posso afirmar que além da reviravolta que a perspectiva de gênero traz para a geografia de maneira geral, observa-se que a existência da geografia feminista e/ou de gênero em sua constituição como campo válido de análise e como uma forma de conhecimento que subverte a ordem estabelecida e fixa das relações dessa mesma produção de conhecimento, está localizada e é herdeira de muitas transformações nos estudos de gênero em todas as áreas das ciências humanas.

O que quero dizer com isso é que essa geografia já nasce num contexto onde, por exemplo, o movimento feminista passou por diversas reestruturações críticas de suas práticas e pautas, como o surgimento forte de um feminismo negro, feminismos LGBTs, os feminismos pós-coloniais e decoloniais que apresentam a interseccionalidade entre gênero, raça, etnicidade, sexualidade, classe e porque não, também levando em consideração as localizações. Portanto, a inserção do debate dentro do MST sobre gênero é tributária dessas críticas.

Dentro do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, a mulher camponesa ainda enfrenta diversos entraves para sua participação política efetiva. A grande maioria dos trabalhos sobre o lugar da mulher na luta pela terra – fase de acampamento – e luta na terra – consolidação do lote no assentamento – aponta para um recuo da participação feminina tanto nas atividades organizacionais do movimento quanto na participação política nos mais diversos setores. Como afirma Franco (2006, p. 65)

Como sabemos, a produção e reprodução do espaço estruturam-se através de determinadas relações de poder decisivas, sendo o gênero uma delas. Podemos afirmar que o lugar acampamento concentra relações de gênero, relações de poder socialmente construídas, diferenciadas do lugar do assentamento. Essa relação diferenciada possui dimensão espacial. A localização dos lugares “masculinos” e “femininos” dentro destas organizações espaciais expressa os espaços de sociabilização apropriados e produzidos por

cada gênero. Constatamos assim que a divisão funcional do espaço, nestes lugares, toma conotações de um gênero.

As divisões de espaços entre o que é “masculino” e o que é “feminino” segue a dicotomia historicamente naturalizada da existência de lugares e espaços essencialmente de homens e mulheres que, por sua vez, produzem as relações de subordinação das mulheres sob os homens. Vou ao encontro de Franco (2004, p. 67) quando a autora explicita as questões sobre como pensar os lugares, não como áreas fixas e impassíveis, mas

Os lugares surgem de, e neles são geradas, relações de poder. As relações de poder estabelecem as normas que definem os limites tanto sociais quanto espaciais, dado que determinam quem pertence ou não ao lugar, e quem fica excluído, assim como a localização de uma determinada experiência. Os acampamentos e assentamentos do MST são as localizações da experiência Sem-Terra. A produção destes espaços implica a produção da sua determinada escala geográfica, na medida em que cada espaço é distinto a outro (SMITH, 1992). Em consequência, tanto a escala do acampamento quanto a escala do assentamento definem os limites e delimitam as identidades, em função das quais se exerce e recusa-se o controle.

Portanto, o que compreendo por espaços que “limitam e delimitam identidades” são aqueles que, construídos socialmente, materializam a subordinação histórica das mulheres. No caso da construção dos espaços nos assentamentos da reforma agrária

[...] a divisão de funções de gênero encontra-se fortemente condicionada pelo caráter temporal destes espaços, já que para a maioria dos acampados e acampadas a materialização da luta é representada pelo acesso ao lote, que inicia a concretização do seu projeto de vida. Durante a fase de acampamento as famílias residem em barracos. A precariedade das suas condições limita o desenvolvimento da vida familiar no seu interior. Esta limitação repercute ampliando o tempo e espaço de convívio coletivo, propiciando as relações comunitárias por cima das familiares. Mas a precariedade do barraco também estabelece uma divisão de funções no seu interior diferenciada a respeito da tradicional divisão de gêneros “naturalizada” na esfera familiar. Queremos dizer com isto que o barraco não é percebido como um “feudo feminino”, algo presente, por exemplo, na noção de esfera doméstica nos lotes dos assentamentos.

O que se pode observar e, a partir disso analisar, é que no assentamento as mulheres tendem a um recuo na participação política, deixando esse espaço para o “universo masculino”.

A geógrafa Renata Valenciano (2006), que trabalhou com as organizações de mulheres na luta pela terra, também disserta sobre os lugares e espaços de mulheres em fase acampamento e em assentamentos. A autora apresenta que as mulheres que fazem parte dos coletivos e organizações como representantes, geralmente tem um histórico de militância e ligação com as pautas gerais do movimento, assim como

[...] A princípio, podemos notar que as mulheres que estão à frente da representação, dentro dos assentamentos, tiveram, no processo da Luta pela Terra, uma ligação muito efetiva com a organização (no caso o MST), ligação essa que se construiu desde o período de acampamento. Forjaram-se militantes, representantes, desde o primeiro momento. Isso faz parte da construção da consciência dos indivíduos inseridos na luta. Carregam consigo essa experiência e, uma vez assentadas, continuam ligadas diretamente ao exercício da militância interna. Reiteramos, porém, que são poucos os casos de militantes com esse perfil. (VALENCIANO, 2006, p. 97).

Nota-se que a construção de um espaço para discussão das questões de gênero nos assentamentos enfrenta uma série de obstáculos, sendo a formação das militantes um deles, mas também a resistência no espaço da casa/lote com a dependência dos filhos e do companheiro em relação à mulher, bem como da resistência deste último a “aceitar” a participação política das companheiras, onde entramos na questão do que pode ser considerado espaço de atuação de homens e/ou de mulheres.

Outro ponto que desejo levantar é: na grande maioria das falas das mulheres camponesas do Assentamento Contestado foi possível perceber a importância que elas dão para a inserção do homem nesses debates promovidos pelo Coletivo, na medida em que não adianta nada discutir questões como subordinação e violência, por exemplo, e não incluir os seus companheiros para que eles próprios desconstruam seu machismo e seus preconceitos sobre as questões de gênero.

Ainda sobre a questão dos espaços que delimitam a vivência e as identidades das assentadas, Franco apresenta também a questão de que “[...] confinadas à produção e reprodução dos meios de subsistência na esfera privada, os espaços de sociabilidade são muito reduzidos, e, em ocasiões, inexistentes, destacando entre eles a roça [...]” (2004, p. 82). Conforme observado nas reuniões do Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado

que tive a oportunidade de acompanhar, essa é realmente uma das críticas à forma como os espaços, que delimitam identidades e vivências, são construídos no assentamento. Pretendo me aprofundar mais nesse aspecto também na fase das entrevistas com as mulheres do Contestado.

Posso afirmar que isso gera uma importância muito grande para a existência de um Coletivo de Mulheres nos assentamentos pois as ações, reuniões, eventos, conversas, formações são os espaços de sociabilidades construídos por elas, para reforçar a luta cotidiana que é contra a opressão, o machismo, o sexismo, o agronegócio, as reformas do Estado que pretendem retirar direitos historicamente conquistados pelas camponesas. São nesses espaços de conversa que surgem identificações entre as camponesas acerca dos mesmos problemas vivenciados no lote, na política, no assentamento. São mulheres procurando mudar a realidade em um constante processo de enfrentamento do mundo que as quer calar.

Franco (2004) e Valenciano (2006) concordam que a existência de espaços de organizações voltados para as questões de gênero no Movimento são essenciais para a desconstrução e reconstrução de novas relações de gênero. Outro ponto importante a ser destacado reside sobre como a prática política nos Coletivos – e dentro do MST de maneira geral – pode contribuir para que as mulheres tomem consciência de sua situação enquanto sujeitos ativos do processo emancipatório de classe e gênero. Franco aponta para “[...] uma outra contribuição é que as trabalhadoras rurais que fazem parte da organização ou movimentos sociais assumem e reconhecem seu triplo papel: produtivo, reprodutivo e militante” (2004, p. 96). Assim

As organizações de mulheres trabalhadoras nos assentamentos e acampamentos concretizam o desejo de mudar a realidade, desde a luta de classe e a perspectiva de gênero. Diante disso, a criação de organizações de mulheres nos assentamentos e acampamentos requer análise cuidadosa, especialmente no tocante à reflexão sobre a produção do espaço. O significado e a importância da inserção da mulher nos movimentos sociais do campo e, especificamente, nas articulações de gênero e organizações de mulheres respondem à vivência compartilhada das necessidades básicas de sobrevivência que têm despertado para um questionamento da sua própria condição. (FRANCO, 2004, p. 97).

O trabalho de Renata Valenciano (2006) contribui imensamente para a análise do empoderamento a partir do Coletivo de Mulheres do Contestado,

pois a geógrafa realizou uma análise sobre a participação da mulher na luta pela terra a partir de duas organizações na região do Pontal do Paranapanema: o Coletivo de Gênero e a Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (OMAQUESP).

Valenciano apresenta as linhas gerais nas quais o Coletivo de Gênero no MST se delineou e sua permanente desconstrução e reconstrução a partir das demandas sociais peculiares de cada período histórico. Sobre as lideranças do Coletivo, ela afirma que estiveram por muito tempo “[...] marginalizadas ou tiveram seus trabalhos subestimados dentro da organização maior” (2006, p. 40). Como mencionado anteriormente nesse trabalho, as relações de poder existentes qualificam os trabalhos de mulheres e sobre mulheres como questões secundárias no processo da luta de classes e na luta pela terra. Inicialmente a estrutura organizacional do MST também se manteve resistente à inserção dessas questões no debate mais amplo. Porém, essa situação mudou muito, principalmente a partir da década de 1990. Mas, sobre essa e outras questões ligadas aos debates de gênero dentro do MST, tratarei com mais profundidade no segundo capítulo.

Falar então, da construção de uma geografia agrária de gênero é ainda um caminho a se percorrer e avançar muito. Um dos motivos é a escassez de trabalhos que façam a relação entre espaço agrário e relações de gênero. De qualquer maneira, é necessário que as chamadas epistemologias feministas estejam cada vez mais presentes nas análises feitas pela geografia agrária, pois é evidente que sejam assentados, sejam faxinalenses, quilombolas, enfim, camponesas em geral, suas lutas não podem mais excluir aquela das mulheres e ignorar as questões de gênero. Como aponta Valenciano (2006, p. 112)

Analisar a participação da mulher na luta pela terra, seja ela atuante no trabalho doméstico, na lavoura remunerada ou na militância, seja ela assentada ou acampada, é de fundamental importância, já que fornece elementos que mostram como sua participação está contribuindo para a fundamentação e dinamismo do espaço geográfico, rompendo com valores que antes conduziam à sua submissão, exploração etc. Por meio ainda da análise verticalizada das relações de gênero, que se estruturam no âmbito da Luta pela Terra, procuramos desvendar as formas nas quais estão estruturadas essas relações e os impedimentos relativos à construção desses espaços igualitários de participação.

Contribuindo para compreender como as relações de gênero de dão no espaço agrário, a Geografia de Gênero que esse trabalho constrói está de acordo com a perspectiva de que o conceito de espaço geográfico é dinâmico e mutável, como também já apresentado anteriormente.

Na última parte desse capítulo, discutirei as contribuições do feminismo comunitário para a construção do feminismo camponês no âmbito do MST e do Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado. A partir da epistemologia proposta, apresento as aproximações entre essas duas vertentes feministas em suas práticas e ações tanto nos processos de empoderamento de mulheres quanto na subversão da ordem heteropatriarcal capitalista que permeia a nossa sociedade.

## **1.5 FEMINISMO COMUNITÁRIO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS PARA A CONSTRUÇÃO DO FEMINISMO CAMPONÊS**

Nessa parte do capítulo me proponho a discutir o feminismo comunitário<sup>12</sup> como alternativa às concepções do feminismo ocidental, branco, burguês, heterossexual e cristão, por se tratar de um movimento construído por mulheres latino-americanas que pensaram as práticas feministas a partir de seus contextos, levando em consideração as questões de raça, classe e gênero, interseccionadas.

Pretendo dissertar sobre como o feminismo comunitário nasce e resiste na crítica ao neoliberalismo, ao progresso e desenvolvimento que ignoram a natureza e a vida humana, ao patriarcado para então criar e recriar práticas desde a comunidade. A partir disso – e como veremos no capítulo três – está a construção e resistência do Coletivo de Mulheres do Contestado que essa dissertação estuda, pois, ao longo dos trabalhos de campo e das vivências no

---

<sup>12</sup> Para entender a trajetória e as propostas do feminismo comunitário é necessário se debruçar sobre a criação do coletivo *Comunidad Mujeres Creando Comunidad*, que surgiu na Bolívia e tem como uma das principais porta-vozes Julieta Paredes, uma mulher aymara, boliviana, lésbica, feminista e ativista que se encontra, a partir da escalaridade do corpo, na crítica aos feminismos ocidentais e brancos. Seu livro, *Hilando Fino*, se constitui em uma obra que explica como surgiu e o que é o feminismo comunitário desde Bolívia e do coletivo *Comunidad Mujeres Creando Comunidad*. As práticas individuais das fundadoras do coletivo foram construindo as práticas do mesmo ao longo do tempo, juntamente com reflexões teóricas sobre a situação das mulheres e do povo boliviano, da política, da economia, enfim, de toda a realidade social em que estavam inseridas. Receberam influências do anarquismo, das análises sobre trabalho e economia e das práticas políticas populares de seus ancestrais.

Assentamento, com as mulheres, vários horizontes se abriram para interpretar a existência desse coletivo feminista como feminismo comunitário.

Antes de tratar especificamente sobre a construção do feminismo comunitário, é indispensável apresentar uma explicação sobre como se constitui o feminismo camponês popular para o MST. Segundo Jailma Lopes<sup>13</sup>

O Feminismo Camponês e Popular é uma formulação política, organizativa e teórica, que as mulheres da Via Campesina Internacional vêm formulando e orientando seus processos organizativos, a partir das vidas concretas das mulheres sem terra, camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, negras e da sua diversidade, suas histórias de lutas, da história do feminismo revolucionário e do marxismo. Trata de pensar uma práxis política de superação da situação profunda das opressões e desigualdades de gênero, raça e classe, a um amplo projeto de transformação social internacional. Portanto, está vinculado diretamente aos processos de resistências, lutas e enfrentamentos, que as mulheres da Via Campesina têm travado no mundo. O feminismo e marxismo é base para a formação das mulheres Sem Terra, além de ser necessário para a construção da Reforma Agrária Popular, que tem como desafio a participação das mulheres organizadas em nossos assentamentos e acampamentos, nos processos de lutas e emancipação humana [...]

Assim sendo, o feminismo camponês está construído teoricamente sobre as mesmas bases que o próprio MST se constituiu desde o início – no marxismo e visa, sobretudo, a organização das mulheres na participação na luta pela reforma agrária popular e feminista. Possui a intersecção entre gênero, raça e classe, na medida em que considera a pluralidade do universo camponês, ressaltando que inclui mulheres quilombolas, ribeirinhas, indígenas etc. A partir disso é possível enxergar o feminismo comunitário em várias escalas e territórios de luta feminista, como é o caso do Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado.

Além disso, é necessário sempre levar em consideração que as mulheres e suas experiências são plurais. Em lutas pela despatriarcalização e a descolonização de seus corpos, suas raças, suas classes, suas sexualidades, suas crenças e culturas é que caminham diversos coletivos e feminismos decoloniais que criticam a universalização da mulher como se todas as mulheres do mundo sofressem as mesmas opressões. Como se todas

---

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/02/24/no-rn-mulheres-sem-terra-realizam-curso-sobre-feminismo-e-marxismo.html>>. Acesso em: 01 Março de 2018.



nós estivéssemos inseridas nos mesmos contextos. Essas questões foram exploradas no presente capítulo, quando apresento os estudos de gênero na Geografia e as epistemologias feministas.

Portanto, proponho aqui a discussão mais profunda da não universalização da categoria gênero, levando em consideração os contextos políticos e sociais, as classes, as raças, as sexualidades e as crenças e culturas de mulheres diversas em toda América Latina e Caribe. Longe de fazer uma explanação sobre cada situação, o que se pretende aqui é enveredar pelos caminhos do feminismo comunitário e suas propostas de organização como alternativa aos projetos de desenvolvimento e progresso impelidos pelos Estados ao longo dos séculos de dominação e opressão.

O que conduz esse raciocínio é a possibilidade de pensar o empoderamento de uma perspectiva comunitária, como crítica ao heteropatriarcado neoliberal, também utilizando como exemplo outras lutas de mulheres latinoamericanas, como é o caso da construção do movimento Mujeres Creando Comunidad. Esse coletivo está na base da formação dessa vertente do feminismo latino-americano, por pensar teoria e prática a partir da posição em que se encontram as mais diversas mulheres.

Antes de adentrar nas discussões da epistemologia feminista comunitária, é necessário falar sobre a concepção de desenvolvimento e progresso que, por sua vez, não é algo novo, e sim fruto de séculos de exploração colonial. Parto das reflexões de Pablo Quintero, onde o autor apresenta os argumentos históricos para a criação de um modelo de progresso nascido na Europa e imposto aos territórios colonizados, principalmente a partir do século XV. Quintero escreve que

[...] desarrollo, tal y como se entiende contemporáneamente, es una idea exclusiva de la modernidad, y como tal está imbricada con los principales metarelatos que le otorgan sentido. Por esta misma razón, lejos de ser una simple palabreja, desarrollo es tanto un instrumento de clasificación social como una fuente motivadora de fuerzas sociales de diversos tipos, que reside - con extraordinaria potencia en lo más profundo del sentido común de la gran mayoría de la población del planeta. (QUINTERO, 2015, p. 123).

A partir dessa consideração, entendo o feminismo comunitário como uma das principais vertentes feministas capazes de criticar de maneira efetiva,

o modelo imposto de desenvolvimento e progresso com base na colonização dos seres, das mentes, dos corpos, da natureza, dos saberes (WALSH, 2008).

A insurgência epistêmica que surge na América Latina nas últimas décadas – a partir de 1990 – está, segundo Walsh (2008, p. 135) reconstruindo a concepção de Estado e repensando paradigmas teóricos e políticos que possam revolucionar e subverter a ordem colonial. Nessa perspectiva a decolonialidade tem trabalhado para repensar o universo latino-americano frente ao modelo eurocêntrico de conhecimento partindo então, para uma reconstrução de pensamento que possa dar conta da América Latina por ela mesma.

Como apontado por Catherine Walsh, o decolonial, tanto como eixo de análise como ferramenta de luta para re-conceituar as estruturas de poder latino-americanas, vem trabalhando para “[...] re-fundar el Estado e interculturalizar, plurinacionalizar y descolonizar sus estructuras e instituciones” (WALSH, 2008, p. 135). Nesse contexto estão também os movimentos feministas que lutam para descolonizar a forma como se pensa e agem sobre as mais diferentes identidades de classe e gênero na América Latina.

Portanto, o feminismo comunitário está inserido num contexto de luta epistêmica, social, identitária que possibilita a crítica e a reformulação de conceitos e práticas eurocentradas. Dessa maneira, é possível compreender o feminismo camponês popular construído pelo Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado, muito parecido com a vertente do feminismo comunitário, suas práticas e concepções do corpo da mulher, sua localização no mundo, seu trabalho e a valorização dos saberes.

A intenção de trazer para o debate as questões do feminismo comunitário também está ligada ao ato de pensar e repensar nossas práticas como acadêmicas feministas desde nosso lugar privilegiado de fala. Pensar que, como pesquisadoras e pesquisadores das questões agrárias, de gênero, da política, das culturas etc, ocupamos um espaço extremamente excludente, porém, que pode – se o sujeito assim o quiser – nos levar à ação e prática combinadas à teoria, onde a produção do conhecimento é política.

Portanto, como feminista e pesquisadora da questão agrária dentro de uma universidade pública, proponho com esse capítulo – e o conjunto desse trabalho – a reflexão de como o surgimento do feminismo comunitário

revolucionaria nossas práticas e lutas, bem como nos faz refletir sobre as pluralidades e a interseccionalidade que perpassa o feminismo, questão deixada de lado por grande parte dos movimentos.

Julieta Paredes trata de analisar as políticas neoliberais para mulheres, denunciar a institucionalização do feminismo e organizações sociais de mulheres. Também está presente na obra o rompimento epistemológico com o feminismo ocidental, branco, burguês, cristão. Essas considerações são relevantes quando analiso a construção do feminismo camponês popular que, por sua vez, se localiza a partir do lugar de fala da mulher camponesa.

O feminismo comunitário propõe o repensar de alguns marcos conceituais como corpo, espaço, tempo, movimento e memória atrelados a luta política a partir do corpo sexuado das mulheres e seu significado histórico. Essas questões vão ao encontro dos objetivos principais desse trabalho na medida em que produzem um conhecimento situado e possibilitam uma análise mais completa sobre as mulheres camponesas organizadas em coletivos e lutando tanto dentro de suas comunidades – escala local – como na sociedade onde estão inseridas.

Temos, portanto, um panorama do conteúdo do feminismo comunitário para analisar suas críticas ao desenvolvimento imposto, as opressões, as desigualdades e a ideia de progresso imputada na América Latina e como todas essas questões afetam a vida das mulheres. O feminismo comunitário nasce de mulheres marcadas, pelo seu próprio corpo, espaço e tempo como diferentes do feminismo eurocentrado.

Ao tomar consciência de sua existência como mulher, de sua raça, de sua classe e lugar essas mulheres estão contestando um movimento feminista universalizante que pensa *a mulher* e não *as mulheres*, que sofrem as mesmas opressões e violências sem levar em consideração nada além do fato de “ser mulher”.

Mas, o questionamento do que é “ser mulher” é cada vez mais tensionado pela quebra de padrões e de corpos transgressores de suas realidades. Esse é um assunto para outras discussões, porém, imprescindível para entender como a escalaridade do corpo interfere nas vivências, experiência e visões de mundo e como contestar modelos hegemônicos de

pensamento fazem nascer e crescer movimentos revolucionários. Um exemplo do que estou querendo dizer é o feminismo comunitário.

Paredes ressalta como, mesmo as mulheres sendo geralmente a metade de todos os povos, de toda a humanidade, são tratadas como um problema a ser resolvido. Apesar de tudo que já foi conquistado pelas mulheres, continuam tentando silenciar e enfraquecer as movimentações de mulheres:

[...] somos tratadas como un problema, cuando se dice que se va a tratar de solucionar el problema de salud, de educación y el problema de las mujeres que, por añadidura, se entiende que es un problema por ser víctimas de violencia. Fíjese como somos tratadas como un problema entre tantos problemas más importantes. Todas estas son formas de encubrimiento de las mujeres; se maneja el lenguaje como si las mujeres fuéramos un sector entre tantos sectores, un tema entre tantos temas, un problema entre tantos problemas; es decir, una minoría sin mucha importancia, que siempre puede esperar, pues hay cosas más importantes que hace "la mayoría". (PAREDES, 2014, p. 48-49)

Essa reflexão leva diretamente à crítica ao “fantasma do neoliberalismo” que, segundo a autora, não termina de terminar (PAREDES, 2014, p. 50). A autora aponta o contexto desenvolvimentista neoliberal boliviano desde 1985 para criticar os reajustes econômicos feitos pelos governos que se seguiram que foram nada mais do que pretextos para “tentar solucionar” uma situação que os próprios capitalistas imperialistas criaram. Ressalto esse ponto, pois não se trata apenas de algo concernente à realidade boliviana e sim, da América Latina como um todo.

Paredes (2014) analisa a política a partir das mulheres na Bolívia e expressa em seu pensamento que o colonialismo europeu de mais de cinco séculos criou um colonialismo interno dos herdeiros dos primeiros colonizadores. Eles são a classe de privilegiados que seguem expulsando indígenas de seus territórios ou explorando a mão de obra de mulheres e homens camponeses e indígenas. Além disso

El colonialismo interno ha generado, además, un imaginario estético racista, prejuicioso y discriminador, que há lastimado cotidianamente los cuerpos especialmente de las mujeres indígenas o de origen indígena. Este imaginario ético y estético

de los cuerpos asigna criterios de belleza, educación y buen vestir. (PAREDES, 2014, p. 53).

As mulheres têm seus corpos marcados pelo colonialismo e pelas decisões neoliberais que, segundo Paredes, também produzem uma ilusão de que a Bolívia – e aqui acrescento mais uma vez, que grande parte da América Latina, em especial o contexto brasileiro atual – vive uma democracia participativa e inclusiva com a bandeira de que o voto é sempre respeitado e que é trabalhando cada vez mais, com muito esforço que o cidadão aproveitará as oportunidades do livre mercado, da globalização e da democracia (PAREDES, 2014, p. 56). Nada muito diferente dos discursos de outros governos vizinhos da Bolívia. Mas enfim, o que essas questões têm a ver com as mulheres camponesas?

Julietta Paredes afirma que as mulheres e sua força de trabalho são fundamentais para as reestruturações dos governos neoliberais, pois são uma mão de obra barata. Dentro do neoliberalismo as mulheres são “reconhecidas como mulheres” apenas se fazem parte da mesma classe social e política que os neoliberais: essa é a variante do sistema patriarcal no neoliberalismo, onde as políticas favorecem mulheres das classes mais altas e médias estratificando a sociedade e não incluindo outras mulheres. Portanto, o feminismo comunitário da década de 1990 buscava desmistificar o desenvolvimento sustentável que, acusa Paredes, de ser um desenvolvimento do primeiro mundo sustentado pelos povos latinoamericanos (PAREDES, 2014, p. 60).

Para o feminismo comunitário, a definição de feminismo “[...] es la lucha y la propuesta política de vida de cualquier mujer en cualquier lugar del mundo, en cualquier etapa de la historia que se haya rebelado ante el patriarcado que la oprime” (PAREDES, 2014, p. 76).

Segundo Paredes, ao mesmo tempo em que essa definição de feminismo localiza as mulheres aymaras como descendentes das rebeldes do passado, também se mostra aberto a outras feministas do mundo – chamando-as de “*hermanas*” – porém, fazendo frente ao feminismo ocidental que, por sua vez, nasce da necessidade de responder a uma sociedade liberal, burguesa e individualista (PAREDES, 2014, p. 77).

O feminismo burguês, ocidental e hegemônico, desde suas raízes universaliza a mulher, como já foi mencionado anteriormente. A crítica que o

feminismo comunitário faz é a da hierarquização entre homem e mulher e propõe a reforma conceitual do “par complementar” homem – mulher tirando a sua carga machista, classista, racista, pretendendo-o como “sin jerarquias, armonico y recíproco, par de presencia, existência, representación y decisión” (PAREDES, 2014, p. 81).

Em diversas reuniões, como já mencionei anteriormente neste capítulo, a preocupação da inserção do homem no debate sobre gênero e feminismo foi levantada como necessária. Por isso, a crítica do feminismo comunitário ao par homem – mulher como hierarquizante, pode ser vista também dentro das discussões do coletivo.

Frente aos modelos neoliberais desenvolvimentistas, o MST e o feminismo camponês travam uma luta de mais de décadas contra a violência do agronegócio e, como assentamento modelo na agroecologia, o Contestado se destaca na luta pelo modo de produção e modo de vida agroecológico, mantendo tradições milenares de cuidado com a vida humana, o que sabemos ser o oposto do dito progresso trazido pelos grandes latifúndios monocultores de soja e as madeireiras, por exemplo.

Nesta perspectiva, vejo o feminismo camponês sendo construído em comunidade, mas não isolado em contextos locais, porém como agente histórico de resistência de mulheres que, a partir de suas comunidades pensam e agem para a construção de uma sociedade livre da violência do neoliberalismo. Para essa pesquisa, é nisso que se constitui o empoderamento comunitário que, longe de ser individualista, trabalha com o poder coletivo.

Por fim, trato do que significa *comunidade* para o feminismo comunitário e, a partir disso, será possível entender como o feminismo camponês do Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado se aproxima das concepções do feminismo comunitário. Comunidade, segundo Paredes

[...] está constituída por mujeres y hombres como dos mitades imprescindibles, complementarias, no jerárquicas, recíprocas y autónomas una de la otra. Lo cual no necesariamente significa una heterosexualidad obligatoria, porque no estamos hablando de pareja, sino de par de representación política, no estamos hablando de familia, sino de comunidad. (PAREDES, 2014, p. 87).

Ainda sobre a questão do que é comunidade para o feminismo comunitário, contamos com o pronunciamento do movimento na *Conferencia de los Pueblos sobre Cambio Climático*, realizada em 2010, na cidade de Tiquipaya, Bolívia. No discurso, comunidade é

[...] como ser em si mesma, com identidad própria. Mujeres, hombres, tierra, territoria, animales, vegetales. Verticalmente, arriba – cielo, espacio aéreo y todos sus seres vivos, abajo subterráneo, vida animal, vegetal y mineral. Y horizontalmente, aquí – donde nos movemos todos los seres vivos humanos, animales y vegetales, la extensión de la tierra y el territorio de la comunidad hasta los límites que ella y otras comunidades designen.<sup>14</sup>

Portanto, comunidade significa um espaço compartilhado por mulheres e homens igualmente, sem hierarquias entre si e em simbiose com todos os aspectos da natureza visível e invisível – as energias, os desejos, a subjetividade. A autonomia desejada para a comunidade é, antes de tudo, “un principio antipatriarcal” (MIÑOSO; CORREAL; MONOS, 2014, p. 428) e não significa isolamento de uma comunidade ou do mundo ao seu redor e sim “un proceso continuo de coherencia consigo misma (MIÑOSO; CORREA; MONOS, 2014, p. 428). Outra fonte apresenta, de maneira resumida, que

Esta corrente do feminismo se auto define como um movimento sócio político e se centra na necessidade de construir comunidade. [...] comunidade é um “principio de inclusão que cuida da vida [...] A comunidade pode ser realizada a partir de qualquer lugar do mundo, porque nós, mulheres, somos a metade de cada povo e porque cada feminismo comunitário que está sendo criado em cada lugar tem sua história”.<sup>15</sup>

O movimento do feminismo comunitário propõe um mundo de comunidades, uma “comunidade de comunidades” que estejam interligadas reciprocamente, sem hierarquizações bem como mantendo corpo, espaço, tempo, movimento e memória (princípios básicos da comunidade) em ligação.

---

<sup>14</sup> Pronunciamento del Feminismo Comunitario Latinoamericano en la Conferencia de los Pueblos sobre Cambio Climático. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MOÑOS, Karina Ochoa. (Orgs.) **Tejiendo de Otro Modo: Feminismo, Epistemología y Apuestas Descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidade del Cauca, 2014, p. 426.

<sup>15</sup> Feminismo comunitário: Uma resposta ao individualismo. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/dialogosdosul/feminismo-comunitario-uma-resposta-ao-individualismo/05042016/>>. Acesso: 05 de fevereiro de 2018.

## **CAPÍTULO 2: REVOLUCIONANDO A QUESTÃO DA MULHER E DO GÊNERO NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA**

### **2.1 INTRODUÇÃO**

As pautas feministas, em suas diferentes fases, influenciaram os mais diversos movimentos sociais e sindicais principalmente a partir do final da década de 1960. Se voltarmos um pouco no tempo, porém, podemos encontrar elementos do feminismo e da luta pela igualdade entre mulheres e homens, contra a opressão, contra a escravidão e pelo direito ao voto em movimentos do século XIX. Mas, e as mulheres camponesas? O movimento feminista pensa e trabalha com as questões da mulher no campo?

De maneira geral, o movimento feminista influenciou o ato de repensar as novas relações de gênero que se colocavam na década de 1960/1970. Movimentos feministas camponeses se forjam e se forjaram na luta. Diversos grupos de mulheres em toda América Latina que lutam pela terra, pelo direito à vida, pelo direito ao atendimento das necessidades básicas – escola, saúde, transporte, trabalho – são a expressão da luta das mulheres camponesas que estavam fundadas nas ideias do movimento feminista de caráter universal, interseccionando as questões de raça, classe, geração, cultura e gênero.

Segundo Ellen Woortmann (2010, p. 11), os estudos sobre a mulher camponesa – mesmo que não remetendo a esse “título” – tem sua gênese nos estudos de Chayanov na Rússia e seguem sendo tratados, mesmo que de maneira geral pelas pesquisas posteriores:

No universo dos estudos rurais ou das sociedades camponesas, a dimensão de gênero e geração pode ser identificada de forma implícita ou indireta desde os estudos de Chayanov, os quais serviram de base para a maior parte das pesquisas das décadas de 1960 e 70. Nessa perspectiva, os camponeses eram analisados enquanto famílias/grupos domésticos de produtores e consumidores de alimentos cujos excedentes de força de trabalho e produção eram destinados para as camadas populares urbanas. Nessa ótica, a mulher era subsumida e encompassada pela família, uma unidade de força de trabalho e de consumo centrada no casal, e em seus e eventuais agregados. Nesse quadro, depois teoricamente seguido por Galeski e Tepicht, a mulher camponesa nas pesquisas era percebida como limitada à esfera doméstica, responsável pelo



consumo familiar, enquanto o marido/pai era definido como principal responsável pela reprodução da produção.

Porém, esse quadro vem mudando nos últimos anos principalmente por conta das mudanças nas epistemologias feministas que adentraram as academias, trazendo novas maneiras de analisar os fenômenos relacionados às questões de gênero.

Como já observado e salientado no primeiro capítulo, o movimento feminista que tendia à universalização dos sujeitos sofreu severas críticas com a emergência de diversos movimentos sociais de luta por uma emancipação que alcançasse todos os sujeitos. As mulheres negras, indígenas, camponesas, periféricas, lésbicas, bissexuais, transexuais, enfim, encabeçaram diversas reestruturações das pautas feministas que talvez possam ser resumidas no seguinte questionamento: seu feminismo serve a quem?

É nessa perspectiva que situo a questão de gênero e o feminismo das mulheres camponesas num contexto de luta pela e na terra, apontando para as diversidades da vida no campo bem como do machismo e das relações de poder existentes no espaço agrário. Como esse trabalho procura entender o empoderamento de mulheres de um assentamento específico, é necessário refletir sobre as visões de emancipação da mulher que as próprias mulheres camponesas assentadas têm de sua condição e existência. Com o auxílio da bibliografia, procuro entender os pontos de vista diversos sobre empoderamento e as relações de gênero, tendo como recorte geográfico o Assentamento Contestado.

Neste capítulo discuto a literatura disponível sobre as questões de gênero dentro do MST. Para melhor entendimento de como a luta das mulheres dentro do próprio movimento vem sendo tratada e colocada em prática, apresento o contexto de surgimento do movimento, os direcionamentos da luta pela terra, focando a participação das mulheres na organização, prestando atenção na construção e reconstrução do próprio movimento com o objetivo de combater todos os tipos de opressão, machismo, sexismo e pensar o lugar das mesmas na construção de um mundo melhor.

Em segundo lugar, analiso as questões de gênero dentro do movimento como, por exemplo, a criação do Setor de Gênero do MST, a participação da

mulher na luta pela terra e pela reforma agrária nos acampamentos, os lugares das mulheres nos assentamentos, as posições de liderança que ocupam dentro da hierarquia e da estrutura organizativa do movimento e as pautas levantadas por elas para a construção de uma reforma agrária que as incluía ao lado dos companheiros.

## 2.2 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA: A LUTA

*Quem tem mói,  
E quem não tem  
Mói também  
E no fim todos ficarão iguais  
(Monge João Maria)*

O território brasileiro invadido pelos portugueses no século XVI teve construída sua história e sua geografia com base nas desigualdades: da distribuição de terras, de renda que derivaram as periferias segregadas e os centros urbanizados até a questão racial, fundamento da dominação dos negros e indígenas. Nossa história possui permanentes tensões e conflitos que, por vezes, parece não caminhar para uma sociedade fundada na justiça social.

Mas o Brasil também possui um intenso histórico de lutas emancipatórias contra os sistemas econômicos, políticos, territoriais e sociais de cada período. Da colônia ao império, da república à ditadura militar, da redemocratização até o tempo presente, encontramos revoltas e revoluções de gente que ousou desafiar a ordem. Como afirmam Valenciano e Thomaz Jr (2002, p. 3)

Todos os embates sociais que tiveram emergência nos últimos tempos, não podem ser considerados sem fazer menção à diversidade de realidades, das quais destacamos as transformações na agricultura e as respectivas formas de organização e luta dos trabalhadores rurais diante destas transformações. A luta pela terra no Brasil possui suas bases fundadas no questionamento do modelo expropriador e excludente impresso secularmente no latifúndio, e nos setores modernizados/mecanizados e agroexportador. Mesmo com o passar dos tempos este modelo de propriedade permanece, registrando seu legado de exclusão social. Sendo esses latifúndios marca da elite ruralista brasileira, expressam o interesse do capital como um todo pela sua ampliação, articulando de forma combinada

a expropriação e a exclusão. À medida que o capital se desenvolve no campo, sua tendência é apoderar-se dos meios de produção tirando dos trabalhadores seus recursos e instrumentos de trabalho. Assim, pequenos agricultores ou foram expropriados de suas terras, ou tiveram de se submeter ao trabalho assalariado, ao sistema de parceria, dentre outras formas de arrendamento para garantir sua sobrevivência. [...] Os conflitos revelam ao longo da história o distorcido quadro de trabalhadores rurais sendo expropriados em favor da emergência dos grandes latifundiários. Esse processo além de modificar intensamente a economia e a sociedade, marcou a exclusão social dos trabalhadores rurais e supressão das suas raízes históricas, culturais, etc.

Bernardo Mançano Fernandes, uma das mais importantes referências sobre a formação sócio territorial do MST, na obra *“A formação do MST no Brasil”* (2000), registra suas lutas, revoluções, organizações que contestaram os sistemas políticos e econômicos, contra a escravidão e o massacre dos povos indígenas, pela liberdade e extensão dos direitos civis etc., para entender as origens de um dos movimentos sociais mais importantes dos últimos trinta anos. Da Confederação dos Tamoios, Potiguaras, Guaranis ao Quilombo dos Palmares; do cangaço às Ligas Camponesas; da ocupação da Fazenda Belo Monte pelos seguidores de Antonio Conselheiro na Bahia aos redutos e cidades santas formados no sertão de Santa Catarina pelos seguidores do Monge João Maria. Todos esses episódios formam a memória coletiva das lutas pela terra no Brasil.

A Guerra do Contestado é uma das guerras camponesas mais importantes da história do Brasil, tanto pela sua crueldade e massacre empreendido pelo Estado quanto pela memória dos sertanejos e a busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Ela é fruto dessa concentração fundiária, porém não apenas dela. Foi uma guerra que só pode ser entendida se analisarmos as questões políticas, econômicas, geográficas, sociais, e culturais da sociedade sertaneja cabocla daquela região.

De todas as consideradas heroínas do Contestado, a única sobrevivente foi Teodora, que na década de 1960 concedeu uma entrevista ao pesquisador Mauricio Vinhas de Queiroz <sup>16</sup>, onde afirmou que na época, como era criança, acatava as ordens dos avós, Euzébio e Dona Querubina e revelou que as visões que tinha do Monge eram inventadas por eles. Ao mesmo tempo, não

---

<sup>16</sup> QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social: a Guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916)**. Civilização Brasileira, 1966.

considera esse fato como algo “ruim” ou “errado” e sim como algo necessário para o desenvolvimento das cidades santas que estavam se formando no sertão catarinense.

A Guerra Sertaneja do Contestado começou em 22 de Outubro de 1912, quando, no Combate do Irani<sup>17</sup>, morre o Monge José Maria – terceiro Monge – e o Capitão João Gualberto, chefe da polícia militar paranaense. Ao contrário do que muitos pensam e ensinam nas escolas, a guerra não foi entre Paraná e Santa Catarina pela questão de limites e fronteiras que se desenrolava desde a segunda metade do século XIX. Para entender as motivações dessa Guerra, necessitamos compreender as questões econômicas, políticas, territoriais e sociais daquela região.

Uma das questões que mais interessa para esse trabalho está ligada à luta pela terra da população cabocla que foi expropriada do campo pela construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande e a concessão de 15 quilômetros de terras em cada margem da ferrovia, cedida pelo Estado brasileiro à empresa *Brazil Railway Company*, pertencente ao empresário norte-americano Percival Farquhar. Essa ferrovia desapropriou, na maioria dos casos com grande violência, centenas de posseiros dos sertões catarinenses. Foi criada também a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, empresa subsidiária da *Brazil Railway*, com sede na cidade de Três Barras. Hoje Três Barras faz parte do Estado de Santa Catarina, porém, na época, era uma das regiões de fronteira contestadas pelo Estado do Paraná<sup>18</sup>. No ano de 1910 foi instalada uma moderna serraria que significou para a população da região a modernização forçada e imposta pelo Estado Brasileiro.

Falar da Guerra do Contestado e sua memória é essencial para entender a configuração de movimentos sociais de camponeses e sua luta pela terra algumas décadas mais tarde. Por conta disso, se fez necessário apresentar um brevíssimo histórico desse conflito que se deu tão próximo de nós. Além dele, relembramos a Guerra de Canudos, como uma guerra de grandes proporções, onde se pode traçar alguns paralelos e semelhanças com

---

<sup>17</sup> Na época, a região do Irani, que depois se tornou município pertencia ao município de Palmas, em território paranaense. Porém, fazia parte das terras contestadas pelos dois Estados: Paraná e Santa Catarina.

<sup>18</sup> TOMPOROSKI, Alexandre Assis. O polvo e seus tentáculos: A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. [tese] Florianópolis, SC, 2013.

o Contestado, e mais tarde, em 1957, tivemos a Revolta dos Posseiros, no Estado do Paraná.

O dramaturgo catarinense Romário Borelli, é autor de uma música que diz “*Não conteste o Contestado sem saber sua razão*”. Esse trecho é essencial para entender como a memória da Guerra foi construída a partir de determinados interesses – do Estado, do capital industrial, do exército – que visavam silenciar os depoimentos de sobreviventes do massacre camponês. Faz pensar também em analisar esse movimento de forças sertanejas em busca de uma sociedade alternativa igualitária, frente às modernizações empreendidas pela República, como contribuintes de uma memória de lutas camponesas no Brasil. Ao resgatar essa memória, se constroem identidades, que são re-significadas conforme o tempo e o espaço no qual se forjam.

Os movimentos sociais camponeses contemporâneos de contestação da ordem vigente podem ser lidos como tributários desses conflitos. No caso da história do Assentamento Contestado, que leva o nome de uma Guerra quase desconhecida pela população brasileira, identifica-se a relação dialética entre memória e identidade, pois já que a primeira é uma instância que nos molda, é também por nós moldada conforme o lugar de onde estamos nos reportando (CANDAU, 2016, p. 16). O registro e compreensão dessa memória na constituição do Assentamento Contestado é emblemático para a luta de um povo massacrado pelo Exército e pelo Estado em detrimento dos grandes poderes capitalistas de empresas estrangeiras, por exemplo. O surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, portanto, é herdeiro dessas lutas e dessa história.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra começa a se delinear no final da década de 1970<sup>19</sup>, no contexto repressor da Ditadura Militar (1964-1985). A construção do movimento tem origem na Teologia da Libertação, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e na Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligadas aos setores mais progressistas da Igreja Católica do período. A formação voltada para a base que esses processos encabeçaram no período e suas influências políticas, foram essenciais para o surgimento do MST. Como afirma Carmen Diana Deere (2004, p. 177)

---

<sup>19</sup> Para entender com mais profundidade os conflitos pela terra e o histórico de lutas camponesas no Brasil, ver: FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

A reforma agrária estava uma vez mais na pauta nacional brasileira da década de 1980, em grande parte como resultado das ações do MST. O movimento nasceu no Sul do Brasil no final da década de 1970, em torno de uma série de ocupações. No início da década de 1980 – período de transição do regime militar para a democracia – essas ocupações tinham se espalhado nacionalmente. As origens do movimento estão nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que proliferaram nas áreas rurais e nas favelas, começando na década de 1960 junto com a teologia da libertação. As invasões de terra, que cresceram a partir desses processos de conscientização, foram apoiadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), organizada pelo Conselho Nacional de Bispos Católicos, em 1975, e que divulgou crescentemente e deu coerência a essas lutas pela terra. A CPT também desempenhou um importante papel em reunir trabalhadores sem terra de diferentes estados. Depois de uma série de encontros regionais, o primeiro encontro nacional em 1984 resultou na fundação do MST, que hoje está organizado em 22 estados e é a principal força na luta pela reforma agrária.

A primeira ocupação de terra, considerada o começo da constituição do MST, se deu no Estado do Rio Grande do Sul e foi irradiando esse exemplo pelos estados da região Centro-Sul. Segundo Fernandes (2000, p. 50)

O movimento começou a ser formado no Centro-Sul, desde 7 de setembro de 1979, quando aconteceu a ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. Essa foi uma das ações que resultaram na gestação do MST. Muitas outras ações dos trabalhadores sem-terra, que aconteceram nos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, fazem parte da gênese e contribuíram para a formação do Movimento. Assim, a sua gênese não pode ser compreendida por um momento ou por uma ação, mas por um conjunto de momentos e um conjunto de ações que duraram um período de pelo menos quatro anos.

De 1979 a 1984 aconteceu o processo de gestação do MST. Chamamos de gestação o movimento iniciado desde a gênese, que reuniu e articulou as primeiras experiências de ocupação de terra, bem como as reuniões e os encontros que proporcionaram, em 1984, o nascimento do MST ao ser fundado oficialmente pelos trabalhadores em seu Primeiro Encontro Nacional, realizado nos dias 21 a 24 de janeiro, em Cascavel, no Estado do Paraná.

O MST é por mim considerado como um movimento que re-significa a luta pela terra no Brasil e vem há mais de 40 anos trabalhando por uma sociedade mais igualitária. Sobre a constituição do MST enquanto movimento social, Fabrini (2002, p. 113) aponta que “[...] o Movimento do Sem Terra (MST) surge como uma manifestação da sociedade organizada objetivando modificar a ordem estabelecida no campo”. Nesse sentido, é herdeiro das guerras camponesas e das lutas e resistências que perpassam formação sócio

territorial desde a invasão das terras que posteriormente foram denominadas de Brasil.

Em contraposição com a modernização forçada do campo empreendida pelo regime militar, o MST surge na esteira de uma série de conflitos agrários, enquanto movimento social camponês, de contestação dessa situação. A atuação da Igreja Católica, por meio das CPTs e das CEBs foi um meio facilitador de surgimento do movimento por conta da repressão empreendida pelos militares (FERNANDES, 2000, p. 49). O foco de atuação foi a formação de base, realizada em reuniões e encontros organizados por esses setores da Igreja Católica, visando a articulação política dos camponeses que viriam a formar o MST.

Entender a territorialização dos assentamentos como objetivo da luta pela terra do MST passa por analisar questões espaciais, sociais e temporais da constituição de cada um. A conquista dos assentamentos originários da luta pela terra a partir do MST, de uma perspectiva geográfica passa por

Considerar os assentamentos um território significa reconhecer a multiplicidade de aspectos que se constroem no espaço e tempo e compõem uma realidade particular, fonte de identidade pessoal e grupal. O território se constitui por *laços informais e modalidades não mercantis de interação* e integram sentimentos de pertença, raiz e trajetórias comuns, memória coletiva, valores e crenças partilhados, e um universo simbólico que lhes é próprio (PIMENTA, 2006, p. 151).

Nessa perspectiva, entende-se a constituição do Assentamento Contestado, no município da Lapa-PR como um território de luta que integra tanto sentimentos de pertencimento à classe camponesa como também a memória coletiva da Guerra do Contestado.

De maneira geral, o MST tem entre seus objetivos e razões, desde sua constituição, questões relacionadas a luta: 1) contra o capitalismo, 2) pela terra e pela reforma agrária, 3) pela dignidade humana, 4) pela justiça, 5) contra qualquer tipo de dominação. Nesse último ponto relacionado às lutas do MST, levantadas de acordo com a bibliografia disponível e as diretrizes gerais do movimento, se insere a questão da mulher, como aponta Fernandes (2000, p. 86)

Em seu desenvolvimento, o MST sempre teve como referências estes princípios: luta contra o capital na construção de uma sociedade sem exploração; lutar pela terra e pela reforma agrária, para que a terra esteja sempre a serviço de toda a sociedade; lutar pela dignidade humana, por meio da justa distribuição de terra e das riquezas produzidas pelo trabalho; lutar sempre pela justiça com base nos direitos humanos; lutar contra todas as forças de dominação e procurar em todo tempo e lugar a participação igualitária da mulher.

Na segunda parte desse capítulo, a discussão sobre questões da mulher e de gênero no MST foram tratadas com mais afinco. Por hora, basta enfatizar que o desejo de mudança da ordem patriarcalista, de dominação de um gênero sobre o outro, esteve e está presente nos principais objetivos do Movimento.

Também é importante entender, nessa fase da pesquisa, o que se entende por questão agrária, para então analisar onde se encontra a questão de gênero no espaço de luta pela terra. Tomo como referência Fernandes (2001, p. 23-24) que entende a questão agrária como um conjunto de entraves

[...] relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente a concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento na agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo à cidade, à qualidade da vida e a dignidade humana.

A luta do MST se configura não somente na conquista da terra. Ela perpassa diversas questões econômicas, como o combate ao agronegócio – por exemplo, a opção pela prática da agroecologia – e ao modo de produção capitalista; questões culturais como a desconstrução do machismo, do racismo, da discriminação LGBT nos acampamentos e assentamentos<sup>20</sup>; questões políticas, como a crítica aos governos neoliberais e, mais recentemente, ao Golpe de 2016. Apenas para citar alguns exemplos de contestação que o MST desenvolve em sua luta que é pela terra, mas também para se manter nela;

---

<sup>20</sup> Sobre as questões LGBT ver: LEITE, Jáder Ferreira; DIMENSTEIN, Magda. Relações de gênero e diversidade sexual na luta pela terra: a participação política de militantes mulheres e gays no MST. Bagoas, Natal – UFRN, v. 6, n. 8, p. 187-203, 2012.



também para conquistar benefícios que possibilitem uma vida digna (FABRINI, 2002, p. 113).

É importante analisar e compreender como se organiza o Movimento a fim de atender todos os objetivos que se propõe. O MST, internamente, é dividido em Setores que são as linhas de ação específicas, cada qual com suas particularidades, porém, não excludentes entre si. Segundo Franco (2004, p. 162-163)

Os Setores são espaços específicos de vínculo para os militantes que atuam nas direções e coordenações do Movimento nas suas diferentes escalas territoriais. Os principais Setores são: o Frente de Massa, que planeja as ocupações e dirige os acampamentos; o Setor de Produção, que atua na organização da produção nos assentamentos, por meio do incentivo e acompanhamento técnico nos lotes e o associacionismo dos trabalhadores Sem-Terra; Setor de Educação, que trabalha desde o acampamento ao assentamento organizando escolas; Setor de Comunicação, encarregado da divulgação na imprensa e a articulação de rádios comunitárias nos assentamentos; Setor de Cultura, com objetivo prioritário no resgate da cultura camponesa e o fomento de atividades culturais e esportivas no meio rural; Setor de Saúde, que acompanha as carências básicas no âmbito da saúde nos acampamentos e assentamentos; Os Coletivos de Gênero, que configuram o que inicialmente foi o Setor de Gênero, são responsáveis pela sensibilização e conscientização da questão de gênero e a mobilização política das mulheres nos acampamentos e assentamentos e o Setor Formação, que tem como função o aprofundamento político e ideológico das bases acampadas e assentadas.

Os setores, portanto, correspondem às linhas de atuação do movimento, onde cada espaço e instancia se ocupa de determinadas atividades a fim de construir um movimento que consiga abordar todos os âmbitos da vida no processo de luta pela terra.

Enfim, apresentou-se até aqui um breve histórico de surgimento do MST no Brasil, sua história, objetivos, ações e políticas para que seja possível a análise das questões de gênero na luta pela terra através do movimento. Afirmo que entendo a luta das mulheres dentro do MST como uma luta dentro de outra, não no sentido de hierarquizar-las, pelo contrário, pontuo essa questão a fim de pensar sobre os obstáculos existentes na arraigada estrutura patriarcal ainda que o movimento esteja na vanguarda de várias lutas sociais. Portanto, a partir da história do MST, será possível entender a luta de mulheres contra o machismo e a exclusão nos territórios de luta pela reforma agrária.

### **2.3 A LUTA DENTRO DA LUTA: QUESTÕES DE GÊNERO NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA:**

A inserção do debate sobre as questões de gênero dentro do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra vem se delineando explícita ou implicitamente desde a gênese do movimento. Nessa fase do trabalho, analiso de que maneira as questões da mulher e posteriormente, de gênero, foram aparecendo na organização, nos documentos oficiais, na produção de materiais, nos trabalhos de base, na criação de Coletivos e, posteriormente, na constituição do Setor de Gênero, sempre levando em consideração os aspectos geográficos, históricos, sociais, econômicos e culturais. Ou seja, o que deve ser pautado em qualquer análise sobre essas questões são as diferenças de contextos na formação do movimento em todo o Brasil. Mesmo que esse trabalho tenha seu foco em apenas um assentamento, localizado no Estado do Paraná, entender os processos mais amplos fundamenta o trabalho, inserindo o recorte espacial e temporal em uma escala maior.

Primeiramente analisaremos a construção de espaços específicos dentro do MST para a discussão do machismo, do sexismo, da luta de classe envolvendo as mulheres. A criação do Setor de Gênero passou por diversas fases de construção e reconstrução, mas sem dúvida alguma é uma conquista das demandas de mulheres dentro do movimento que, assim como os outros setores

[...] estabelece os laços entre ocupação, acampamento e assentamento e é igualmente produto e do ponto de partida para a reflexão acerca da politização e ação das mulheres do Movimento. Neste sentido, está não somente entranhado na estrutura organizativa nacional, como também é fonte de reflexão e debates constantes nas instâncias regionais. (GONÇALVES, 2009, p. 199)

A percepção de que havia uma lacuna a ser preenchida na estrutura do movimento, bem como da ausência de se pensar as questões de gênero no campo é um fator essencial para entender a construção do Setor de Gênero e dos Coletivos de Mulheres nos assentamentos do MST, como aponta Renata Gonçalves:

[...] ainda nos anos 1980, quando pouco se sabia sobre este movimento, foi organizada uma Comissão Nacional de Mulheres do MST, a qual pressionou para que houvesse grupos de mulheres dentro dos acampamentos e assentamentos de cada estado. Reivindicava também que as lideranças nos estados e nos assentamentos apoiassem as organizações das mulheres dentro do movimento. Em setembro de 1989, já na primeira edição das *Normas gerais do MST*, se incluiu um capítulo sobre a “articulação das mulheres”, com destaque para “a luta contra todas as formas de discriminação e contra o machismo”, além de chamar a atenção para a necessidade de “organizar uma comissão de mulheres em nível nacional, responsável pelas políticas propostas para o movimento”. (MST, 1989, Cap. VIII).

As mulheres do movimento foram, aos poucos, conquistando os espaços de discussão e de ação que, de certa maneira, negligenciavam suas pautas e demandas por considerarem secundárias ou irrelevantes na luta de classes e na luta pela terra. Porém, essa situação de dominação vai se modificando principalmente por conta da conscientização que as mulheres vão construindo ao longo da conscientização de classe e sua luta política. Diversas autoras e autores concordam ao afirmar que a presença da mulher na participação política dos movimentos sociais é algo tanto essencial quanto invisibilizado, causando assim uma relação contraditória entre a importância da mulher na luta e a negligência por parte de um sistema de dominação e poder historicamente construído dos homens sobre as mulheres. Conforme apontam Valenciano e Thomaz Jr (2002, p. 02)

Algo que nos parece muito claro, é que quando a mulher se insere na luta política, passa a possuir uma consciência de classe e assume uma "identidade", ou seja, a idéia de pertencimento a um grupo, que compartilha dos mesmos valores, símbolos, discursos, etc. Essa nova conformação traz ao estudo dessas mulheres novos elementos, visto que em face da subjetividade intrínseca nessas relações, teremos uma série de transformações que buscam em certa medida, superar a concepção arcaica do que é ser mulher, e aquilo que a ela é atribuído. Esses sujeitos sofrem diariamente a influência do discurso, de práticas e valores que vão construindo suas identidades, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, sua forma de ser, de pensar, de agir na sociedade, enfim sua sociabilidade.

Ou seja, a percepção da importância política que a mulher possui tanto partindo dela mesma, quanto do restante da sociedade é algo que se constrói e reconstrói permanentemente, e ela se dá a partir da participação política, da

conscientização mas não somente, como afirma Schwendler (2015, p. 88) que “[...] há a necessidade de leis e políticas afirmativas que garantam à mulher condições efetivas de participação política, econômica e social”. Essa necessidade a que se refere a autora pôde ser percebida no acompanhamento das reuniões do Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado no decorrer dos últimos sete meses.

Mas, algo que chama atenção está ligado ao fato da “insistência” pela participação das mulheres, por chamá-las a participar da luta em pé de igualdade com seus companheiros. Isto é o que, para Neiva Furlin, pode ser lido como a “[...] existência das desigualdades de gênero na concessão de direitos e na atuação em instâncias de poder, bem como as discriminações que se reproduziam na base do Movimento” (FURLIN, 2013, p. 261).

Porém, na prática, a luta das mulheres pela participação política dentro do movimento ainda está presente no cotidiano e na constituição dos acampamentos e assentamentos. Foi na década de 1990 que “os problemas de gênero” passaram a figurar com mais intensidade e quantidade nos debates, documentos oficiais, reuniões e demandas. Segundo Gonçalves

No artigo 45 do Documento Básico do MST, de 1993, é enfatizada a necessidade de “considerar as questões específicas das mulheres e sua participação como parte integrante das reivindicações e da organização, tratando como classe e não enquanto gênero”; além disso, no artigo 152, ressalta-se que é preciso “garantir a participação das mulheres em todos os níveis da cooperação agrícola e sobretudo estimular sua participação no trabalho produtivo, como também combater as desigualdades e o tradicionalismo que existe no meio camponês”. Com efeito, são muitos os depoimentos e textos que se referem ao meio camponês como sendo um lugar de permanência do machismo e de recuo político das mulheres. (2009, p. 202).

Além do MST, outras organizações rurais também passaram por questionamentos e re-estruturações no que tange as questões de gênero. Segundo Gonçalves (2009, p. 205), em 1995 ocorreu o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais, para discutir as pautas levantadas pelas mulheres como, por exemplo, a extensão dos direitos trabalhistas também para as mulheres do campo. Esse evento teve repercussão quase que instantânea no Jornal Sem Terra (1995), onde a leitura que se faz nesse momento não é mais a de gênero e classe como questões separadas e sim interseccionadas “[...] e esta

combinação de luta é fundamental não só para a construção de novas relações de gênero, mas de um projeto de sociedade democrática e popular” (JST, apud GONÇALVES, 2009, p. 205).

No ano seguinte, 1996, no Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST, foram compilados em uma cartilha, os encaminhamentos e o plano de trabalho organizado pelo Coletivo Nacional de Mulheres do MST, que discutiu “[...] como se construiu historicamente a dominação de gênero e como essa discriminação se manifesta na sociedade em geral e internamente no MST” (COLETIVO NACIONAL DE MULHERES DO MST, 1996, p. 1).

Antes de adentrar no conteúdo da cartilha, necessito ressaltar que o Coletivo Nacional de Mulheres do MST, surgiu desse Encontro Nacional no ano de 1996, como aponta Furlin (2013, p. 266)

[...] o Encontro das Mulheres Militantes deliberou a criação de um Coletivo Nacional da Mulher e Coletivos Estaduais. O Coletivo Nacional teria como função: “encaminhar as decisões do encontro nacional e a produção de materiais; centralizar as informações e representar o MST, ou indicar nomes, quando solicitado pela Direção Nacional” (MST, 1996, p. 9). Já os Coletivos Estaduais teriam a responsabilidade de receber e repassar o material para o conjunto do MST, bem como realizar anualmente um encontro estadual das mulheres militantes do Movimento.

A cartilha está dividida em quatro partes. A primeira “Nossos principais problemas” se resume na constatação dos problemas das mulheres na luta pela terra, na participação dentro do movimento e as causas desses problemas bem como os avanços que, naquela época, já poderiam ser observados e as perspectivas futuras para superar o machismo. A segunda parte da cartilha, “A evolução das nossas linhas políticas”, destaca como as “linhas políticas que deveriam orientar o trabalho no MST”, a partir dos documentos que já abordavam as questões da mulher no movimento, estavam sendo transformadas. Analisam-se então as Normas Gerais do MST (1989), o Documento Básico (1993) e o Programa Agrário (1995), realizando um levantamento do que cada um desses documentos oficiais estabelece como meta em relação às questões de gênero.

O “Plano de Trabalho” configura a terceira parte da cartilha e nele se pode observar as propostas de ação dentro da estratégia geral do MST, ou seja, em consonância com as linhas gerais do movimento voltando-se para as

mulheres, que foi dividido entre objetivos estratégicos e específicos, além de estabelecer as escalas de ação: na base, que são os sem terra, os acampamentos e os assentamentos, nas instâncias do MST, propondo uma interlocução entre todos os setores do movimento e, por último, entre as mulheres militantes.

A quarta e última parte fala sobre “Encaminhamentos práticos e políticos” que apresenta a construção do Coletivo Nacional de Mulheres e suas funções, os coletivos estaduais, as publicações a serem realizadas envolvendo a temática de mulheres e a apresentação das lutas específicas, como a Campanha Nacional de Documentação das Mulheres – envolvendo a titulação dos lotes também no nome da mulher –, as mobilizações com datas específicas a serem realizadas em nível nacional – exemplo do 8 de Março – e por fim, a relação com outras organizações de mulheres, o que pode ser lido como a percepção das contribuições que outras mobilizações podem oferecer para a construção do coletivo.

Destaco as palavras de ordem, do final dessa cartilha, a serem popularizadas pelo movimento de mulheres dentro do MST: “Olgas, Roses e Rosas, também Margaridas”; “Mulheres na luta pela nova vida”; “Mulher consciente, na luta permanente”; “Se a mulher participar, nós vamos massificar”. A partir desses “gritos de luta”, por assim dizer, destaco a importância de se pensar a participação política das mulheres na constituição do movimento, pois sem elas a luta não acontece.

A partir da cartilha, bem como do caminho trilhado até aqui pelo Coletivo Nacional, que hoje é conhecido como Setor de Gênero do MST, se pode constatar duas coisas. Primeiro, que a cartilha contém elementos que podem ser lidos como extremamente atuais: questões de representatividade, a diferença entre teoria e prática, a visão do trabalho feminino como uma “ajuda” etc. Também destaco os questionamentos que parecem que não se esgotam: como construir novos valores? Como repensar o trabalho de base, a formação política, bem como criar condições para a participação das mulheres?

Outro ponto importante é que até um determinado momento se referia a essas questões como “questões da mulher”. Em 1998, outra cartilha foi organizada e nela surge a denominação de “questões de gênero”, com o título “Compreender e construir novas relações de gênero” (GONÇALVES, 2009, p.

206), apontando para uma visão mais abrangente que vai da categoria “mulheres” para a categoria “gênero”. Nesse momento também temos a mudança de nomenclatura de Coletivo Nacional de Mulheres para Coletivo Nacional de Gênero. Gonçalves apresenta essa trajetória, salientando que houve a percepção de criar um ambiente que incluísse não só as mulheres, como também os homens (2009, p. 209). Foi no ano de 2002 que o Coletivo de Gênero do MST passou à categoria organizativa de Setor de Gênero. Essa mudança ocorreu por conta de uma proposta votada no Encontro Nacional do MST, realizado no começo daquele mesmo ano que traz novas estruturas para a organização. Segundo Valenciano (2006, p. 68)

A transição de Coletivo para Setor reúne uma série de novas conformações, das quais podemos destacar a maior autonomia e organicidade. Ou seja, há uma nova reestruturação não apenas do Coletivo de Gênero, mas de todas as formas de organização, assim como da própria estrutura do MST. Atualmente as mulheres que compõem o quadro do Coletivo são chamadas de polivalentes, pois contribuem com ações desempenhadas dentro do Coletivo de Gênero e dentro de outros setores como educação, saúde, frente de massa, etc. Essas mulheres estão inseridas em várias instâncias de organização. A mudança para Setor implica uma maior atenção para os trabalhos de gênero, ou seja, uma dedicação mais canalizada nesse sentido, além de uma forma de buscar mais credibilidade para o grupo.

O novo Setor, portanto, se propunha a rever as linhas de atuação do Movimento bem como do Coletivo que o precedeu, a fim de tornar possível o caminho para mudanças concretas nas relações de gênero, da percepção dessas relações tanto pelas mulheres quanto pelos homens do Movimento.

Mas, houve um “retrocesso”, onde de Setor volta para Coletivo de Gênero em pouco mais de um ano. Segundo Valenciano (2006, p. 78)

No ano de 2003, surpreendemo-nos com as transições pelas quais o então Setor de Gênero, como se espera de uma organização dinâmica, novamente havia passado. A organização sofreu um período de “dormência” ou, segundo as palavras de uma militante, voltou-se para dentro de si, na tentativa de rever suas ações e planejar os rumos que seriam tomados nesse período. E, por meio de algumas reuniões de avaliação das ações e da própria estruturação do Setor, votou-se para a retomada do Coletivo de Gênero.

A forma de organização de um Coletivo em comparação com a de um Setor é muito distinta dentro do MST. Diversos fatores contribuíram para essa mudança. Os entraves internos passam pelas questões de preconceito com as questões de gênero bem como da dificuldade do Setor se manter em ação por conta da atividade dinâmica das militantes que geralmente fazem parte de outros setores dentro da organização. Valenciano aponta que “elevar” o Coletivo a categoria de Setor seria uma tentativa das mulheres de “[...] condensar e qualificar o trabalho, que já era bastante desenvolvido no Coletivo” (2006, p. 79). Portanto, “[...] esse movimento constante de denominações, Coletivo – Setor – Coletivo, é revelador da instabilidade do grupo, da falta de coesão e, principalmente, da dificuldade de implementação de um projeto de superação” (2006, p. 79-80).

Pois bem, o que se procurou realizar até aqui seria um breve histórico da constituição do Setor de Gênero dentro do MST, levando em consideração como as temáticas “mulher” e “questões de gênero” foram inseridas no discurso e na prática do movimento, bem como as mudanças nos objetivos da luta ao se tratar as referidas questões como essenciais. Como já ressaltado anteriormente, o movimento de maneira geral mostrou certa resistência para enxergar que as questões de gênero devem ser incluídas na luta de classe, conforme afirma Schwendler (2015, p. 94)

A organização das mulheres e sua participação na luta de classe foram cruciais para a percepção de que as questões de gênero precisavam compor a agenda política da luta social, para se desafiar as restrições que lhes eram impostas pelos regimes patriarcais de gênero. Nos acampamentos e assentamentos, as mulheres Sem Terra começam a se organizar e debater sua participação política, pois elas percebiam que para os homens havia mais oportunidade para participar dos espaços formativos e de decisão política, o que também contribuía para o desenvolvimento da liderança. Quando elas se organizaram internamente no MST, através do Coletivo de Gênero, ainda existia no movimento social uma forte compreensão de que as questões de gênero e de participação das mulheres seriam resolvidas através da luta de classe e da implementação do socialismo e, portanto, a luta pela transformação social, entendida como geral, devia ter prioridade sobre as lutas consideradas específicas, como as das mulheres.

Portanto, percebe-se a importância da existência de coletivos e organizações dentro do MST que tratem das questões de gênero interseccionando-as com as questões de classe, em uma relação dialética



entre as lutas contra a opressão de um gênero sobre o outro, o machismo, bem como do sistema capitalista, do neoliberalismo, do agronegócio, enfim, da luta pela terra de uma classe social em um país de amplas desigualdades no campo.

## **2.4 DO ACAMPAMENTO AO ASSENTAMENTO: RELAÇÕES DE GÊNERO NA MATERIALIDADE DA LUTA PELA TERRA**

Essa parte do trabalho trata das questões referentes ao caminhar da luta pela terra – fase de ocupações, acampamentos – e a luta na terra – fase de assentamentos – que as mulheres camponesas percorrem. Para isso, se faz necessário entender os entraves que elas enfrentam tanto dentro da estrutura organizativa do MST quanto no espaço do lote e da família, em suas relações pessoais e no cotidiano.

Por hora, destaco que, mesmo com os problemas existentes que podem, por uma série de razões, “travar” a força política das mulheres camponesas assentadas, as relações de gênero nos assentamentos do MST apresentam modificações positivas e isso significa não só um processo de empoderamento das mulheres enquanto grupo, mas de todo o movimento na luta pela terra. Entender o empoderamento enquanto processo, passando por analisar as relações de poder existentes no contexto da pesquisa será o foco do terceiro capítulo deste trabalho.

Trabalho aqui, portanto, com a bibliografia concernente ao tema do lugar da mulher na luta pela e na terra. Os trabalhos das geógrafas María Franco García e Renata Valenciano, mais uma vez, são fundamentais para o estudo desses aspectos, pois tratam do espaço e do lugar enquanto categorias úteis de análise das questões de gênero. Segundo Franco (2004, p. 8), sobre a observação dos territórios de luta pela terra – acampamentos e assentamentos

A observação desses lugares nos leva a constatar a estrutura *generificada* do espaço como produto da organização social. E, nos encaminha a refletir a relação dialética da produção do espaço e construção das relações de gênero na dinâmica territorialização - desterritorialização - reterritorialização da Luta pela Terra. Ainda, analisar esta relação não se restringe apenas aos lugares da luta, os acampamentos e assentamentos rurais, enquanto realidades

isoladas ou monolíticas, mas atingir a espacialidade escalar e abordar a dinâmica que os anima.

Além da literatura sobre o tema, foi possível observar a partir dos relatos das mulheres nas reuniões do Coletivo de Gênero do Contestado algumas questões levantadas como: a participação política das mulheres e dos homens camponeses na fase do assentamento; problemas relacionados aos conflitos dentro de casa para a participação no espaço do Coletivo; alternativas para que as mulheres participem cada vez mais das reuniões do coletivo. Esses pontos são o foco do terceiro capítulo deste trabalho, pois, a partir da participação nas reuniões, busco compreender na escala do corpo, como elas tratam das questões levantadas acima e apresentam possibilidades de reconstrução e transformação.

É comum enxergar o MST, assim como outros movimentos sociais com trajetórias semelhantes, como um movimento livre de qualquer tipo de opressão – por sua carga histórica de luta –, porém, na prática, na vivência, na realidade enfim, não se configura dessa forma. O diferencial que o MST possui está na capacidade de auto-análise, de se desconstruir e reconstruir permanentemente conforme a materialidade da luta e pelas transformações da sociedade na qual está inserida, investindo em estratégias de formação para trabalhar com as questões de gênero, por exemplo, como será evidenciado no próximo capítulo.

Nos acampamentos, os espaços dicotômicos entre o que é de mulher e o que é de homem, se diluem, segundo algumas análises sobre as relações de gênero em assentamentos da reforma agrária. Conforme afirma Franco (2004, p. 69-71)

Nos acampamentos tem lugar o processo de formação política que busca colocar homens e mulheres em movimento. A constante interação dos habitantes nestes lugares é facilitada pela sua organização espacial, sendo que as famílias residem em barracos próximos uns dos outros. [...] As atividades de socialização política realizam-se no acampamento sem diferenciação de gênero nem idade. São espaços de confraternização, onde se compartilham as experiências de vida por meio das quais se trabalha na conscientização da condição de expropriados e explorados, fortalecendo a construção da sua identidade Sem-Terra.

A pesquisadora também aponta que as atividades são comunitárias, de maneira geral, e as relações de comunidade são prioritárias, em detrimento das familiares. Os barracos montados nas ocupações e acampamentos estão sempre muito próximos, fato que é diferente da fase de assentamento, quando os lotes possuem entre si distâncias maiores e se inicia um processo familiar de construção do lote. Um dos aspectos apresentados por Franco (2004, p. 72) que pode explicar essas questões seria o “[...] caráter temporal destes espaços” – os acampamentos – pois estes são a fase inicial de luta por um pedaço de terra que se constituirá no lote e assim, se “inicia a concretização do seu projeto de vida”.

A estrutura comunitária, baseada na vida em comum, busca romper com as diferenciações entre espaços femininos e masculinos; subverte a naturalização do espaço privado como sendo destinado às mulheres e o espaço público destinado aos homens. Além disso, as relações de solidariedade que se estabelecem nessa nova configuração, onde a luta de todos é a mesma – a luta pela terra – contribuem para que se estabeleçam novas relações de gênero. Segundo Franco (2004, p. 72-73)

Podemos afirmar que na produção e reprodução comunitária destes espaços, a associação mulher-esfera privada/doméstica/reprodutiva não se identifica na mesma medida para a mulher assentada, onde toda atividade realizada dentro do lote enquadra-se dentro da “percepção do doméstico”, noção significativamente ampliada para a mulher rural. Além do mais, as extremas condições de subsistência e vulnerabilidade que o grupo vivencia facilita a auto-percepção dos acampados e acampadas como sujeitos iguais de resistência.

Sendo assim, foi possível averiguar que as hierarquias no espaço do assentamento e no lote ainda possuem elementos de poder de um gênero sobre o outro. A desvalorização do trabalho da mulher no lote é um desses elementos que figuram nos estudos sobre o tema e nos relatos de mulheres. Esse trabalho é visto como uma “ajuda”, como um trabalho “subalterno”, onde a mulher ajuda o companheiro nas tarefas do lote. Para Franco (2004, p. 80) a constituição dos assentamentos “[...] têm implicações de gênero decisivas para as trabalhadoras, em relação à divisão sexual do trabalho, na organização em unidades de produção [...]”.

A divisão sexual do trabalho não pode ser ignorada quando se trata de entender as relações de gênero nos assentamentos. É um tema recorrente nos estudos feministas e marxistas que se propõem decifrar os impactos do capitalismo, desde sua origem, na vida de mulheres e homens. A divisão que esse trabalho se refere é aquela que separa trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. Um dos fatores que estabelece as diferenças está na monetarização do trabalho, onde o trabalho produtivo é aquele que gera um valor – capital – enquanto o trabalho reprodutivo se refere às

[...] atividades desempenhadas para manutenção e cuidado da unidade familiar como cozinhar, passar, limpar a casa, cuidar dos filhos não é considerado trabalho. Os serviços prestados pelas mulheres aos membros das suas famílias, o trabalho reprodutivo, não podem ser ignorados já que são estas as atividades que se encontram no centro da construção de novos papéis femininos e masculinos no mundo atual. Não obstante, partimos da premissa de que na sociedade ocidental o trabalho doméstico é considerado responsabilidade da mulher. O fato de que este trabalho seja improdutivo do ponto de vista da remuneração econômica, relega ao plano da invisibilidade o tempo e energia que as assentadas e acampadas empregam para o cuidado e atenção das tarefas consideradas. (FRANCO, 2004, p. 85-86).

Ou seja, o que não está expresso por valor monetário não é valorizado. Paulilo também trata deste tema, identificando as visões de trabalho pesado e trabalho leve, sendo o primeiro atribuído aos homens e o segundo, às mulheres. A autora apresenta que

[...] “trabalho leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças. Fica a pergunta: porque se paga menos pela realização dessas tarefas? A resposta não deve ser procurada em realidades especificadas das regiões estudadas ou do próprio meio rural como um todo. Essa situação ocorre da valorização social do homem enquanto “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes”. Assim, o trabalho desses últimos fica em plano secundário, cabendo, nestes casos, uma remuneração que apenas “ajuda” a composição do orçamento familiar. A conclusão, portanto, é clara: o trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar (1987, p. 7).

Utilizando dessa constatação para entender as relações de trabalho nos assentamentos e sua conseqüente divisão sexual, onde o valor das atividades

é atribuído conforme o sexo que as realiza (FRANCO, 2004, p. 87), será possível perceber como as relações sociais de gênero são construídas no espaço do lote/casa/família.

O que se entende dessa perspectiva está no fato de pensar as relações de poder existentes, criadas por condicionamentos históricos sócio-territoriais, a fim de perceber a situação das mulheres que, a partir do momento que se tornam assentadas, encontram entraves e mudanças nas relações de trabalho em comparação com aquelas existentes na fase de acampamento. Embora sejam dois territórios de luta – acampamento e assentamento – os condicionamentos e o lugar da mulher se tornam distintos. A relativa emancipação da mulher e a participação política que se experimenta no acampamento encontra obstáculos na constituição do assentamento, porém, essa não é uma regra. Diversas mulheres atuantes do MST se forjam como militantes ativas por conta da configuração dos acampamentos apresentada anteriormente. Mas também existe o fato das subjetividades e escolhas pessoais de cada mulher, que também condicionam a formação que devem ser respeitadas e levadas em consideração em análises futuras.

Essa situação pode ser exemplificada no caso das mulheres do Assentamento Contestado que construíram e participam do Coletivo de Mulheres desde o início.

Tanto a mulher como o homem, quanto os filhos de diferentes idades<sup>21</sup>, trabalham na produção dentro dos lotes. Quem é responsável por cuidar da casa, da criação dos filhos e por resolver os “problemas domésticos” é a mulher. Na grande maioria das vezes não sobra tempo para outras atividades, de lazer ou de formação política. De acordo com Franco (2004, p. 171), e a partir dos depoimentos recolhidos pela pesquisadora, sobre a questão da ressignificação da militância das mulheres quando o projeto de assentamento é conquistado através da luta, observa-se os seguintes elementos:

Os depoimentos das assentadas e assentados que viemos apresentando evidenciam o cativo da terra, da casa, do lote, do espaço, muito marcante na mulher assentada. Além dos condicionantes materiais é significativo o peso dos papéis de gênero

---

<sup>21</sup> Ver: RUA, Maria das Graças. ABRAMOVAY, Miriam. Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis”? As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.

e de representações mulher-mãe e mulher-esposa, que fazem destas trabalhadoras prisioneiras destes espaços.

Portanto, estamos falando sobre a construção histórica de territórios calcados na dicotomia mulher/homem, feminino/masculino. E se o território, para a Geografia, é considerado por e a partir de relações de poder, ponto que nestes exemplos, estão sendo observados os territórios de relações de poder de um gênero sobre o outro. No caso do espaço dos assentamentos,

O tempo e o espaço integram a estrutura normatizadora e criadora de disciplina, de aprendizado de condutas e de *habitus* produtores de um saber e um fazer nas e para as mulheres e os homens que regem a organização e o funcionamento da unidade doméstica e a produção de funções e papéis sociais para as mulheres e homens. Como o espaço, o tempo também é usado para organizar e dar vida social e sexuada aos corpos de homens e de mulheres. São construções que se eternizam na história, na economia e na cultura e são transmitidas na forma de normas, condutas, comportamentos e valores. Encobertas e naturalizadas, fazem uso de bens simbólicos que se corporificam nos objetos, nas coisas e criam gêneros. Dão a homens e mulheres destinos, funções e representações. (ESMERALDO, 2008, p. 199).

Concordo mais uma vez com Franco (2004, p. 174), quando esta afirma que os assentamentos contêm uma “estrutura generificada”, que

[...] não é somente nítida a partir da divisão sexual – territorial do trabalho dos assentados e assentadas, [...], nem somente pela inserção diferenciada na Luta pela Terra das trabalhadoras e trabalhadores. Uma geografia de marcado caráter de gênero se desvenda quando nos aproximamos das práticas espaciais que assentados e assentadas vivenciam no seu cotidiano. Encontramos com “outros” lugares da diferença não respeito do latifúndio, como caracterizávamos aos assentamentos e acampamentos no início da nossa análise, enquanto espaços insubmissos no desenho territorial da região. Referimo-nos à diferença a respeito da construção reprodução de uma sociabilidade espacial *generificada*.

A estrutura espacial *generificada*, portanto, explica não só a diferença enraizada da cultura camponesa de espaços de mulheres e espaços de homens como a própria inserção da mulher na participação política do movimento. Mas, de acordo com a bibliografia referente ao tema, encontraram-se análises que apresentam as diferenças entre os territórios de luta – acampamento e assentamento – no que tange à presença da mulher na

liderança, das instancias de decisão, enfim, nos espaços políticos. Segundo Valenciano (2006, p. 101)

[...] acreditamos que seja nesse território de luta, o acampamento, o espaço ideal para se trabalhar e desenvolver atividades de formação, com o objetivo discutir a reestruturação das relações de gênero entre os trabalhadores e trabalhadoras. As relações pautadas no modelo patriarcal se esfacelam momentaneamente, pois observamos o engajamento na luta de uma forma muito igualitária. A própria disposição do espaço de moradia, de vivência, aparece muito mais homogêneo e coletivo. Não existe o lugar da casa e da roça. Ambos os espaços se fundem em apenas um, o espaço de resistência, que é comum entre todos os que se encontram acampados. E é exatamente nesse momento, em que acampados vivenciam uma situação de cooperação mútua, de paridade entre os gêneros, mesmo que tênue, que temos todo um ambiente propício (não o único) para desenvolver atividades de formação política. As militantes, que atualmente levam à frente as atividades dentro do Coletivo de Gênero do MST, foram forjadas nesse processo. Foi no convívio do acampamento que elas deram os primeiros passos para a constituição desse grupo. Amparando esses trabalhos e fortificando-os no cotidiano da luta, será mais difícil dissipar as experiências vividas, ainda que, no segundo momento da luta, o assentamento, alguns obstáculos impeçam uma participação mais efetiva, pontual e ampla das mulheres.

Portanto, na fase do assentamento, as mulheres encontram diversos entraves, já mencionados anteriormente. No entanto, a construção de relações comunitárias, pautadas na coletividade que os assentamentos – de maneira geral – trazem em seu projeto de vida, diluem esses entraves, na medida em que novas relações de gênero são construídas.

Esse capítulo se propôs a discutir a origem do MST, retomando a memória da Guerra do Contestado, por conta da construção do Assentamento Contestado, que remete diretamente à memória de uma guerra camponesa de sertanejos expropriados da terra. Após entender a geografia, a história, as práticas, as ações, as continuidades e descontinuidades do Movimento foi necessário então compreender as questões de gênero que se delineiam em sua trajetória.

Também foi possível acompanhar a inserção das questões da mulher, mais tarde tratadas como questões de gênero, nas práticas, ações e objetivos do MST, bem com os problemas e as controvérsias sobre o tema. Os caminhos que levam a ressignificação da luta das mulheres camponesas no território de luta na terra que é o assentamento também foi abordada e problematizada

nesse capítulo. Ao mesmo tempo em que, se apresentou um quadro teórico sobre as questões de emancipação feminina para abordar as questões de empoderamento das mulheres assentadas por meio de espaços de discussão como os Coletivos de Gênero.

Todas as questões levantadas anteriormente apontam para a contribuição que esse trabalho pretende alcançar dentro das discussões sobre gênero e feminismos no Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Trazer o protagonismo das mulheres camponesas para o centro do debate da luta de classes se faz urgente. Assim como compreender e desmistificar a questão do empoderamento como algo individualista e neoliberal e como podemos compreender os processos de empoderamento da mulher no contexto agrário. Exatamente esse último ponto será o foco do próximo capítulo, tomando como estudo de caso o Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado.



## CAPÍTULO 3: O EMPODERAMENTO COMO SIGNIFICADO DE EMANCIPAÇÃO: RELAÇÕES DE PODER E PROCESSOS DE LIBERTAÇÃO

*“Companheiras me ajudem  
Que eu não posso andar só,  
Eu sozinha ando bem  
Mas com vocês ando melhor”*

### 3.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo discuto o conceito de empoderamento e sua contribuição para a pesquisa com o Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado. Optei por dividir em três partes que também englobam os trabalhos de campo realizados junto ao Coletivo de Mulheres – reuniões – enlaçando a realidade das mulheres camponesas em seu contexto com a teoria.

Entender os processos de construção de novas relações de gênero pelos quais passam o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e especificamente o Assentamento Contestado é também compreender os processos de libertação das mulheres em relação a sua condição historicamente construída e perpetuada de subordinação.

Um dos fatores que torna possível observar as lutas, as mudanças, as conquistas das mulheres camponesas desses espaços são a existência dos Coletivos de Mulheres, que atuam em nível local – o espaço do assentamento – em consonância com outros coletivos de suas respectivas regiões, os Coletivos Estaduais e, em escala nacional, o Setor de Gênero do MST.

Libertação, emancipação, conscientização, empoderamento das mulheres são alguns dos desafios encontrados no desconstruir e reconstruir do Movimento no que tange à questão do gênero. Esses desafios, que também interpreto como processos complexos, com ações e objetivos distintos e não-lineares passam por re-significações conforme o lugar no qual se está inserido. Diversas vezes pontuei, no decorrer da pesquisa, a importância e necessidade de destacar os contextos espaço-temporais de ação das mulheres para não cair no universalismo dos sujeitos.

Referente à questão de empoderamento nas pesquisas dentro da área de Geografia, foi encontrado o trabalho de Jo Rowlands, geógrafa inglesa, que muito se aproxima do foco do trabalho com as mulheres do Assentamento

Contestado. A autora trabalhou com o empoderamento de mulheres rurais em Honduras, classificando quatro tipos de poder – que serão tratados de forma mais aprofundada adiante – e como se constroem estratégias de emancipação. Nesse sentido, encontrar uma pesquisa sobre empoderamento na perspectiva da Geografia foi essencial para o desenvolvimento teórico-metodológico, pois abre caminhos para novas análises que atuem no campo das geografias de gênero e feministas com o enfoque um tanto escasso sobre empoderamento.

A leitura que fiz da questão de empoderamento, como ele é vinculado principalmente pela mídia, é de uma palavra que significa algo que todos parecem saber o que significa, utilizada para se referir ao indivíduo e/ou a coletividade na conquista de algum direito, na libertação de algum padrão, na subversão da ordem. Nos meios de comunicação, através de propagandas – servindo ao consumismo dos mais diversos artigos – as palavras empoderamento, empoderar, empoderar-se são empregadas de maneira simplista. Ao fazer o levantamento bibliográfico, foram encontradas referências sobre o tema que remetem a década de 1980 e tratam do empoderamento sob o viés dos “excluídos” da sociedade e da produção do conhecimento.

Sobre isso recai a problematização desse conceito, foco desse capítulo, para instrumentalizar essa pesquisa sobre o Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado. Foi percebido, através de algumas falas e conversas com as mulheres camponesas, que a ideia de empoderamento não é muito bem vista. O motivo se encontra justamente por conta da utilização desenfreada, principalmente pelo capitalismo neoliberal que, em sua tentativa de descaracterizar questões sociais, acaba por se apropriar de conceitos construídos no cerne das mais diversas lutas por emancipação e direitos.

O enfoque de empoderamento que se realizou nesse trabalho estava centrado na ideia de espaços de poder conquistados pelas mulheres e para as mulheres do MST dentro do movimento e dos assentamentos da reforma agrária, tendo como grupo focal as mulheres pertencentes ao Coletivo de Gênero do Assentamento Contestado, localizado no município da Lapa – PR. Esse coletivo existe, vale a pena lembrar, desde o processo de ocupação da Fazenda Santa Amélia, que deu origem ao assentamento, no ano de 1999. Portanto, são quase 20 anos de caminhada e luta coletiva contra o sistema desigual que configura o campo brasileiro. E também, como afirmado na

introdução do trabalho, a visão de empoderamento que emprego está vinculada à emancipação e libertação.

A discussão sobre a conquista de espaço por parte das mulheres leva a pensar a questão dos lugares de homens e de mulheres que a sociedade patriarcal na qual vivemos estabelece a fim de manter o poder de determinados indivíduos sobre outros. Portanto, dialogamos com as considerações realizadas no capítulo anterior, principalmente no que tange a participação política das mulheres dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Seguem algumas considerações sobre a escolha do conceito e das teorias sobre empoderamento, para entender os processos de construção do Coletivo de Gênero no Assentamento Contestado:

1. O conceito *empoderamento* carrega um histórico de lutas sociais que remete aos movimentos sociais da década de 1960, principalmente o Movimento Negro nos EUA.
2. O repensar da construção do referido conceito, sob o viés de gênero, foi realizado por teóricas e militantes feministas do “terceiro mundo” – como veremos adiante – o que marca politicamente a ação de sujeitos históricos comumente excluídos.
3. O conceito empoderamento também remete às relações de poder. Na teia que compõe essas relações, a centralidade dessa pesquisa está em analisar os processos de libertação e/ou emancipação da mulher camponesa através da coletividade.
4. Emancipar-se de valores e padrões historicamente estabelecidos pela sociedade patriarcal capitalista, por exemplo, é uma maneira de empoderar-se.

A primeira parte deste capítulo procura conceituar empoderamento e poder, a partir de autoras e autores que trabalharam essas questões nas mais diferentes áreas, como educação, economia, sociologia e geografia.

A segunda parte do trabalho foca no empoderamento de mulheres camponesas, tomando como estudo de caso aquele constituído no Assentamento Contestado. Aqui se analisa como a coletividade e a solidariedade entre mulheres, bem como a discussão e formação política das mesmas, contribui para o empoderamento tanto das mulheres como dos homens. A partir da participação em todas as reuniões do Coletivo de

Mulheres, realizadas durante o ano de 2017, foi possível levantar questões como independência financeira das mulheres, maternidade, formação política e militância, participação das mulheres no Coletivo, entre outras que serão abordadas ao longo do capítulo.

Divido essa segunda parte a fim de apresentar a construção do Coletivo e a descrição das seis reuniões do ano de 2017. Feito isso, elenquei quatro temas que foram debatidos com mais frequência que outros, no âmbito dos encontros do coletivo. São eles: 1) empoderamento econômico, 2) participação das mulheres no Coletivo, 3) educação como libertação e 4) mulheres e agroecologia.

Após essas reflexões, encaminho o debate sobre empoderamento para apresentar as aproximações da vertente do feminismo comunitário – surgido no contexto latino-americano – com o feminismo camponês popular construído no território de luta do Assentamento Contestado. A ideia é pensá-los como alternativa às perspectivas hegemônicas do feminismo eurocentrado, onde esses feminismos periféricos<sup>22</sup> propõem a interseccionalidade e a noção de comunidade como fundamentais para as lutas e resistências.

Como já foi apresentado no capítulo 1, o feminismo comunitário tem suas críticas centradas nas ideias de mulher e gênero como categorias universais que compreendem experiências homogêneas, à produção do conhecimento colonizada e à colonização dos corpos das mulheres. Mas, principalmente, foco essa parte da análise na construção de poder compartilhado e na relação das mulheres com a comunidade, na transformação das relações de gênero.

### **3.2 A SUBVERSÃO DA ORDEM: EMPODERAMENTO, PODER E EMANCIPAÇÃO**

O conceito de empoderamento não possui consenso unívoco e provoca muitos debates por conta de seus possíveis significados. O termo é fruto da palavra de língua inglesa *empowerment*, e segundo Rute Baquero (2012, p.

---

<sup>22</sup> MARTÍN, Rocío Medina. **Feminismos Periféricos, Feminismos-Otros: Una Genealogía Feminista Decolonial Por Reivindicar.** Revista Internacional de Pensamiento Político, I Época, Vol. 8, p. 53-79, 2013.

173) “[...] inexistência do termo “empoderamento” em dicionários brasileiros recentes e a diversidade de sentidos atribuídos ao termo indicam o caráter polissêmico e complexo desta categoria”.

Baquero também aponta que o surgimento do termo *empowerment* é utilizado desde a Reforma Protestante, no século XVI, porém ganhou destaque na contemporaneidade com os movimentos sociais da década de 1960 em diante

Embora a utilização crescente do termo *empowerment* tenha se dado a partir dos movimentos emancipatórios relacionados ao exercício de cidadania – movimento dos negros, das mulheres, dos homossexuais, movimentos pelos direitos da pessoa deficiente – nos Estados Unidos, na segunda metade do século XX, a Tradição do *Empowerment (Empowerment Tradition)* tem suas raízes na Reforma Protestante, iniciada por Lutero no séc. XVI, na Europa, num movimento de protagonismo na luta por justiça social. (BAQUERO, 2012, p. 174)

Dessa forma, a partir da eclosão de movimentos de contestação do século XX, no contexto norte-americano, a palavra empoderamento passa a figurar no debate sobre as questões de emancipação social.

Mas, o significado de empoderamento que surge com a Reforma Protestante também possui muitos elementos importantes para esse trabalho, no que tange a questão do conhecimento e de quem produz o conhecimento, que é uma relação de poder. A partir da produção do conhecimento e da escrita da história de maneira unilateral – hegemonicamente masculina, branca, burguesa – conseguimos perceber pelo silêncio, as ausências que se colocam. Uma das revoluções da Reforma de Lutero foi a ideia de livre interpretação das escrituras e a tradução para o alemão da Bíblia, que até aquele momento era domínio do Clero pois era editada em latim. De acordo com Meirelles e Ingrassia (2006, p. 2)

Se partirmos da assertiva de que conhecimento é poder e que este poder pode redistribuir os atributos e riquezas que são concentrados pelo sistema do capital, temos então, que o empoderamento pode ser entendido enquanto um processo e como tal requer um investimento sistêmico de longo prazo. Neste sentido, mesmo tendo uma dimensão individual, observa-se que o lócus privilegiado deste processo não reside no indivíduo, mas sim na sociedade da qual ele faz parte. Outrossim, podemos dizer que o processo de empoderamento adquire sua força quando assume uma perspectiva de classe social, dotando-se de um caráter profundamente

transformador que permite ao indivíduo a partir da tomada de consciência de sua posição de classe, desprender-se das amarras que lhes são impostas por sua própria consciência intransitiva ingênua.

Ou seja, deve-se levar em conta o contexto histórico, social, espacial e cultural que pode contribuir ou não nos processos de empoderamento. Importante ressaltar que este trabalho procura entender o empoderamento de classe, concordando com os autores anteriormente citados, e de gênero, interseccionando ambas as categorias de análise.

A partir da década de 1970, novas apropriações do conceito de empoderamento começam a surgir em outras áreas de conhecimento. Baquero aponta que (2012, p. 176)

Nos anos 70, esse conceito é influenciado pelos movimentos de auto-ajuda, e, nos 80, pela psicologia comunitária. Na década de 1990, recebe o influxo de movimentos que buscam afirmar o direito da cidadania sobre distintas esferas da vida social, entre as quais a prática médica, a educação em saúde, a política, a justiça, a ação comunitária.

A revisão bibliográfica que realizei também aponta para uma ausência de estudos sobre empoderamento em outras áreas além da educação, da psicologia social e da saúde. Por isso, não se encontra na presente análise de empoderamento de mulheres em assentamentos do MST muitos estudos nas áreas de história ou geografia – com exceção de Jo Rowlands – apesar de se fazer extremamente necessário que existam, pois o empoderamento é um processo que auxilia a enfrentar relações desiguais de poder que permeiam a sociedade como um todo. Não é apenas um termo a ser utilizado indiscriminadamente.

Para Magdalena León (1997, p. 7)

El uso del término empoderamiento se ha generalizado [...] Esto se debe, en parte, al debate teórico que lo ha llenado de significado, pero sobre todo a su pertinencia para las experiencias prácticas de las mujeres, principalmente a nivel de base, y por tanto a su uso en los escritos y consignas de grupos en su trabajo de militancia. Sin embargo, hay ambivalencias, contradicciones y paradojas en la utilización de este concepto; [...] al tiempo que se ha proyectado la agudeza de su perspectiva, se ha diluido su significado. [...] su sentido aparece como autocontenido y obvio: empoderarse significa que las personas adquieran el control de sus vidas, logren la habilidad de hacer cosas y de definir sus propias agendas. Al

relacionarse con los intereses de los desposeídos de poder, el término se toma como expresión de un cambio deseable, sin ahondar en las especificidades que tal cambio implica, es decir, sin precisar su significado.

Portanto, é uma questão de perspectiva e interpretação. Enquanto existe a ideia de empoderamento descolado da realidade, creio que esvazia de sentido a questão, caindo no individualismo e, por conseguinte, na visão neoliberal do conceito.

A questão do empoderamento também está presente na agenda de organizações governamentais, ligadas ao Estado e/ou numa perspectiva administrativa de ação. Baquero aponta que

O termo tem sido utilizado em diferentes áreas de conhecimento - educação, sociologia, ciência política, saúde pública, psicologia comunitária, serviço social, administração - constituindo-se em ferramenta de governos, organizações da sociedade civil e agências de desenvolvimento em agendas direcionadas para a melhoria da qualidade de vida e dignidade humana de setores pobres, boa governança, maior efetividade na prestação de serviços e responsabilização social. (2012, p. 174)

Como já apresentei, a ideia de empoderamento que surge na segunda metade do século XX, encabeçada pelos movimentos de contestação da ordem hegemônica, contra o machismo, o racismo, as desigualdades enfim, também foi tomada como linha de ação pelo Estados e instituições ligadas a ele. Ainda de acordo com Baquero (2012, p. 179-180)

Embora historicamente o empoderamento esteja associado a formas alternativas de se trabalhar as realidades sociais, suporte mútuo, formas cooperativas, formas de democracia participativa, autogestão e movimentos sociais autônomos, tendo sido a palavra incorporada ao discurso do desenvolvimento alternativo, ocorreu, segundo progressistas, uma apropriação “indevida” do termo, pelo neoliberalismo. Empoderar se constitui, hoje, na agenda de vários bancos de desenvolvimento, especialmente do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Documentos são produzidos e divulgados por tais agências a respeito da relação entre empoderamento e redução da pobreza e desenvolvimento, bem como, apoiado projetos, com vistas ao empoderamento de sujeitos e comunidades.

Magdalena León assinala outras formas de utilizações do termo que complementam a análise anterior. Empoderamento pode significar ação e pode implicar na conversão dos sujeitos em agentes ativos, como resultado de suas

ações que variam de acordo com a situação material que se coloca em cada contexto. Também apresenta mudanças na cultura e nos imaginários sociais sobre a relação com o poder que as mulheres possuem (LEÓN, 1997, p. 6). Empoderamento surge como uma estratégia de reivindicação de direitos, e a utilização do termo, de acordo com León (1997, p. 8) “[...] tiene sus raíces en la importancia adquirida por la idea de poder, tanto para los movimientos sociales como para la teoría de las ciencias sociales”.

Ainda baseado no texto de León (1997), observa-se que o consenso entre os pesquisadores sobre a conceituação e a teoria sobre empoderamento é diversa e por vezes conflitante, sendo

Los usos de este concepto varían de acuerdo con las disciplinas que lo utilizan: la psicología, la antropología, la ciencia política, la educación, el derecho y la economía. Aunque han sido los estudios de la mujer y el género, y particularmente el campo Mujer en el Desarrollo (MED), los que han utilizado el concepto como uno de los ejes de su discurso, tampoco hay en este campo consenso total en cuanto a su sentido, al punto que cuando se habla de empoderamiento hay que preguntar si se está haciendo referencia a lo mismo. El concepto se usa como sustituto de integración, participación, autonomía, identidad, desarrollo y planeación [...], y no siempre referido a su origen emancipador. Lo usan agentes sociales tan disímiles como los organismos internacionales, los agentes del Estado, los fundamentalistas, los patronos y los empresarios, los educadores de variadas tendencias, los grupos de desarrollo comunitario del Norte y del Sur, los activistas sociales, los grupos alternativos y las mujeres en sus varias posiciones dentro del movimiento. (LEÓN, 1997, p. 8).

De todos os agentes sociais que utilizam o conceito de empoderamento, estou interessada em entender como as mulheres – as mulheres do Coletivo do Assentamento Contestado – e os ativistas sociais – o MST de maneira geral – compreendem o empoderamento.

Dentro do movimento de mulheres, León e Deere apontam que o primeiro texto/trabalho sobre empoderamento é da década de 1980 e foi preparado para a Terceira Conferencia sobre a Mulher da ONU, como se pode observar na seguinte citação

Em discussões sobre o surgimento do conceito de empoderamento, dentro do movimento das mulheres, o texto mais citado é o de Gita Sés e Caren Grown (1985), *Development, Crisis and Alternative Visions*, um manuscrito preparado por um conjunto de pesquisadoras acadêmicas e ativistas feminista para a Terceira Conferência sobre a Mulher da ONU em Nairóbi, em 1985. Neste documento, o conceito



de empoderamento aparece como uma estratégia conquistada por mulheres do Terceiro Mundo para mudar as próprias vidas, ao mesmo tempo em que isto gera um processo de transformação social, o principal objetivo do movimento das mulheres. O empoderamento é visto como a base para gerar visões alternativas por parte da mulher, assim como o processo pelo qual estas visões se tornarão realidades, à medida que as relações sociais mudarem. Dentre as condições prévias para o empoderamento da mulher, estão espaços democráticos e participativos, assim como a organização das mulheres (LEÓN; DEERE, 2002, p. 53).

Exatamente o último aspecto – a organização de mulheres, os espaços de participação – apresentado pelas autoras, que este trabalho procura analisar, dando o enfoque ao empoderamento coletivo. A existência por si só de um coletivo de mulheres num Assentamento como o Contestado já é um sinal de empoderamento. É um sinal de conquista/construção de um espaço de mulheres, dentro de um movimento misto como o MST, onde é possível construir momentos de discussão, formação política, solidariedade, lazer e buscar pensar as transformações possíveis através da reivindicação de outros espaços, para além do Coletivo e do Setor Nacional de Gênero.

Mesmo que apenas mulheres participassem das reuniões do Coletivo, uma das discussões recorrentes era a participação dos homens nas discussões sobre gênero no Movimento, no lote, na política, enfim, em todos os âmbitos da vida. A maioria das mulheres concorda que, para haver uma mudança efetiva das relações de gênero, os homens deveriam estar presentes e incluídos nos espaços de conversa e formação sobre o assunto.

Outro ponto levantado era a desinformação – tanto por parte dos homens quanto por parte das mulheres – do que era discutido no âmbito das reuniões. Muitas mulheres relataram que o pensamento de seus companheiros era de que esses encontros “serviam para falar mal dos homens” ou ainda um lugar onde “as mulheres aprendiam a mandar nos maridos”<sup>23</sup>.

A discussão sobre esta temática recai na questão da formação e conscientização de que as relações entre mulheres e homens, sejam estes maridos, irmãos, pais, amigos, enfim, devem ser modificadas, pois só assim a sociedade caminhará para a igualdade e a emancipação. Dessa maneira, a

---

<sup>23</sup> Todas as falas que estão entre aspas nesse trabalho se referem àquelas coletadas no âmbito das reuniões do Coletivo de Mulheres do Contestado. Optei por não citar nomes para resguardar o anonimato, que dá mais segurança para falar de questões tão “polêmicas” como as relações de gênero em suas comunidades.

participação masculina nestes espaços seria de extrema importância, necessária à luta das mulheres. Em outro momento, uma das mulheres presentes também disse que é preciso ensinar que “feminismo não é o oposto de machismo”; que feminismo é sim uma luta por igualdade entre mulheres e homens.

É possível explicar essa resistência masculina em entender e aceitar a participação e inserção das mulheres nos debates promovidos em grupos como o Coletivo de Mulheres do Contestado com a perspectiva de que

O empoderamento da mulher desafia relações familiares patriarcais, pois pode levar ao desempoderamento do homem e certamente leva à perda da posição privilegiada de que ele desfruta sob o patriarcado. Isto porque o empoderamento ocorre quando houve uma mudança na tradicional dominação da mulher pelo homem, seja com relação ao controle de suas opções de vida, seus bens, suas opiniões ou sua sexualidade. Pode-se observar quando as decisões não são mais a norma dentro da família. Entretanto, sob outro ponto de vista, o empoderamento da mulher libera e empodera o homem no campo tanto material quanto psicológico. (DEERE; LEÓN, 2002, p. 54-55)

Ao mesmo tempo em que apresentam um dos entraves gerados pelo empoderamento da mulher no âmbito familiar, as autoras destacam as consequências positivas desse processo, quando

[...] o homem é liberado de estereótipos de gênero, novas experiências emocionais lhe são possibilitadas. [...] Portanto, o empoderamento da mulher implica mudanças não apenas em suas próprias experiências, mas também nas de seus companheiros e familiares. (DEERE; LEÓN, 2002, p. 55).

O feminismo camponês popular, construído no âmbito da luta no campo pela e na terra traz em seus objetivos a questão da igualdade, mas também trata de unificar a luta de corpos generificados, racializados, que resistem ao mais diversos problemas – agronegócio, agrotóxicos, violência do Estado – sem generalizar a experiência de mulheres. O que quero dizer é que o feminismo camponês popular surge como agente de sua própria história, valendo-se de lutas centenárias pelos direitos das mulheres, mas partindo da realidade do campo, que a maioria das discussões feministas acaba por deixar de lado.

Outro ponto importante que essa pesquisa privilegiou na análise foram as relações de poder. Primeiro, pelo fato da palavra/conceito empoderamento conter a palavra/conceito poder. Isso já possibilita dissertar sobre questões de poder como relações sociais (LEÓN, 1997, p. 13). Para a geógrafa Jo Rowlands, o poder condiciona a experiência de mulheres em dois sentidos: é fonte de opressão quando há abuso de poder e fonte de emancipação em seu uso pelos indivíduos desprovidos historicamente e socialmente de poder (ROWLANDS, apud LEÓN, 1997, p. 13). A partir dessa colocação, concordo com Deere e León (2002, p. 53) quando estas afirmam que “[...] as relações de poder podem significar dominação, mas também podem ser um mecanismo de resistência ou tomada de poder sobre formas existentes do mesmo”.

Rowlands (1997) diferencia quatro tipos de poder<sup>24</sup> para então, analisar o que significa empoderamento. O primeiro tipo é o poder sobre, que segundo a geógrafa “[...] consiste en la habilidad de una persona o grupo de hacer que otra persona haga algo en contra sus deseos” (ROWLANDS, 1997, p. 218). Esse primeiro caso pode ser entendido como o tipo de poder mais comum, mais familiar, presente no cotidiano. Seria o poder que age impedindo que as pessoas visualizem qualquer mudança do que está estabelecido; para que os sujeitos não subvertam a ordem. O *poder sobre* permeia as relações de gênero na medida em que a sociedade quer manter o *status quo* das mulheres como submissas, vulneráveis, silenciadas, por exemplo. Rowlands aponta que este tipo de poder também está no controle da informação, nos processos de socialização e na internalização da opressão (1997, p. 220).

Os outros tipos de poder são: o *poder para*, o *poder com* e o *poder desde dentro*. Ao contrário do primeiro, o segundo e terceiro podem ser vistos como tipos de poder positivos, na medida em que possibilitam que as pessoas agreguem questões de seu interesse, na tentativa de melhorar sua condição, subverter a ordem, realizar coisas por si mesmas e coletivamente.

O *poder para* surge da vontade de construir mecanismos para um grupo alcançar o que é capaz, ou seja, o que o contexto sócio-espacial permite que o grupo faça por si. *Poder com*, que figura nessa mesma “categorização”, está

---

<sup>24</sup> A geógrafa destaca quatro “tipos” de poder, em boa medida, baseados na obra de LUKES, Steve. Poder: uma visão radical. Brasília, D.F.: Editora Universidade, 1980.

ligado ao fato de somar os poderes individuais dos sujeitos e assim, possibilitar a solução de problemas conjuntamente.

Nesse caso se pode fazer uma relação com o poder que é construído pelo Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado, em suas reuniões, ações, objetivos, relações com outros grupos de mulheres em outros assentamentos. Constituiu-se nesses espaços um poder construído desde dentro, para dentro, ou seja, para as mulheres inseridas naquele contexto. Nessa mesma linha de raciocínio está o *poder desde dentro* que é, segundo Rowlands (1997, p. 220-221),

[...] la fuerza espiritual y la unicidad que reside em cada uno de nosotros y hace de nosotros verdaderos humanos. Su base es la aceptación de si mismo y el respeto por si mismo, cuya extensión hace que respetemos y aceptemos a los otros como iguales.

Esse poder desde dentro, que surge no interior de um coletivo, enfim, também traz em sua definição a questão de que todos podem obtê-lo de alguma maneira, seja sobre suas próprias vidas, seja pela do coletivo. Recai também, a meu ver, no que tange à auto-estima e aceitação de si mesmas. Sobre esse aspecto, concordo com Rowlands (1997, p. 221), sobre a análise de gênero e as relações de poder que implicam as relações sociais de gênero:

Un análisis de género sobre las relaciones de poder debería incluir una comprensión precisa de cómo “la opresión internalizada” establece barreras internas al ejercicio del poder de las mujeres, contribuyendo, de este modo, al mantenimiento de la desigualdad entre hombres y mujeres.

O tipo de empoderamento que se baseia no “poder para” provoca o acesso a uma enorme gama de possibilidades, habilidades e potencialidades humanas. A partir disso, ao afirmar que as relações de gênero são construídas socialmente, se afirma também que elas podem ser desconstruídas e reconstruídas a fim de “[...] crear nuevas formas de ser y actuar, com el fin de efectuar cambios en su posición en la sociedad y, al hacerlo, cambiar su autopercepción.” (ROWLANDS, 1997, p. 222).

Perceber-se como agentes da própria vida, da própria história e a história da comunidade e da sociedade na qual fazem parte, são processos essenciais à conquista de poder.

Ao pontuar as definições dos quatro tipos de poder que a geógrafa Jo Rowlands propõe, passo para a análise de empoderamento também a partir do trabalho da pesquisadora, visto que se aproxima da análise que pretendo realizar do empoderamento construído através do Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado.

### **3.3 COMPARTILHANDO O PODER: O EMPODERAMENTO DE MULHERES CAMPONESAS**

Nesse sub-item, primeiramente, realizei um trabalho de levantamento bibliográfico sobre o tema relacionado ao empoderamento de mulheres no campo. Num segundo momento, procurei relacionar a literatura disponível com a prática. A partir dos campos realizados e do acompanhamento das reuniões do Coletivo de Mulheres, será possível entender os processos de empoderamento construídos coletivamente no Assentamento Contestado.

Feito isso, analisei o feminismo comunitário do Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado, visto que, como foi abordado no primeiro capítulo, a teoria se entrelaça com a prática dessas mulheres.

Na mesma linha de análise, procurei entender a questão do empoderamento de classe social, a partir de Paulo Freire interseccionando a questão de gênero. Portanto, nessa parte do capítulo trabalho gênero, classe e empoderamento.

Antes de analisar os processos de empoderamento, quero ressaltar, mais uma vez que, empoderamento significa emancipação e libertação. Essa afirmação está também baseada no trabalho de Paulo Freire e da escritora, ativista social e feminista bell hooks<sup>25</sup> em sua obra *Ensinando a Transgredir*, utilizando a ideia de educação e formação política como forma de emancipação.

Para alcançar a igualdade entre mulheres e homens, necessita-se uma transformação estrutural, social e cultural, como já afirmado nesse trabalho. As transformações, as subversões da ordem acontecem quando há luta. No caso

---

<sup>25</sup> O nome da escritora e ativista norte-americana bell hooks é escrito com letras minúsculas por motivos expressos pela própria escritora. Segundo sua biografia, prefere que seja escrito dessa forma para que o foco seja a mensagem de seus escritos e não uma personalidade. bell hooks se chama Gloria Jean Watkins e escolheu o pseudônimo em homenagem a sua avó.

das mulheres camponesas do Assentamento Contestado, bem como de outros contextos agrários, a luta se dá na sociedade e dentro do movimento como também já se afirmou no capítulo dois. De acordo com León e Deere, as mudanças na sociedade, a fim de conquistar a igualdade de gênero, dependem do empoderamento.

Obter a igualdade entre homens e mulheres requer uma transformação no acesso pela mulher tanto aos bens quanto ao poder, transformação esta que depende de um processo de empoderamento da mulher. Ao mesmo tempo, o empoderamento da mulher transforma as relações de gênero e é, portanto, uma pré-condição para a obtenção da igualdade entre homens e mulheres. Para as feministas, o empoderamento implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher como um gênero (LEÓN; DEERE, 2001, p. 52).

A coletividade também contribui por construir processos que levam ao empoderamento de mulheres. A sensação de não estar sozinha quando uma mulher relata, por exemplo, problemas semelhantes aos vivenciados por outra, contribui para que a coletividade seja valorizada e buscada na luta das mulheres. Apenas o fato de existir um Coletivo de Mulheres, desde a gênese do Assentamento Contestado – segundo falas nas reuniões – por si só já permite que compreendamos a importância e a dimensão que a luta das mulheres tem na luta pela terra. Uma das assentadas, durante a reunião realizada em junho/2017 disse que, para ela “o coletivo é uma forma de libertação”. Como afirma Deere e León,

Na maioria dos casos as mulheres rurais consideraram necessário criar as próprias organizações para obter a autonomia para buscar os próprios interesses de gênero práticos e estratégicos (DEERE; LEÓN, 2002, p. 176).

Essa afirmação vai ao encontro do tema tratado no segundo capítulo, quando analisei a construção do Setor de Gênero dentro do MST, as conquistas e os impasses da luta de mulheres por inserir as questões de gênero dentro da luta de classes dos camponeses reunidos no movimento.

Também destaco outras organizações de mulheres que se formaram no mesmo período que o MST, onde se construiu um movimento de mulheres camponesas em níveis regionais e nacional, como foi o caso do Movimento de

Mulheres Camponesas (MMC) e outros que nasceram dentro dos sindicatos rurais. Ainda segundo Deere e León

A tentativa de formar um movimento nacional forte de maior sucesso – que teve tanto uma base forte em nível local quanto uma presença nacional – foi a das trabalhadoras rurais do Brasil, a ANMTR, Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. A organização das trabalhadoras rurais começou dentro do movimento sindicato rural no início da década de 1980, exatamente porque as mulheres rurais começaram a exigir os benefícios associados à condição de membro: acesso a trabalhos escassos, a serviços de saúde, à possibilidade de benefícios de aposentadoria e, possivelmente, à terra. [...] Isto incluía sua falta de representação em posições de liderança dos sindicatos e resistência a ter seus interesses de gênero reconhecidos como válidos. [...] A ANMTR e suas organizações constituintes regionais, estaduais, municipais e locais estão no fronte de batalha na América Latina, no sentido de exercer pressão sobre questões como benefícios de previdência social para a mulher rural (incluindo licença-maternidade), direitos reprodutivos e o fim da violência contra a mulher. Embora tenham sido conquistados alguns avanços com relação ao direito da mulher rural à terra, estes avanços tendem a ceder espaço à exigências de classe no sentido de aprofundar a reforma agrária. (DEERE; LEÓN, 2002, p. 177-178).

Nessa perspectiva, justifica-se tanto a escolha do título deste trabalho – a luta dentro da luta – e o objetivo de compreender como, através de coletivos de mulheres, estas podem construir processos de empoderamento individuais e coletivos. Inserir as questões de gênero é tarefa árdua quando se deparam com as questões de classe – camponesa – dentro de um movimento misto como o MST, porém, não impossível.

Como já abordei os avanços e conquistas das mulheres do Movimento dos Sem Terra, saliento que a organização de mulheres, seja ela em movimentos autônomos com objetivos relacionados às questões de gênero, seja em movimentos mistos, enxergamos a interseccionalidade que as mulheres assentadas do MST conseguem trabalhar a partir de um feminismo camponês popular. Da mesma maneira, o movimento feminista comunitário não está isolado em seu contexto; ele permanece em diálogo com a sociedade que o compõe.

Para finalizar essa parte da análise, quero dar maior atenção aos aspectos mencionados anteriormente no primeiro capítulo – corpo, espaço, tempo, movimento e memória – como fundamentais para as mulheres na vida em comunidade.

Primeiramente o corpo: ele é a existência e nossa localização no mundo. Esses corpos possuem fronteiras e são neles que as relações de poder marcam de maneira mais negativa que outros tipos de relações (PAREDES, 2014, p. 99). O corpo é identidade:

Nuestros cuerpos son el lugar donde las relaciones de poder van a querer marcarnos de por vida, pero también nuestros cuerpos son el lugar de la libertad y no de la represión. Nuestros cuerpos, en otros de sus atributos tienen una existencia individual y colectiva al mismo tiempo y se desenvuelven en tres ámbitos: la cotidianidad, la propia biografía y la historia de nuestros pueblos. Nuestros cuerpos en las comunidades y sociedades van construyendo imágenes de si mismos que se proyectan social, política y culturalmente. (PAREDES, 2014, p. 99).

Ou seja, o corpo é nossa identidade no mundo e por onde começa a luta pela despatriarcalização e descolonização de nossas vidas em todos os âmbitos.

Em segundo lugar, o espaço como o lugar eminente para o desenvolvimento do corpo e suas lutas. Esse espaço é considerado pelo feminismo comunitário aquele que está ao alcance das mãos, palpável, mas também é o espaço subjetivo, político e/ou cultural (PAREDES, 2014, p. 103).

Como todos esses elementos essenciais para a vida das mulheres em comunidade estão interligados em todas as escalas, em terceiro lugar, temos o tempo. Tempo é condição para a existência e pelo corpo e espaço que ocupamos no mundo que percebemos a ação dessa temporalidade – ao envelhecer, por exemplo (PAREDES, 2014, p. 109). Sobre essa questão, a autora afirma que vivemos em sociedades que descaracterizam o tempo da mulher, tornando-o desimportante, obsoleto, inútil se comparado ao tempo “importante” do homem. Essa mentalidade construída pelo patriarcado deve ser confrontada e transformada, demonstrando que essa concepção de tempo auxilia na legitimação do patriarcalismo, ao tornar o tempo do homem mais valorizado que o das mulheres.

Movimento e memória são os dois últimos elementos da comunidade sendo que “el movimiento nos permite construir un cuerpo social, un cuerpo



común que lucha por vivir y vivir bien”<sup>26</sup>. Já a memória está intimamente ligada com as questões de identidade e pertencimento. Segundo Paredes, a valorização dos saberes de suas ancestrais é extremamente valorizado na vida em comunidade. A memória contribui para o fortalecimento da luta política visto que as mulheres de hoje se reconhecem naquelas de ontem, que também lutaram contra a colonização, a violência, o racismo e o patriarcado.

Assim como o corpo, o espaço, tempo, o movimento, a memória localiza as mulheres em suas comunidades. Esses elementos são fundamentais na crítica que o feminismo comunitário faz ao neoliberalismo.

Mesmo se tratando do contexto de mulheres bolivianas, pode-se pensar além das fronteiras imaginadas dos Estados latinoamericanos: que essas críticas estão presentes em outros discursos de movimentos feministas por todo o continente, acompanhando o “giro” decolonial (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 66) e o surgimento de feminismos-outros ou feminismos periféricos (MARTÍN, 2013).

O caso do Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado demonstra muito bem como esses cinco elementos constitutivos da ideia de comunidade – para o feminismo comunitário –, englobam os processos de empoderamento. Sendo a escalaridade do corpo a primeira a ser percebida como o espaço por excelência de luta e resistência, agrega-se a própria ideia de espaço que é vivenciado materialmente através das ações que se desenvolvem nele.

Somado a isso, temos a valorização do tempo da mulher, que se faz condição para a construção de resistências no espaço. Esse ponto vai ao encontro com as considerações feitas no primeiro capítulo sobre a relação entre gênero e espaço que a Geografia de Gênero nos apresenta. Ao se empoderarem, as mulheres percebem seu próprio tempo – e o de outras – como a própria resistência, confrontando a estrutura patriarcal onde a temporalidade feminina é suprimida.

Sobre a perspectiva de memória, é na relação dialética desta com a identidade que se constrói a classe e forma um corpo social capaz de combater em comunidade. As mulheres do Contestado, bem como de todo MST se

---

<sup>26</sup> PAREDES, Julieta. **Hilando Fino**. Desde el feminismo comunitário. 2 ed. México: El Rebozo, Zapateándole, Lente Flotante, El cortito que's palargo, AliFem AC, 2014, p. 112.

reconhecem como protagonistas do movimento de transformação das relações sociais de gênero e classe. Produz também uma infinidade de conhecimentos e saberes compartilhados que agregam as bases históricas para o entendimento das lutas pela terra do passado e suas permanências no presente.

As críticas ao neoliberalismo e ao patriarcado feitas pelo feminismo comunitário são compartilhadas por muitos outros movimentos feministas na América Latina. De uma perspectiva decolonial, também podemos construir um feminismo contestador da colonização, dos saberes considerados universalmente como hegemônicos, às verdades estabelecidas pelos modos de pensar europeus. A lista de lutas a serem travadas é extensa e, por vezes, nos contextos em que vivemos ao sul do mundo, a igualdade – de classe, de raça, de gênero – parece inalcançável.

Mas, sem as mulheres e suas lutas não é possível um projeto revolucionário que vise solapar as raízes profundas do racismo, do sexismo, da luta de classes, da colonização e da violência. Produzir outras teorias que englobem todas as pessoas, todas suas batalhas também é produzir outras práticas de contestação. Por isso, pretendo dialogar sobre como as posições do feminismo comunitário vão ao encontro de outras propostas dos mais diversos movimentos pelo continente afora.

Ao pensar o movimento zapatista e seu Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no México, como experiência revolucionária exemplar, as mulheres levantam suas vozes para denunciar tanto as opressões sofridas pelo seu povo como dentro da própria organização. Vivemos e somos socializados em um mundo patriarcal, machista e sexista e a mudança de pensamento e ações de homens e mulheres deve fazer parte da crítica e autocrítica de um movimento social. A “*Ley revolucionaria de mujeres*” do EZLN insere as mulheres “sin importar su raza, credo, color o filiación política, con el requisito de hacer suyas las demandas del pueblo explotado [...]”<sup>27</sup>. Essa lei possui dez itens como demandas a serem cumpridas pelas e para as mulheres como direito à educação, à escolha de seus companheiros, aos cargos de direção na

---

<sup>27</sup> EZLN. **Ley Revolucionaria de Mujeres**. In: MIÑOSO, Yuderlys Espinosa. CORREAL, Diana Gómez. MOÑOS, Karina Ochoa. **Tejiendo de Otro Modo: Feminismo, Espistemología y Apuestas Descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidade del Cauca, 2014, p. 399-400

organização, à saúde e alimentação, ao trabalho e salário justo e contra a violência com perspectiva de castigo aos perpetradores de tais atos.

Também já se discutiu nesse trabalho sobre as críticas ao feminismo ocidental como universalista em sua essência ao não considerar as múltiplas vivências das mulheres em cada contexto político, geográfico, religioso, econômico e cultural. Ele não considera como nossos corpos são marcados de maneiras distintas ao longo de nossas vidas seja pelo racismo, seja pelo sexismo ou pela homofobia e transfobia. Em sua essência

La historia del feminismo cuando es contada como una continua y progresiva lucha por la emancipación, esconde la discontinuidad, el conflicto y las diferencias que podrían subyacer a la estabilidad política deseada por las categorías nombradas como mujeres y feminismo (Scott, 1996: 35). Podemos añadir *género* y *patriarcado*. El feminismo nacido en Europa y Norteamérica definió lo que era ser mujer y feminista, y las categorías género y patriarcado establecieron lo que era la subordinación de la mujer y también las posibilidades de su emancipación. [...] Por fuera de estas categorías ¡no hay salvación! [...] Esta pretensión hace del feminismo un discurso colonial<sup>28</sup>

No entanto, se esse feminismo visto de um modo geral, pode ser considerado um discurso colonial, há diversas maneiras que visam construí-lo para além de suas fronteiras. Porque sim, o feminismo ocidental possui diversas fronteiras que devem ser colocadas no centro do projeto revolucionário de crítica ao capitalismo, ao neoliberalismo, ao patriarcado, nos movimentos sociais, na política estatal, nas práticas dos sindicatos e principalmente, no cotidiano.

Os posicionamentos dos feminismos decoloniais são por uma perspectiva mais aberta de pensamento e práticas que reconheçam que há diversos tipos de opressões e que elas nem sempre afetam os mesmos grupos de mulheres. As opressões que a mulher branca sofre não são as mesmas que as mulheres negras enfrentam todos os dias, pois além do mundo machista e sexista, há o racismo, a desigualdade no mercado de trabalho, na universidade etc, apenas para citar exemplos concretos de nossa realidade.

---

<sup>28</sup> LERMA, Betty Ruth Lozano. **El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a un feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano.** In: MIÑOSO, Yuderlys Espinosa. CORREAL, Diana Gómez. MOÑOS, Karina Ochoa. **Tejiendo de Otro Modo: Feminismo, Espistemología y Apuestas Descoloniales en Abya Yala.** Popayán: Editorial Universidade del Cauca, 2014, p. 335

O feminismo decolonial, como um todo, está inserido num contexto de crítica à modernidade, ao imperialismo e ao colonialismo. Ao colonizarem os territórios, os homens brancos colonizaram o gênero. Não que antes da chegada dos europeus as sociedades que já se encontravam bem estabelecidas na América como um todo, vivessem em igualdade de gênero/gêneros, como bem afirmou Paredes é preciso: “[...] reconocer que las relaciones injustas entre hombres y mujeres aqui em nuestro país, también se dieron antes de la colonia y que no sólo son uma herencia colonial.” (PAREDES, 2014, p. 72).

Portanto, inserido num contexto histórico de lutas por autonomia, de confrontações com os governos neoliberais latino-americanos, dependentes dos Estados Unidos; num contexto epistemológico de crítica ao conhecimento europeu e norte-americano como o conhecimento por excelência e uma crítica dos esquecimentos, silêncios, opressões dentro dos próprios movimentos é que se encontra o nascimento, criação e consolidação do feminismo comunitário bem como da trajetória de outras vozes de mulheres latinoamericanas, caribenhas, mulheres negras, indígenas, camponesas, urbanas, lésbicas, transexuais, bissexuais, imigrantes.

### **3.4 “SEM FEMINISMO NÃO HÁ SOCIALISMO”: O COLETIVO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO CONTESTADO – LAPA (PR)**

Dedico essa parte do trabalho a apresentar com mais detalhes a construção do Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado, a fim de que se possa partir para a análise das reuniões de maneira específica. É importante destacar que já mencionei diversos elementos da história do Coletivo, a estrutura da qual ele faz parte dentro do MST e do próprio assentamento, mas sem focar especialmente em sua trajetória. Com base nas reuniões e em questões feitas por mim às participantes no âmbito do encontro, foi possível mapear a organização.

De acordo com uma das militantes entrevistadas por Sônia Schwendler<sup>29</sup>, o Coletivo de Mulheres existe desde a constituição do Assentamento, ainda em sua fase de acampamento. Entre idas e vindas, momentos de recuo e momentos onde houve maior organização, o coletivo sempre existiu. Presente então desde o ano de 1999, o coletivo completa nesse ano de 2018, 19 anos. Quase duas décadas de luta e resistência para inserir os debates sobre a mulher na luta pela terra, seus direitos, reivindicações em nível local e em articulação com outros grupos, coletivos e movimentos de mulheres camponesas.

A partir das leituras feitas sobre empoderamento, destaco que compreendo o Coletivo, em sua totalidade, sua existência e sua organização como um espaço conquistado e mantido por mulheres que buscam a emancipação e a libertações dos padrões patriarcais de relações sociais. É um poder constituído COM as mulheres e PARA as mulheres e isso vai ao encontro dos quatro tipos de poderes apresentados pela geógrafa Jô Rowlands, já abordados na primeira parte desse capítulo. O *poder para* é catalisador de mudanças que uma pessoa – um líder, uma voz a frente das outras, mas não ACIMA – estimula um grupo, gerando assim ações e possibilidades de atuação sem dominação (DEERE; LEÓN, 2002, p. 54). A dimensão popular do feminismo camponês é justamente essa: a de ser construído desde baixo.

Mais do que o *poder para*, percebe-se que as relações de poder que são subvertidas quando da existência de um Coletivo de Mulheres, como o do Contestado, estão relacionadas ao tipo de poder que Rowlands descreve como o *poder com*: é compartilhado, dividido, comum. É possível enxergar quando uma organização de mulheres se une para gerar uma solução baseada no coletivo para um problema comum. Esse tipo de poder dimensiona de maneira positiva e intensa a construção de agendas e ações que são também discutidas em comunidade, a fim de abarcar as questões levantadas pelas mulheres e procurar agir em prol da transformação dos problemas em interesses práticos (DEERE; LÉN, 2002, p. 54). O poder com também depende

---

<sup>29</sup> Entrevista realizada no dia 02/12/17, pela referida pesquisadora, para o documentário sobre mulheres e agroecologia no território do Assentamento Contestado, como mencionado na introdução. Foi possível acompanhar as primeiras entrevistas realizadas pelo projeto de Schwendler nesse mesmo dia.

do poder de dentro, que está relacionado com o interior de cada mulher, com a auto-estima e a conscientização da sua condição de subordinação. Segundo Deere e León (2002, p. 54)

O “poder de dentro” aparece quando alguém consegue resistir ao poder de outros ao rejeitar exigências indesejadas. Também inclui o reconhecimento, que se adquire com a experiência, do modo como a subordinação da mulher é mantida e reproduzida.

Antes de iniciar as discussões sobre os temas elencados anteriormente, ressalto que em todos os aspectos abordarei a questão da inserção do homem nos debates sobre gênero dentro do MST, e mais precisamente, em nível local – Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado – pois é também a partir da conscientização dos homens de que é necessária a mudança nas relações de gênero e nas relações sociais de poder é que se alcançará uma forma mais justa de sociedade.

De maneira cronológica, realizo aqui uma breve descrição das reuniões do Coletivo de Mulheres no ano de 2017.

A primeira reunião do ano aconteceu em janeiro e contava com a participação de mais ou menos 15 mulheres do assentamento. O objetivo desse encontro era discutir a reordenação das atividades do coletivo que no ano anterior esteve um pouco parado. As causas desse fato não foram discutidas naquele momento. Foi apresentada nessa reunião algo que considero de extrema importância para mapear as principais preocupações, atividades, discussões, momentos de formação e pautas comuns – pré-definidas na reunião do mês de dezembro de 2016 do Coletivo do Contestado.

A ideia das camponesas era dividir o Coletivo em cinco frentes de ação: 1) corpo em movimento, 2) auto-financiamento, 3) auto-cuidado, 4) produção e criatividade, 5) construção de saberes. Cada uma dessas frentes possui “áreas” de atuação e objetivos a serem alcançados. Infelizmente esse planejamento não saiu exatamente como esperado mas ainda existe a intenção de retomá-lo futuramente.

A frente corpo em movimento concentra-se em realizar atividades que possibilitem às mulheres experiências de lazer, um tempo só para si. Uma das ideias foi o time de futebol de mulheres que não só deu certo, como conta com

cada vez mais participantes. Também havia a ideia de viajar em grupo e promover mais atividades que proporcionassem uma aproximação entre as mulheres que participam das reuniões, na tentativa de que elas contassem suas histórias umas as outras.

As responsáveis pelo auto-financiamento ficariam encarregadas de encontrar formas que pudessem contribuir para que o Coletivo possuísse um dinheiro em caixa para eventos, mobilizações, encontros e espaços de formação realizados fora do Assentamento. Foram sugeridas a realização de bazares, rifas e produção de artigos artesanais que pudessem ser vendidos.

As responsáveis pelo Auto-cuidado, por sua vez, se concentrariam em debater os conceitos de beleza impostos, a valorização das múltiplas belezas e auto-estima. Chamo atenção também para o debate sobre o corpo, com a ideia de realizar uma oficina. A parte de produção e criatividade estaria confiada à tarefa de oficinas onde as mulheres do Coletivo pudessem compartilhar seus saberes através da realização de oficinas de corte e costura, conserva de alimentos, material de limpeza, violão e música.

Por fim, a frente chamada “construção de saberes” estaria responsável por realizar atividades de formação sobre feminismo e gênero, organizando reuniões mais esporádicas, voltadas especialmente para isso. A ideia era compartilhar textos e filmes, a fim de promover o debate e o estudo conjunto, pensando em contribuições teóricas para a prática do próprio Coletivo.



**Figura 2 : Faixa no antigo casarão na Sede do Assentamento Contestado, “Quando uma mulher avança o machismo retrocede”. Janeiro/2017. Autora: Larissa Urquiza**

Em virtude das atividades políticas que envolveram o Assentamento e o Movimento nos primeiros meses do ano, não aconteceram reuniões do coletivo de Mulheres. Mas, para o oito de março de 2017 houve uma grande mobilização das mulheres do Contestado que, no Dia Internacional da Mulher, participaram de uma manifestação na Câmara dos Vereadores de Ponta Grossa - PR, cidade próxima a Lapa - PR, comparecendo também diversas militantes do MST, MMC, sindicatos rurais da região sul do Paraná.

O segundo encontro do Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado reuniu não apenas as camponesas do referido assentamento, como muitas outras militantes do MST dos Assentamentos da região sul do Paraná. Estavam presentes mulheres das regiões de Antonina, Paula Freitas, Fernandes Pinheiro, Ponta Grossa, Castro (PR). O objetivo desse encontro, que começou dia 09/06 e terminou dia 10/06, foi reunir as representantes de cada território de luta a fim de planejar as atividades anuais do Movimento no Estado com a participação das mulheres. No primeiro dia de reunião, foi proposto que as mulheres de cada região cartografassem – através da metodologia de cartografia social – seus assentamentos indicando os espaços destinados à produção, educação, religião, lazer e militância.

Esse encontro foi muito rico em matéria de debates que se expandiram com a presença de mulheres de outras regiões, pois foi possível enxergar materialmente que os problemas e impasses que sofrem são muito semelhantes àqueles de suas companheiras. É o caso da discussão sobre o que é machismo e como ele age no cotidiano das mulheres, levando sempre em consideração o contexto geográfico, social e histórico em que vivem, raça, classe, sexualidade, religião e geração. Nessa perspectiva a troca de experiências foi extremamente rica e possibilitou ampliar o panorama das lutas de mulheres em Assentamentos da região Sul do Paraná.





**Figura 3 Organização das pautas da 2ª reunião do Coletivo de Mulheres: trabalho de base, formação e ações. Assentamento Contestado. Junho/2017. Foto: Larissa Urquiza.**

Em julho ocorreu o terceiro encontro do Coletivo e assim como os outros dois, primeiramente foram feitos os repasses das agendas do MST e mais especificamente sobre os encontros e eventos de mulheres do movimento, como, por exemplo, a participação na Escola Estadual de Mulheres. Na imagem acima estão descritas as atividades a serem realizadas no segundo semestre de 2017, divididas entre trabalho de base, formação e ações. O trabalho de base foi direcionado da seguinte maneira: 1º) contatar as pessoas de referência sobre questões de gênero e feminismo para contribuir nas formações e discussões sobre os temas; 2º) resgatar a história das mulheres da comunidade e suas lutas; 3º) levantar problemas da comunidade, da região e do país e em 4º) realizar um planejamento coletivo das mulheres do MST da região Sul do Paraná.

Sobre a formação, foi levantada, como pauta local, a definição e a escolha dos temas prioritários a serem discutidos em encontros futuros. Na pauta geral da agenda feminista das camponesas, entrou a discussão sobre a construção de uma reforma agrária popular das mulheres, a titulação das terras, previdência social e a organização de mulheres. Corpo, gênero e sexualidade dentro do movimento também surgiram como prioridade, bem

como a questão da reforma agrária agroecológica, a violência doméstica e saúde popular. A inserção dos homens camponeses surgiu nesses pontos com um intenso debate sobre a necessidade de compartilhar a formação – em determinados espaços destinados aos homens – com os seus companheiros de luta.

No quesito ações a serem desenvolvidas, questões mais pontuais como a participação das mulheres no Simpósio Nacional de Geografia Agrária, realizado em novembro de 2017 na cidade de Curitiba (PR); a Jornada de Agroecologia, realizada em setembro de 2017 na cidade da Lapa (PR); a Escola Estadual de Jovens Mulheres e a prioridade na participação da Marcha Nacional dos coletivos de mulheres e da juventude camponesa.

Nesta reunião estavam presentes seis mulheres do assentamento e contou com a participação, pela primeira vez no ano, da Profa. Dra. Sonia F. Schwendler, que apresentou o projeto de realizar algumas atividades junto ao coletivo a partir de então.

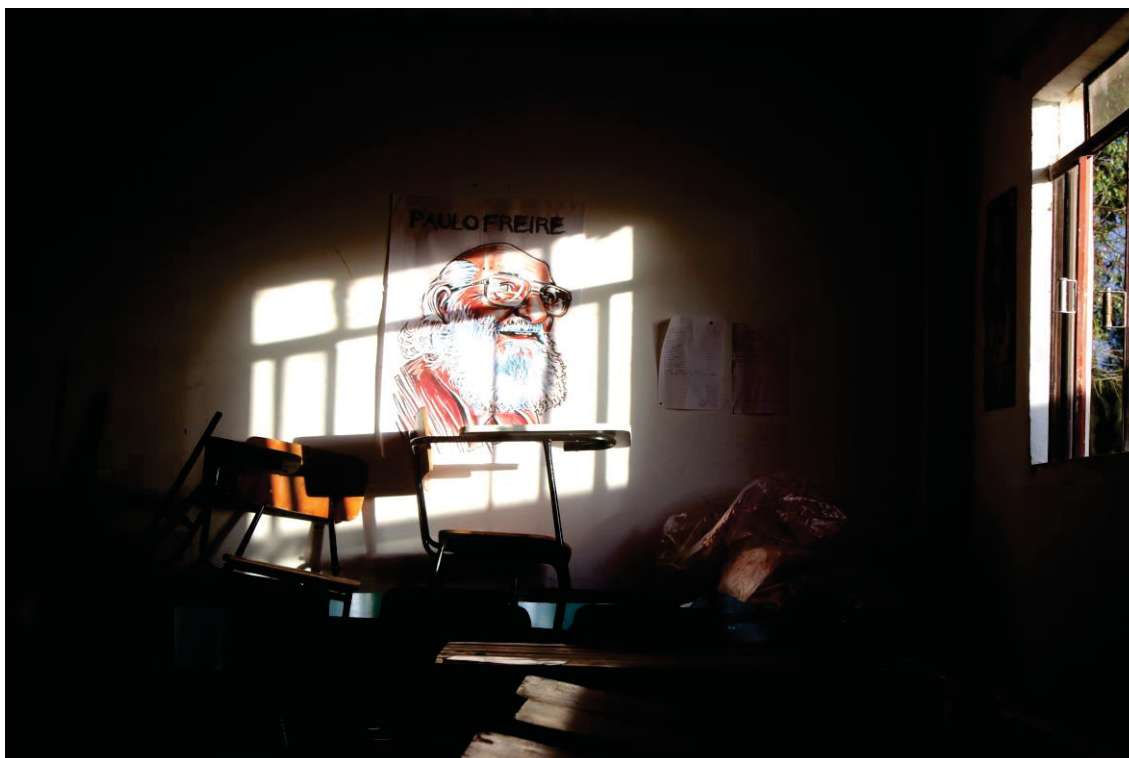
O debate que chamou a atenção e que será tratado com mais afinco do subitem referente à participação das mulheres nas atividades, foi o dos desafios apresentados pelas assentadas presentes no tocante à retomada das reuniões do coletivo e desvinculá-lo do Setor de Saúde e Educação. Essa “separação” não foi posta no sentido de que os assuntos e ações devam ser tratados independentemente. Eles devem ser interligados, porém, contendo seus próprios lugares de fala e espaço dentro e fora do MST e do assentamento.

Uma das mulheres presentes relatou que o coletivo sempre existiu “com nuances em cada tempo e materialidade do assentamento”. Ou seja, acompanhou e foi se adaptando a realidade de cada período vivenciado na luta pela e na terra nesses 19 anos de existência do Assentamento Contestado. Outro ponto importante foi a preocupação com a pouca participação das mulheres nessas reuniões e, por vezes, um desinteresse em se engajar nas atividades do Coletivo.

Na escala estadual do Movimento – bem como na nacional –, no Paraná temos o Setor de Gênero e no âmbito do Assentamento que se chama Coletivo de Mulheres. Há, segundo as mulheres presentes, resistência em casa, no Assentamento Contestado e dentro do próprio movimento aos debates de

gênero e feminismo. Nessa mesma linha de pensamento uma das camponesas presentes afirmou que “o Paraná é o Estado mais machista do Brasil” se comparado com outros Estados brasileiros, como é o caso dos Estados do Nordeste, pois naquela região, “as mulheres fundaram o movimento”.

Porém, apesar desse quadro, debater gênero não sai mais das pautas do MST. Afirmo que uma vez conquistado o espaço político de reivindicação, não há mais volta e o MST pode vivenciar essa transformação em toda sua estrutura. Pois, como apontado por uma das mulheres presentes nessa reunião, sempre houve dificuldade na criação de TODOS os setores, mas a construção do Setor de Gênero no MST foi mais longa e com diversos obstáculos.



**Foto 3: Paulo Freire, o educador da liberdade. Cartaz na sala onde se realizavam a maioria das reuniões do Coletivo de Mulheres. Assentamento Contestado. Julho/2017. Autora: Larissa Urquiza.**

A reunião de agosto de 2017, a quarta do ano, teve como pauta principal os repasses dos eventos que aconteceriam nos meses seguintes como a Jornada de Agroecologia, que anualmente tem acontecido no município da Lapa-PR e a discussão do roteiro do documentário a ser produzido pelo projeto de extensão da Prof.<sup>a</sup> Sônia F. Schwendler, do Departamento de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Pude acompanhar todos os passos da construção do roteiro do documentário que tem como tema mulheres e agroecologia e, conjuntamente com as participantes das reuniões do Coletivo, foram levantadas relações entre a prática feminina da agroecologia e outras áreas de atuação como: a) agroecologia e educação, b) agroecologia e saúde, c) agroecologia, gênero e saúde e d) autonomia das mulheres e agroecologia. Sobre esses aspectos, tratarei com mais afinco no item que se refere à mulheres e agroecologia.

As discussões realizadas nesse dia também trouxeram à tona algumas inquietações das mulheres em relação à prática militante. Uma das assentadas presentes disse que a militância é um permanente pensar e repensar da ação: como ser militante, o que é ser militante. Chamo atenção para esta fala, pois em quase todos os outros momentos do encontro, a participação política das mulheres camponesas do Assentamento era tema das conversas. Embora seja evidente que as mulheres participam dos setores, das reuniões, das manifestações em igualdade – e às vezes são até maioria – com os homens, no Coletivo de Mulheres essa participação se torna bem menor.

A pequena quantidade de mulheres que fazem parte do Coletivo não significa que as mulheres camponesas estejam ignorando ou deixando de lado a luta de gênero em detrimento da luta pela terra. Como também se verá no subitem que trata especialmente desse impasse – a participação no Coletivo – as mulheres estão envolvidas em muitos setores ao mesmo tempo e necessitam administrar uma tripla jornada: o trabalho, o lar e a militância.

A quinta reunião aconteceu três meses – novembro/2017 – depois da anterior, em virtude das atividades do Movimento que envolveu a organização e realização da Jornada de Agroecologia. Mais uma vez as discussões se centraram em fazer os repasses da agenda que abrangia a participação das mulheres em espaços de formação organizados especificamente para elas – como é o caso da Escola de Formação de Mulheres – e a estrutura do documentário já mencionado. Novos temas surgiram a partir disso como a questão de classe e a produção agroecológica, no que se refere ao alcance que os produtos orgânicos têm na mesa da classe trabalhadora.



**Figura 4 - Mural da Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA) feito pelos alunos. “La ciencia para todas (os), la belleza para todas (os). Assentamento Contestado. Novembro/2017. Foto: Larissa Urquiza.**

A meu ver, em todas as seis reuniões ocorridas no ano de 2017, o assunto mais trabalhado e discutido foi a inclusão dos homens camponeses no debate sobre feminismo e as questões de gênero. Uma das camponesas presente relata que “os homens escutam outros homens sobre as questões de gênero” e que a consciência dos privilégios masculinos é um processo que se transforma a partir do debate e da educação.

Outra fala que chamou atenção, foi quando uma das mulheres presentes relatou que o Coletivo de Mulheres e suas atividades a ajudaram muito no processo de conscientização de várias questões ligadas ao lugar da mulher na luta pela terra, da subordinação, na produção e no trabalho.

Muito importante também foi o repasse para nós, pesquisadoras que estávamos presentes, de um ponto discutido nas reuniões internas do Assentamento: a relação universidade – assentamento. A intenção é mapear todos os trabalhos já realizados no e sobre o Assentamento Contestado bem como aqueles em andamento e os trabalhos futuros para catalogar e ter

controle sobre os mesmos. A discussão sobre isso recai no impasse que tem o retorno para a comunidade, pois, como pontuado pelas mulheres, muitas vezes os pesquisadores apenas utilizam das informações e dos contatos com os assentados para produzir um trabalho acadêmico “e nunca mais voltam”. Daí a importância de ter um levantamento, para que também os trabalhos não se repitam nem se esgotem.

O encerramento do ano de 2017 foi realizado conjuntamente com a Profa. Sônia F. Schwendler que proporcionou uma oficina de costura de bonecas de pano. A ideia da mesma foi de discutir questões de gênero enquanto as mulheres produziam pequenas bonecas. Ficou evidente que alguns assuntos surgem apenas no âmbito do coletivo, quando as mulheres se sentem confortáveis de estar entre suas iguais, para inclusive desabafar questões pessoais e muito íntimas, como aconteceu nesse encontro.



**Figura 5 - Sexta Reunião do Coletivo de Mulheres – Oficina de Bonecas. Assentamento Contestado, dezembro/2017. Autora: Larissa Urquiza.**

Dentre as muitas narrativas, de episódios vivenciados particularmente por cada mulher ao longo de suas vidas, dentre as muitas histórias compartilhadas até mesmo com muito sofrimento ou timidez, uma coisa ficou evidente: a opressão e a submissão da mulher são construídas desde a

infância e marcam os corpos e as mentes por toda a existência. Compartilharam inquietações da infância e adolescência, o que é ser mulher, o que é ser mãe. Discutiram como a boneca representa o papel da mulher na sociedade patriarcal e como essa dicotomia “coisa de menino” e “coisa de menina” pode ser subvertida e transformada, construindo um mundo onde as “coisas” não tenham gênero.



**Figura 6 - Menino costurando sua boneca da sexta reunião do Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado, dezembro/2017. Autora: Larissa Urquiza.**

Foi a reunião com maior participação de mulheres do assentamento e somando-se a elas, havia muitas estudantes da Escola Latino Americana de Agroecologia, que em outros encontros participavam eventualmente.

O Coletivo de Mulheres resiste para existir e permanecer ativo. Como relatado em conversas informais, entrevistas e nos encontros houveram momentos de total estagnação e momentos de engajamento. Atualmente essas mulheres fazem o possível e o impossível para que as reuniões aconteçam e sejam momentos de debate e formação e atuem como transformadores das relações de poder da sociedade capitalista neoliberal patriarcal. Sobre o ato de resistir, Chandra Mohanty, educadora libertária, citada por bell hooks (HOOKS, 2013, p. 36) diz

A resistência reside na interação consciente com os discursos e representações dominantes e normativas e na criação ativa de espaços de oposição analíticos e culturais. Evidentemente, uma resistência aleatória e isolada não é tão eficaz quanto aquela mobilizada por meio da prática politizada e sistêmica de ensinar e aprender. Descobrir conhecimentos subjugados e tomar posse deles é um dos meios pelos quais as histórias alternativas podem ser resgatadas. Mas, para transformar radicalmente as instituições educacionais, esses conhecimentos têm de ser compreendidos e definidos pedagogicamente não só como questão acadêmica, mas como questão de estratégia e prática.

A partir desse raciocínio, é possível levantar algumas afirmações específicas sobre o caso do Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado e a luta de mulheres dentro da luta de classes. No que tange à importância da organização coletiva, observo que a existência de um espaço como as reuniões e atividades realizadas e pretendidas pelo Coletivo de Mulheres, é um agente transformador das relações de gênero no contexto daquele assentamento.

As mulheres que se reúnem e discutem os problemas relacionados a posse da terra, a renda própria da mulher, o controle do homem dos meios de produção também apresentam, em comum, soluções para esses impasses. Seja lutando para ter reconhecimento da luta de mulheres como uma luta essencial àquela realizada pela terra, seja pela necessidade de expandir o alcance dos debates realizados no âmbito do Coletivo, essas mulheres transcendem as barreiras impostas contra as questões feministas camponesas.

Ou seja, somente através da luta que as transformações acontecem e forjam sujeitos capazes de ter consciência de suas condições. O Coletivo de Mulheres do Contestado tem uma história que remete há mais de cem anos atrás, quando as heroínas caboclas que lutaram na Guerra Sertaneja do Contestado subverteram a ordem patriarcal vigente e se tornaram líderes militares, administrativas, espirituais e políticas, onde os papéis de gênero eram estritamente condicionados. Maria Rosa, Chica Pelega, Teodora e Dona Quitéria são as inspirações para a luta de mulheres camponesas da contemporaneidade.





**Figura 7 - Flâmula com frase do poeta Gentileza que remete à memória da Guerra do Contestado – Assentamento Contestado, junho/2017. Autoria: Larissa Urquiza.**



**Figura 8 - Mística na 2ª reunião do Coletivo de Mulheres no Assentamento Contestado. Cartografando os espaços de mulheres. Junho/2017. Autora: Larissa Urquiza.**

Muitas questões foram surgindo ao longo das reuniões realizadas pelo Coletivo de Mulheres no ano de 2017. Consegui identificar temas, críticas e

inquietações recorrentes e as dividi em quatro: 1) empoderamento da mulher através do acesso à renda própria; 2) educação e conscientização como forma de emancipação das mulheres e dos homens; 3) preocupação com o interesse e desinteresse das mulheres residentes no assentamento em participar das reuniões do Coletivo; 4) mulheres e agroecologia. Analisarei cada grupo de questões de maneira detalhada a partir dos campos, participação nas reuniões e com o auxílio de algumas entrevistas individuais, além da bibliografia disponível sobre as temáticas.

### **3.3.1 “NINGUÉM SE EMANCIPA DE BOLSO VAZIO”: EMPODERAMENTO ECONÔMICO**

“Ninguém se emancipa de bolso vazio”. Essa frase foi dita por uma das camponesas presente na 3ª reunião do Coletivo. Durante os encontros, onde se apresentavam os principais problemas comuns que as mulheres camponesas enfrentavam estava a questão da renda própria. O poder de troca e negociação que uma mulher pode vir a ter dentro da unidade familiar e na comunidade, como apresenta León e Deere (2002, p. 56-57) pode acontecer se as mulheres conseguem ter acesso a alguma atividade que gere renda e conseqüentemente, assumam mais responsabilidades financeiras no âmbito familiar, conquistando igualdade com os homens.

Nesse ponto podemos destacar também a prática da agroecologia como forma de empoderamento econômico – porém não somente – na medida em que grande parte das mulheres que participam das reuniões praticam a agroecologia em seus lotes.

Como apontado por uma das assentadas, a atividade agroecológica só passou a ser interesse também dos homens quando se apresentou como algo que poderia gerar lucro, segundo falas nas reuniões. Historicamente foram as mulheres que cuidavam das hortas pessoais em suas terras, plantando gêneros diversos para consumo da família, além de ervas e plantas medicinais que não só contribuía na alimentação como na cura de enfermidades. Como o foco do presente trabalho não é agroecologia e a relação das mulheres com essa prática, apenas me proponho a analisar de que maneira a produção

agroecológica está ligada ao empoderamento econômico das mulheres do assentamento contestado, visto que a opção por esse tipo de produção foi definida desde o surgimento do assentamento. Inclusive, segundo uma das assentadas, esse foi o motivo por ela e sua família terem saído de um assentamento em outra região do Paraná e virem para o Contestado.

Outros pontos referentes à conquista da renda pelas mulheres e sua independência econômica se refere ao fato de que, quando uma mulher alcança o poder de decidir sobre a renda que recebe pelo seu trabalho, toda a família se beneficia. Para alguns autores isso significa um empoderamento do homem, se visto de uma perspectiva positiva – negativa seria aquela visão de que o mesmo está perdendo poder sobre a mulher – pois ambos estão dividindo responsabilidades financeiras que podem gerar o bem estar das famílias, como por exemplo, adquirir móveis, eletrodomésticos, material escolar, roupas etc.

Portanto, o empoderamento das mulheres camponesas através da renda própria ou da renda compartilhada, que possibilite utilizar os recursos de modo benéfico para todos e não só em detrimento dos interesses do homem, transforma as relações de gênero de maneira que ambos – mulheres e homens – tenham poder de controle sobre esse aspecto. Como afirma Deere e León (2002, p. 60)

[...] a posse de bens está relacionada à capacidade da mulher de agir com autonomia e de externar os próprios interesses nas negociações que afetam sua própria vida e as de seus filhos. Não surpreende que a posse de terra da mulher possa ser também uma causa de tensão e conflito doméstico, pois desafia as relações de poder [...].

Os processos feministas de empoderamento possuem como objetivo alcançar o pleno exercício do poder compartilhado, trabalhado no início desse capítulo, que rompe com a subordinação da mulher na estrutura patriarcal.

As autoras que utilizo para tratar de empoderamento da mulher camponesa trabalham com a questão da posse da terra pelas mulheres e isso é um fator essencial na discussão da reforma agrária brasileira. Em 2003, com a regulamentação constitucional que garantiu titularidade conjunta dos lotes (MELO; SABBATO, 2008, p. 49) as mulheres passam a ter os mesmos direitos

sobre a posse da terra que os homens. O I Censo da Reforma Agrária (1996-1997) levantou que apenas 12,6% dos beneficiários da reforma agrária eram mulheres. Segundo Melo e Sabbato

Esta baixa taxa de participação feminina no processo da reforma agrária reflete as dificuldades das mulheres em obterem os títulos de propriedade da terra, e expressa também o peso da tradição familiar, bem como da subalternidade do papel feminino na sociedade. A literatura feminista denuncia sistematicamente a ausência da mulher do controle dos meios de produção e dos direitos econômicos como uma das faces da exclusão social das mulheres. (MELO; SABBATO, 2008, p. 47-48).

A titulação conjunta da terra garante à mulher o direito em parcela de igualdade com o homem na posse do lote, o que transforma as relações de gênero na medida em que as mulheres não estão mais vinculadas subalternamente ao marido e ao casamento, por exemplo. De acordo com Deere e León “[...] a terra desempenha papel determinante no condicionamento da capacidade da mulher de se separar de um casamento infeliz [...]” (DEERE; LEÓN, 2002, p. 60).

Incluo o debate sobre a posse da terra pelas mulheres camponesas pois o considero extremamente importante para discutir o empoderamento econômico no contexto agrário visto que, além das questões elencadas sobre a titulação da terra, conseguimos enxergar nesses processos a luta das mulheres pela igualdade dentro da família, na comunidade e na sociedade como um todo. Concordo com Agarwal (1994, p. 44-45) citada por Deere e León (AGARWAL, 1994, p. 44-45 apud DEERE; LEÓN, 2002, p. 61) sobre as potencialidades de transformação social dessa luta das mulheres camponesas - no caso de Agarwal, o estudo se refere ao contexto sul-asiático – pelo acesso e a garantia da posse da terra, sendo que

Não é apenas um aumento no comando da mulher sobre recursos econômicos, mas também o *processo* pelo qual este aumento ocorre que tem um comportamento decisivo nas relações de gênero. Os direitos à terra não são um “pressuposto” nem serão “proporcionados” à maioria das mulheres do sul da Ásia sem contestação. Alcançar esses objetivos [...] exigirá lutas simultâneas contra muitas facetas diferentes de desigualdades de gênero baseadas em normas e práticas sociais [...] Exigirá mudanças a favor da mulher em equilíbrios de poder em muitos âmbitos diferentes: dentro da família, na comunidade e no mercado, e em vários níveis de organização do Estado. Até mesmo organizar-se coletivamente

exige o desafio às normas existentes [...] é exatamente a natureza complexa e ampla destes obstáculos que concede à luta para superá-los um potencial transformador, e este também é o motivo porque uma luta bem bem-sucedida da mulher por terra tem probabilidade de conduzir a implicações mais amplas para as relações de gênero no sul do que qualquer outro fato isolado.

Portanto, a autonomia econômica é essencial para os processos de empoderamento, tanto individuais quanto coletivos, das mulheres camponesas principalmente pela libertação da dependência econômica em relação ao marido ou ao pai. O patriarcado age, como já afirmado nessa pesquisa, em todos os âmbitos da sociedade, e nas questões econômicas não é diferente. Estabelece regras onde o homem é visto como o provedor da família e controlador da renda. Nesse ponto também as mulheres estão conquistando o poder de decidirem sobre a renda ganha com seu trabalho, beneficiando a coletividade.

### **3.3.2 TRANSGREDIR ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO E CONHECIMENTO COMO PROCESSOS DE EMPODERAMENTO**

Bell hooks escreveu que “[...] a educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender” (HOOKS, 2013, p. 25). Na obra “Ensinando a transgredir” a autora relata sua formação como educadora, que é pautada na “[...] interação entre as pedagogias anticolonialista, crítica e feminista, cada uma das quais ilumina as outras” (HOOKS, 2013, p. 20). Recorri à bell hooks por me aproximar, também nas práticas pedagógicas, na teoria e metodologia do anticolonialismo, do pensamento crítico e nas epistemologias feministas e por acreditar que as suas reflexões podem contribuir imensamente neste trabalho pela influência que tem a obra de Paulo Freire em seus escritos.

Anteriormente afirmei que a visão de empoderamento que possuo está pautada no significado de libertação e emancipação dos sujeitos. Ao entrar em contato com as camponesas do Contestado, que constroem o Coletivo de Mulheres, pude perceber o peso, a importância e a necessidade que a educação tem na formação e conscientização dos militantes do MST em relação às questões de gênero.

Ao realizar uma espécie de levantamento dos temas centrais nas reuniões, a educação e a inclusão dos homens nos debates de gênero aparece em todos os momentos. Surge do impasse entre a participação das mulheres nos encontros do Coletivo e a opinião dos seus companheiros sobre essa atividade, a necessidade de ampliar os espaços de formação onde os homens sejam incluídos e também aprendam o que é: machismo, feminismo, questões de gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho, sexualidade etc.

Para analisar a centralidade da questão da educação/formação para a transformação das relações de classe e gênero me apoio em Paulo Freire, em sua grande obra *Pedagogia do Oprimido* para tratar do tema. Ao pesquisar o conceito de empoderamento, me deparei com diversas referências ao seu pensamento no que se refere ao processo de conscientização e emancipação através da educação e do conhecimento. Para muitas autoras feministas que utilizam o conceito empoderamento em seus trabalhos, com o enfoque da pedagogia, a obra de Freire é essencial para entender a que “empoderar” se refere. A consciência da subordinação e das estruturas que marginalizam os sujeitos é difícil de ser alcançada porque o ser não tem acesso aos recursos que possibilitam esse processo. Somente através da consciência da opressão que se abre um leque imenso de resistências frente a ela. Segundo Freire (2003, p. 42-43)

Como poderiam os oprimidos dar início à violência, se eles são o resultado de uma violência? Como poderiam ser os promotores de algo que, ao instaurar-se objetivamente, os constitui? Não haveria oprimidos, se não houvesse uma relação de violência que os conforma como violentados, numa situação objetiva de opressão. Inauguram a violência os que oprimem, os que exploram, os que não se reconhecem nos outros; não os oprimidos, os explorados, porque não são reconhecidos pelos que os oprimem como 'outro'. Inauguram o desamor, não os desamados, mas os que não amam, porque apenas 'se' amam. Os que inauguram o terror não são os débeis, que a ele são submetidos, mas os violentos que, com seu poder, criam a situação concreta em que geram os 'demitidos da vida', os esfarrapados do mundo. Quem inaugura a tirania não são os tiranizados, mas os tiranos. Quem inaugura o ódio não são os odiados, mas os que primeiro odiaram. Quem inaugura a negação dos homens não são os que tiveram a sua humanidade negada, mas os que a negaram, negando também a sua. Quem inaugura a força não são os que se tornaram fracos sob a robustez, mas os fortes que os debilitaram.

Apesar de não trabalhar especificamente com as questões de gênero e com o conceito de empoderamento, a partir da *Pedagogia do Oprimido* é possível encaminhar debates sobre a relação educação/emancipação com as prioridades do Coletivo de Mulheres e estabelecer relações entre o feminismo camponês e popular e o processo de conscientização.

Além das reuniões, havia um planejamento anual para a reconstrução do Coletivo, para que esse fosse um espaço de discussão destinado às mulheres do assentamento e para contribuir na formação destas. Havia a ideia de organizar leituras conjuntas de textos, livros e artigos com a temática de feminismo e gênero que seriam discutidos em reuniões a fim de ampliar os horizontes do conhecimento das mulheres. Infelizmente esse objetivo não foi colocado em prática, mas também não foi abandonado. Ainda há o desejo de que não só essa parte do planejamento, mas todo ele seja executado nessa reconstrução do Coletivo de Mulheres.

Assim como os outros três temas recorrentes nos encontros, a questão da educação está ligada com o debate referente à inclusão dos homens nos debates sobre gênero no Coletivo, no Movimento e na sociedade. Uma das camponesas presentes na reunião de novembro – a quinta de 2017 – afirma que para que isso seja feito, necessita investir na formação dos homens bem como levar em consideração de que a conscientização é um processo, não necessariamente linear, com começo, meio e fim e diferente para cada um dos indivíduos. Isso leva a pensar o empoderamento como processo individual e coletivo que, interdependentes, são meios de alcançar a libertação dos padrões de gênero impostos para homens e mulheres, a superar a divisão sexual do trabalho – de modo que o trabalho da mulher seja valorizado – a investir nas crianças e adolescentes do presente também através da educação.

### **3.3.3 “EU SOZINHA ANDO BEM, MAS COM VOCÊS EU ANDO BEM MELHOR: PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS REUNIÕES DO COLETIVO**

A participação das mulheres nas reuniões e atividades do Coletivo do Contestado merece destaque neste trabalho, pois apresenta diversos questionamentos quanto ao lugar da mulher na luta pela terra. Foi possível

perceber que poucas mulheres se dedicavam aos encontros, embora houvesse uma rede de outras mulheres que sempre eram mencionadas, consultadas e lembradas, relacionadas aos mais diversos assuntos.

Porém, a participação ainda é limitada. Pelas próprias camponesas foram apresentados os motivos e possíveis soluções e são essas falas que analisarei nessa parte da pesquisa, pois foram inquietações recorrentes, surgindo como pauta em todas as reuniões.

O principal entrave apresentado foi a resistência encontrada dentro de casa, seja pelo companheiro seja pelos cuidados com a casa que recaem sobre o trabalho da mulher. As mulheres com filhos pequenos também tendem a participar pouco ou não participar em virtude de “não ter com quem deixar” as crianças e se engajar na construção do Coletivo. A ciranda do assentamento não estava aberta em dias de reunião, que geralmente aconteciam nos sábados.

E nessa perspectiva, adentro na questão sobre a inserção dos homens no debate sobre relações de gênero. É praticamente unânime a opinião de que eles devem ser incluídos, pois, apenas assim se conquista a emancipação plena de mulheres e homens pois eles passam a entender como a sociedade patriarcal está estruturada e com agir para que as transformações sejam efetivas, produzindo assim aliados na luta feminista.

Uma das mulheres também apontou que “os homens escutam outros homens com mais facilidade e atenção quando se trata de debater gênero, sexualidade e feminismo” e várias iniciativas do MST têm criado espaços de formação e cursos que visam esse “público”, pois também a educação, como afirmo anteriormente, é libertação e emancipação.

Uma cartilha de formação do MST (1998) sobre relações de gênero demonstra que a preocupação com a inserção dos homens nos debates feministas, sobre as transformações das relações sociais de gênero e sobre como o machismo também afeta os camponeses homens, é uma questão em debate há muito tempo dentro do Movimento. A Cartilha aponta que

Os homens também são oprimidos. Existe a opressão do homem pelo modelo que o capitalismo exige dele. Oprime o ser humano que existe nele. O próprio modelo do “machão” dificulta o ser humano sensível, solidário, capaz de erros, de ser gente. E, sem dúvida, os homens também sofrem como gênero, pois se lhes nega a



capacidade de serem sensíveis, de mostrar sentimentos, a afetividade. Por muito tempo o movimento feminista não reconheceu esse fato. Atualmente nós estamos apontando esta realidade. Os homens diante do avanço das mulheres se sentem inseguros, sem identidade, contraditórios, se angustiam com a perda do seu papel. O homem não deixou o espaço público e adotou o espaço doméstico porque esse caminho inverso é desvalorizado. (MENDONÇA, 1998, p. 11).

Esses apontamentos vão ao encontro com as falas das camponesas nas reuniões quando estas de colocavam a pensar as causas da resistência masculina em entender e aceitar a participação de suas esposas e filhas nos encontros do Coletivo.

Pela dicotomia construída entre lugares de mulher e lugares de homem, onde o doméstico e familiar concerne à mulher e o público e político está relacionado ao homem, a resistência se torna maior, por parte dos assentados, em apoiar as mulheres na causa feminista. É justamente esse apoio, essa solidariedade entre os gêneros, que se pretende conquistar inserindo os homens na formação sobre relações de gênero.

A sociedade patriarcal está organizada de modo a perpetuar diferenças que são estruturadas com base nas características biológicas de cada sujeito. Explicando melhor o conceito de patriarcado, a socióloga Heleieth Saffioti (2015, p. 57) diz que

1 – não se trata de uma relação privada, mas civil; 2 – dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. [...] 3 – configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4 – tem uma base material; 5 – corporifica-se; 6 – representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.

Em concordância com as questões tratadas na Cartilha do MST, *Compreender e construir novas relações de gênero*, se pode afirmar que o patriarcado age pela violência – física, psicológica, mental – e acaba por estabelecer uma relação de poder desigual que permeia todos os espaços, sem diferenciação entre público e privado.

Outro ponto importante, que também foi apresentado pelas mulheres camponesas do Coletivo de Mulheres e que encontra base teórica na primeira parte deste capítulo – questão do empoderamento – é a visão de desempoderamento do homem frente ao empoderamento da mulher. Frente a

essa concepção – de que o homem “perde” espaço se a mulher o conquista – é que o MST, e mais especificamente o Coletivo do Contestado pretende lutar para modificar e transformar a visão de que o poder pode ser compartilhado. Aqui está um dos melhores exemplos sobre a ideia proposta por Rowlands de *poder com*, onde há uma soma de poderes individuais onde nenhum integrante do todo está perdendo o poder para que o outro possa adquiri-lo. Poder com nos fala de construir alianças e solidariedade (LEÓN, 2001, p. 102).

### **3.3.4 EM DEFESA DA VIDA: MULHERES E AGROECOLOGIA**

Mesmo que o foco deste trabalho não seja a produção agroecológica, é impossível deixar de lado a importância que essa prática, esse modo de vida, tem nas vidas da maioria das mulheres do Assentamento Contestado. Todas as mulheres que participavam dos encontros praticavam a agroecologia em seus lotes e essa era uma questão que surgiu em todas as reuniões do Coletivo. As estudantes da Escola Latino-Americana de Agroecologia eventualmente participavam dos espaços de debate promovidos pelo Coletivo e esse fato também contribuiu para o surgimento das questões referentes à agroecologia e sua relação com o gênero e o feminismo camponês.

Como foi possível observar, a prática da agroecologia é empoderadora. Não apenas no sentido econômico, quando essa atividade gera renda, mas também no poder que a mulher adquire nas decisões tomadas no lote que, por excelência, era – e ainda é – considerado o território do homem, onde o trabalho da mulher é considerado como um auxílio. Sobre a questão da divisão sexual do trabalho nos lotes, tratei no capítulo três.

Nos momentos de discussão do coletivo a agroecologia surgia como uma das principais prioridades das mulheres. Mas, o que pode ser definido como agroecologia? Segundo Emma Siliprandi (2015, p. 81-82)

A agroecologia é definida por seus principais teóricos como um conjunto de disciplinas científicas por meio das quais é possível analisar e atuar sobre os *agroecossistemas*, de forma a permitir a implantação de estilos de agricultura com maior nível de sustentabilidade. [...] “é uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas

também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção”. [...] Em linhas gerais, a agroecologia pretende apoiar a transição dos atuais modelos de agricultura e de desenvolvimento rural, considerados insustentáveis, para outros, sustentáveis. A sustentabilidade é definida, de forma ampla, como a capacidade de esses processos perdurarem no tempo, conciliando a atividade agrícola e a manutenção das características ecológicas do ambiente, e proporcionando meios de vida dignos para as pessoas envolvidas. Distingue-se, no entanto, de uma mera substituição tecnológica ou de insumos, porque questiona não só os métodos de cultivo ou de criação animal, mas também os objetivos finais da produção moderna, assim como as formas de organização social, econômica e política que a originaram e a sustentam.

Nesse sentido e no que foi possível observar e ouvir das mulheres do Contestado, a prática agroecológica também está ligada ao cuidado da vida, da alimentação, da natureza. Ainda segundo Siliprandi (2015, p. 93),

A agroecologia não se propõe apenas a modificar a parcialização disciplinar, mas a própria epistemologia da ciência [...] incorporando o “saber popular” e, nesse sentido, orquestrando não apenas diferentes disciplinas, como também distintas “formas de conhecimento”. Não se trata simplesmente de se agregar uma dimensão ecológica aos estudos convencionais sobre as mudanças no mundo rural, típico dos discursos ecotecnocráticos, mas de se criarem novas categorias conceituais que permitam o desenho de um sistema de produção agrícola em que os seres humanos cultivem a terra sem degradá-la e sem degradar-se enquanto organizações sociais. O ponto de partida é a inseparabilidade dos sistemas sociais e ecológicos; ou seja, as relações entre os agentes sociais e os ecossistemas [...].

Para cada mulher que se dedica à agroecologia, esta tem um significado diferente, levando em consideração as subjetividades e a materialidade da vida de cada uma. Para algumas, significa cuidado. Para outras significa produzir de maneira natural e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Mas uma coisa é certa: a prática agroecológica é milenar e sempre foi o foco do trabalho de mulheres.

Também já apresentei o fato, de acordo com a fala das mulheres do Coletivo, de que a prática agroecológica começa a ser valorizada pelo homem quando essa produz renda. As mulheres sempre cultivaram pomares, hortas e pequenas plantações para a auto-suficiência da família e isso não gera dinheiro, mas produz a vida e garante a existência de todos os membros que a compõe.

A mulher como agente dessa mudança na forma de produzir é fruto de intensas lutas e como as próprias camponesas afirmam “sem feminismo não há agroecologia”. Siliprandi (2015, p. 105-106) aponta alguns fatores que comprovam a melhoria de vida das mulheres e todos os membros da unidade familiar com a prática agroecológica. São eles: 1) a prática agroecológica valoriza as atividades de mulheres camponesas dentro do lote – manutenção das hortas, pomares etc.; 2) transformação da relação natureza/ser humano e o cuidado; 3) a participação de todos da família na produção, com a redistribuição das atividades “quebrando o monopólio gerencial do homem”; 4) o crescimento de cursos e formação sobre técnicas agroecológicas; 5) participação política e econômica, quando a mulher realiza o comércio fora do lote, possibilitando aumentar seus espaços de sociabilidade e adquirindo novos conhecimentos, bem como no crescimento pessoal, trabalhando a autoestima; e por fim 6) obtenção de renda fruto de seu trabalho, aumentando o poder de barganha dentro de casa, como já tratado no subitem referente ao empoderamento econômico.

Essas transformações não são automáticas e não necessariamente acontecem em sua totalidade. Há casos, como algumas mulheres relataram, de que ainda é o homem que realiza o comércio fora do lote, recebe o dinheiro e “entrega” para a mulher. Ou ainda a participação política e em espaços de reivindicação que pode ser vista com cautela por parte dos homens, por serem espaços ainda hierárquicos e por excelência, de representatividade masculina.

Com esse debate – agroecologia e gênero – consigo congrego todos os outros debates anteriormente abordados por diversos motivos. Primeiro: o empoderamento econômico, que aumenta o poder de barganha/troca da mulher dentro da família e em relação direta com o marido/companheiro na medida em que além de possibilitar acesso à renda própria, trabalha a autoestima das mulheres, e independência financeira – não precisar mais “pedir” dinheiro para o marido. Também melhora as condições de vida da família, material e subjetivamente, pois libera o homem de todas as responsabilidades que a sociedade patriarcal capitalista lhes imputa – causando um empoderamento masculino também, no sentido de emancipação – e o acesso a itens essenciais na casa e para os filhos – como roupas e material escolar.

Segundo: a educação como emancipação. Se a formação/conscientização se dá de maneira igualitária, mulheres e homens passam a ter consciência de sua realidade e situação. Para que os homens reconheçam o machismo de suas ações, pois são tidas como naturais, ou que compõem a masculinidade, é necessário formar cidadãos conscientes do sistema que os oprime. O acesso da mulher à educação também deve ser prioridade pois liberta e emancipa das amarras que às atam exclusivamente à casa, à família, ao lote. Parafraseando Rosa Luxemburgo, quando esta diz que “quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem”. A agroecologia, além de ser uma atividade produtiva e reprodutiva – pois cuida da vida – é uma escola por si só, pois os indivíduos que a praticam aprendem – ou reaprendem – que a relação com a natureza e com a vida deve ser respeitosa, baseada na troca positiva entre o ser humano e a bioenergia.

Em terceiro e último lugar a participação das mulheres em espaços políticos, coletivos e de reivindicação. Ao acompanhar as reuniões do Coletivo de Mulheres foi possível perceber que a agroecologia como prática empoderadora também aumenta a possibilidade das mulheres camponesas de participarem de espaços que tradicionalmente são masculinos como reuniões, comércio, lideranças de setores e grupos etc., alcançando paridade nessas atividades.



**Figura 9 - Agroecologia colocada em prática: horta de um dos lotes no Assentamento Contestado – dezembro/2017. Autora: Larissa Urquiza.**

Após analisar os principais pontos levantados pelas mulheres na grande maioria das reuniões, é possível traçar um quadro bastante rico dos debates que se dão no âmbito dos encontros do Coletivo de Mulheres. Levando sempre em consideração que nem metade das mulheres assentadas no Contestado participam das atividades proporcionadas pelo Coletivo<sup>30</sup>, as preocupações com a formação política das mesmas foi algo que chamou a atenção pelo caráter de urgência que apresenta.

Quanto mais mulheres agregarem suas experiências na luta dentro da luta, mais avanços serão possíveis. Um mundo de mulheres camponesas unidas nos laços de classe e no empoderamento coletivo.

---

<sup>30</sup> Essa problemática não foi respondida por esse trabalho, pois, talvez seja necessário um trabalho com mais fôlego e tempo para abarcar muitas outras questões que essa pesquisa não pode dar conta por questões de recorte e objetivos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou compreender os processos de empoderamento de mulheres camponesas no território de luta pela terra do Assentamento Contestado, construídos no espaço agrário, levando em considerações também as questões de classe. A existência do Coletivo de Mulheres nesse território demonstra como as relações de gênero podem ser transformadas a partir de demandas apresentadas pelas mulheres que o compõe.

Os encontros e reuniões possibilitam a formação política e feminista dessas mulheres que levam os debates para as outras esferas de suas vidas, como o espaço da casa e do lote, incluindo os membros da família e a comunidade. O feminismo camponês popular construído nesse território visa principalmente a participação política feminina, a desconstrução do machismo e dos estereótipos de gênero, a subversão da dicotomia entre os lugares de mulheres e homens na luta pela terra.

Com base na produção sobre Geografia de Gênero e nas Geografias Feministas, foi possível traçar um quadro sobre a relação entre espaço – conceito chave para a ciência geográfica – e gênero, trazendo para o debate questões relegadas pela Geografia ao esquecimento. Parte desse problema se deve às relações de poder na produção do conhecimento, que está, majoritariamente, nas mãos do heteropatriarcado racista.

Mas, a revolução tem acontecido. A maioria das pessoas que cursam ensino superior no Brasil são mulheres e têm surgido cada vez mais trabalhos sobre gênero, sexualidades e feminismos. Ainda temos um longo caminho a ser percorrido, porém, como diz o grito de ordem “a revolução será feminista ou não será”. Além de feminista, essa revolução tem de partir dos sujeitos historicamente marginalizados, como é o caso das camponesas e camponeses brasileiros.

Na Geografia, essa abertura para questões de gênero é muito recente, porém, ganha corpo com o esforço de geógrafas e geógrafos que centram seus trabalhos em apontar as lacunas na produção dos saberes. Essa pesquisa é fruto da valentia e dedicação com que as pesquisadoras e pesquisadores empreendem na busca pelas mudanças na sociedade patriarcal.

O Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado é uma organização de debate e formação das camponesas assentadas que existe desde o nascimento do referido assentamento, segundo apontado pelas mulheres em várias reuniões. A história do Coletivo não está escrita no papel; está na memória das mulheres que participaram desde a fase do acampamento pela posse daquela terra, bem como daquelas que se juntaram à luta posteriormente. Esse trabalho procurou abrir caminho para que a história desse Coletivo, bem como das mulheres camponesas que o compõe e de outros Coletivos em territórios de luta pela terra, seja visibilizada e estudada, a fim de romper silêncios históricos sobre a questão da mulher camponesa.

Para elas, o Coletivo é um momento de libertação. Constitui-se num espaço construído por mulheres que desejam subverter a ordem patriarcal e transformar a sociedade e o próprio Movimento.

O que gostaria de ressaltar está no fato de que apesar dos obstáculos, a mulher no MST conquista cada vez mais espaço de poder e empoderamento, tanto pessoal quanto coletivo. Afirmando isso baseado no estudo que esse trabalho realizou com as camponesas do Coletivo de Mulheres. Esse Coletivo procura estabelecer um espaço de discussão sobre a questão da mulher/de gênero tanto em escala local – o próprio assentamento – quanto nas escalas estaduais – Coletivo de Gênero Estadual – bem como em nível nacional – Setor de Gênero.

Os corpos, enquanto escala de análise, são o território primordial da resistência. Na luta pela terra se constrói um feminismo camponês, popular e comunitário capaz de superar o individualismo e a colonialidade dos mesmos corpos. A noção de que a vida em comunidade é construída com base nos laços de solidariedade, na memória e identidade que une a classe camponesa e a faz se reconhecer em sua espaço-temporalidade, está no centro do entendimento que esse trabalho faz de empoderamento.

O Brasil possui uma história de exploração e expropriação do espaço agrário que remete aos tempos da colônia. É marcado por tensionamentos e violências das mais diversas formas contra a população camponesa. Ao mesmo tempo, encontramos no passado a resistência que permeia esse contexto. Os que tombaram antes se levantam hoje. E vão levantar-se sempre.



A Geografia Agrária brasileira tem muito que considerar em seus trabalhos a partir de agora. O momento em que nos encontramos, no Brasil, é de tensão, conflitos acirrados pela terra, assassinatos, represálias e ameaças aos trabalhadores camponeses. Mas há muita esperança: as mulheres estão na linha de frente de ocupações, manifestações, reivindicações, em defesa da vida e pela igualdade. Compreendo que sem levar em consideração as relações de gênero, principalmente no contexto agrário, temos apenas um entendimento parcial da totalidade.

Para compreender como essa revolução feminista no campo vem acontecendo, optei por utilizar o conceito de empoderamento e analisar as relações de poder existentes que perpassam os processos de subversão da ordem patriarcal através da libertação da mulher. Continuo frisando que a visão de empoderamento que essa pesquisa possui é de emancipação e libertação.

Libertação dos padrões, dos estereótipos de gênero, da superação da dicotomia entre lugares estabelecidos de homens e mulheres, conquista de direitos e acesso a educação e formação, são apenas alguns exemplos. A emancipação econômica e a coletividade são imprescindíveis para construir um empoderamento tanto coletivo quanto individual.

O Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado é herdeiro das lutas das mulheres da Guerra Camponesa do Contestado. Aquelas que, mais de 100 anos atrás, tombaram em combate, o fizeram para garantir o direito à terra e à vida. Para proteger os seus semelhantes e por acreditar que toda forma de luta é válida e contribui para as mudanças necessárias na estrutura social. São Marias Rosas, Teodoras, Querubinas, Jacintas. Essa herança que falo está mais ligada à situação geográfica das lutas daquele período do que a hereditariedade direta daquelas mulheres de antes. Mas é a partir da luta histórica pela terra que se desenrola no Paraná que se reconhece o caminho percorrido por camponesas e camponeses em defesa do direito à terra e do direito de permanecer dela.

Tenho a esperança de que este trabalho contribua para que cada vez mais estudos na área de Geografia Agrária abarquem a temática de gênero e feminismos, partindo de existências e histórias de vida reais. Que se reconstruam as verdadeiras heroínas de guerras e conflitos desiguais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAQUERO, Rute V. A. **Empoderamento: instrumento de emancipação social?** Uma discussão conceitual. Revista Debates, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan./abr. 2012.

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos.** 17. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. **A pesquisa participante: um momento da educação popular.** Revista Educação Popular, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade.** 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade.** Trad. FERREIRA, Maria Letícia. São Paulo: Contexto, 2016.

CINELLI, Catiane; CONTE, Isaura Isabel. **Mulheres camponesas construindo sua identidade feminista.** In: Fazendo Gênero 9: Diásporas, diversidades, deslocamentos, 2010, Florianópolis. Anais eletrônicos Fazendo Gênero 9.

COLETIVO NACIONAL DE MULHERES DO MST. **Compreender e construir novas relações de gênero.** 2. Ed. São Paulo: Gráfica e Editora Peres, 1998.

COLLING, Ana Maria; TEDESHI, Losardo Antonio. **Dicionário Crítico de Gênero.** Dourados: Ed. UFGD, 2015.

CONTE, Isaura Isabel; WESCHENFELDER, Noeili Valentina; CINELLI, Catiane. **A construção do feminismo e da identidade camponesa no movimento de mulheres camponesas.** In: Fazendo Gênero 9: Diásporas, diversidades, deslocamentos, 2010, Florianópolis. Anais eletrônicos Fazendo Gênero 9. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277818545\\_ARQUIVO\\_AConstrdofem-fazgen-Isaura.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277818545_ARQUIVO_AConstrdofem-fazgen-Isaura.pdf)>. Acesso em: 31/01/2018.

DALMAZ, Dayane Santos Silva; SCARMOCIN, Daiane. **A ciranda infantil do Movimento Sem Terra no Brasil: formação política na infância.** In: I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS: Campo e Cidade em busca de Caminhos Comuns, 2012, Pelotas. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2011/Dayane%20Santos%20Silva%20Dalmaz%20e%20Daiane%20Scarmocin.pdf>>. Acesso em: 02/03/2018.

DEERE, Carmen Diana. LEÓN, Magdalena (Orgs.). **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Trad.: Letícia V. Abreu, Paulo Azambuja Rossato Antinolfi, Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DEERE, Carmen Diana. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira**. Revista de Estudos Feministas, vol. 12, nº 1, pp. 175-205, jan./abr. 2004.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. **Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica**. El cotidiano, n. 184, p. 7-12, marzo/abril 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STEDILE, João Pedro. **Brava gente brasileira**. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

FORCHESATTO, Raquel. SANTIN, Myrian Aldana Vargas. **Espaços de poder nos assentamentos do MST: uma perspectiva de gênero**. 2015. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Artigo-Raquel-Forchesatto.pdf>>. Acesso em: 25/11/2017.

FRAGA, Nilson César (Org.). **Contestado em Guerra: 100 Anos do Massacre Insepulto do Brasil**. Florianópolis: Editora Insular: 2012

\_\_\_\_\_. **A Guerra do Contestado e os heróis de uma luta desigual**. Notícias - Instituto Humanitas Unisinos, Porto Alegre, RS, p. 1 - 2, 02 jun. 2015.

FRANCISCO, Maria Luiza Oliveira de. **Geografia de gênero e trabalho familiar: algumas considerações**. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, pp. 27-36, jan./jul. 2011.

FRANCO, María; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Trabalhadoras rurais e a luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, vol. VI, n. 119 (27), agosto de 2002.

FRANCO, María. **O gênero como perspectiva de análise na discussão sobre as localizações**. Revista Pegadas, Presidente Prudente, vol. 3, número especial, 2002.

\_\_\_\_\_. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP, Pres. Prudente, 2004.

FRANCO, Maria; SANTOS, Fábio Ferreira. **A luta da mulher pela igualdade no campo: contradições e tensões no sistema capitalista.** Revista Interface, Edição n. 10, p. 296-303, dez./2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 36. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GEBARA, Ivone. **Levanta-te e Anda: alguns aspectos da caminhada da mulher na América Latina.** São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

GOMES, I. Z. **1957: A revolta dos posseiros.** Curitiba: Criar Edições, 1986.

GONÇALVES, Renata. **(Re) Politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST.** Mediações, Londrina, vol. 14, n. 2, pp. 198-216, jul./dez. 2009.

\_\_\_\_\_. **Acampamentos: novas relações de gênero (con)fundidas na luta pela terra.** Lutas Sociais, São Paulo, n° 13/14, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático.** Política e Sociedade, Florianópolis, n° 11, pp. 41-70, outubro de 2007.

HOOKS, bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LEÓN, Magdalena (compiladora). **Poder y empoderamiento de las mujeres.** Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1997.

\_\_\_\_\_. **El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos em los estúdios de género.** La Ventana, Guadalajara, n. 13, p. 94-106, 2001.

LOPES, Adriana. ZARZAR, Andrea Butto. (Orgs). **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil.** Brasília: MDA, 2010.

LUGONES, María. **Hacia un Feminismo Descolonial.** La Manzana de La Discordia, Colombia, Vol. 6, N° 2, pp. 105-119, Julio/Diciembre, 2011.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **La Descolonización y el Giro Des-Colonial.** Tabula Rasa. Bogotá, n. 9, p. 61-72, julio-diciembre/2008.

MARTÍN, Rocío Medina. **Feminismos Periféricos, Feminismos-Otros: Una Genealogía Feminista Decolonial Por Reivindicar.** Revista Internacional de Pensamiento Político, I Época, Vol. 8, pp. 53-79, 2013.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: Uma nova política da Espacialidade**. Trad. Hilda Pareto Macial e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MCDOWELL, Linda. **Género, Identidad y Lugar: Un Estudio de Las Geografías Feministas**. Traducción: Pepa Linhares. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000.

MIÑOSO, Yuderlys Espinosa. CORREAL, Diana Gómez. MOÑOS, Karina Ochoa. **Tejiendo de Otro Modo: Feminismo, Espistemología y Apuestas Descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidade del Cauca, 2014.

MORAIS, M. (Org.). **História Oral e Multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim FINEP, 1994.

MOTTA, Márcia. ZARTH, Paulo (Orgs.) **Formas de resistências camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Concepções de justiça e resistência nos Brasis**. Vol. 1. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: Hucitec, 1978.

MUJERES CREANDO. **La virgen de los deseos**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2005.

NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (Orgs.) **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

ORNAT, Márcio José. **Sobre Espaço, Gênero, Sexualidade e Geografia Feminista**. Terra Plural: Ponta Grossa, 2 (2), pp. 309-322, jul./dez. 2008.

ORZEKOVSKI, Nei. **Relações de trabalho no Assentamento Contestado (PR): contradições de classe e desafios analíticos**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2014.

PAREDES, Julieta. **Hilando Fino**. Desde el feminismo comunitário. 2. Ed. México: El Rebozo, Zapateándole, Lente Flotante, El cortito que's palargo, AliFem AC, 2014.

PAULILO, Maria Ignez. **O peso do trabalho leve**. Revista Ciência Hoje, n.28, 1987.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. História, São Paulo, v. 24, n. 1, pp. 77-98, 2005.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social: a Guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916)**. Civilização Brasileira, 1966.

QUINTERO, Pablo. **Antropología del Desarrollo.** Perspectivas Latinoamericanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Kula Ediciones, 2015.

ROSSINI, Rosa Esther. **Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista.** Tese de Livre Docência, Universidade de São Paulo, 1988.

ROWLANDS, Jo. **Questioning Empowerment.** Working with Women in Honduras. UK and Ireland: Oxfam, 1997.

RUA, Maria das Graças. ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de panelas”?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2015.

SALVARO, G. I. J., IAGO, M. C. S., WOLFF, C. S. **“Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”:** lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. Florianópolis, Psicologia & Sociedade, 25 (1), p. 79-89, 2013.

SANTOS, M. (Org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **O espaço interdisciplinar.** São Paulo: Nobel, 1986.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. **O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra:** o desafio de transformar práticas e relações sociais. EDUCAR EM Revista, Curitiba, n. 55, pp. 87-109, jan./mar. 2015.

SCOTT, Joan. **História das Mulheres.** In: BURKE, Peter. **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, pp. 71-99, jul./dez. 1995.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia:** transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Joseli Maria. **Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica.** Revista de História Regional 8(1), pp. 31-45, Verão 2003.

\_\_\_\_\_. **Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino.** Espaço e Cultura, UERJ, nº 22, pp. 97-109, jan./dez. 2007.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Geografias Subversivas.** Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Editora Todapalavra, 2009.

SILVA, J. M. CHIMIN JR, A. B. PARACETTA FILHO, E. ROSSI, Rodrigo. **Geografia e gênero no Brasil:** uma análise de feminização do campo científico. Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 38-62, set/2009.

SILVA, J. M. NABOZNY, A. ORNAT, Marcio José. **A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica:** uma questão de escolhas metodológicas. Abordagens Geográficas, vol. 1, n. 1, p. 23-41, out./nov. 2010.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN, Alides Baptista Jr. (org.). **Espaço, Gênero e Feminilidades Ibero-Americanas.** Ponta Grossa: Editora Todapalavra, 2011.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da (org.). **Espaço, Gênero e Poder:** conectando fronteiras. Ponta Grossa: Editora Todapalavra, 2011

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN, Alides Baptista Jr. (org.). **Espaço, gênero e masculinidades plurais.** Ponta Grossa: Editora Todapalavra, 2011.

SILVA, Nathalia Ferronato. **As “Virgens Messiânicas”:** participação e influência das “Virgens” Teodora e Maria Rosa no Contestado (1912-1916). Revista Santa Catarina em História – Florianópolis – UFSC, v.1, n.1, 2010, pp. 52-62.

SILVA, Susana Maria Veleda da. **Geografia e gênero/Geografia feminista:** o que é isto? Boletim Gaúcho de Geografia, nº 23 – AGB-PA – Porto Alegre, pp. 105-110 março/1998.

\_\_\_\_\_. **Trabajo informal, género y cultura:** el comercio callejero e informal em el sur de Brasil. Tese (Doutorado em Geografia). Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: Castro, I.; Gomes, P.C.; Correa, R. L. (Org.). Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SPITALERE, Ana Carolina Rocha. **Geografia e Gênero:** Considerações Sobre a Produção Acadêmica Brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2013.

THOMÉ, Nilson. **Insurreição Xucra.** In: Álbum O Contestado. Rio de Janeiro: Index/FCC/Fund. Roberto Marinho, 1987.

\_\_\_\_\_. **Os Iluminados:** Personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado. Florianópolis: Insular, 1999

\_\_\_\_\_. **Sangue, Suor e Lágrimas no Chão Contestado.** Caçador (SC): UnC, 1992.

TOMAZI, Gilberto. **Mística do Contestado**: Mensagem de João Maria na Experiência Religiosa do Contestado. Xanxerê: News Print, 2010

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O polvo e seus tentáculos**: A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. Tese (doutorado), Florianópolis, SC, 2013.

VALENCIANO, Renata Cristiane. **A participação da mulher na luta pela terra**: discutindo relações de classe e gênero. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP, Pres. Prudente, 2006.

VALENCIANO, Renata Cristiane; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **O papel da mulher na luta pela terra**. Uma questão de gênero e/ou classe? Revista Pegadas, Presidente Prudente, vol. 3, número especial, 2002.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Plurinacionalidad y Colonialidad**. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, n. 9, p. 131-152, Julio/Diciembre 2008.

WOORTMANN, E. F.; HEREDIA, B.; MENASHE, R. **Margarida Alves**: Coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento, 2006.